Portal do Discente

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS

EMITIDO EM 13/07/2023 08:56

Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações Eletrônicas (TOE) na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPI a disponibilizar este TEDE sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, conforme permissões assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir do dia 31/08/2022

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação

2. Identificação da Dissertação

Autor:	RAIMUNDO WERMESON BERNARDINO DE SOUSA PEREIRA	Matrícula: 20201001331 *(identificador)*	
Telefone:	81070532		
Identidade:	3019773 - SSP/PI	CPF:	E-mail: raimundowermesonart@gmail.com
Orientador:	FRANCISCO GLEISON DA COSTA MONTEIRO	CPF: 448.623.853-20	E-mail: gleison.monteiro@ufpi.edu.br
Membro da banca:	JOHNY SANTANA DE ARAUJO	CPF: 474.646.073-68	E-mail: johny@ufpi.edu.br
Membro da banca:	FRANCISCO GLEISON DA COSTA MONTEIRO	CPF: 448.623.853-20	E-mail: gleison.monteiro@ufpi.edu.br
Membro da banca:	CRISTIANA COSTA DA ROCHA	CPF: 765.407.823-49	E-mail: cristianacrocha@gmail.com
Data da Defesa:	31/08/2022	Titulação: Mestre	
Título:	"O CIO DA TERRA": A COLÔNIA AGRÍCOLA DAVID CALDAS ENTRE O TRABALHO E A SECA (1912-1934)		
Instituição de Defesa:	Universidade Federal do Piauí/UFPI	CNPJ: 06.517.387/0001-34	
Afiliação:		CNPJ:	
Palavras-chave:	David Caldas. Trabalhador nacional. Retirantes. Colônia agrícola.		

3. Agência de Fomento

NÃO INFORMADO

4. Informação de acesso ao documento

Liberação para publicação: **Total**

Raimundo Wermeson Bernardino de Sousa Pereira
Assinatura do autor

13/07/2023
Data

Havendo concordância com a publicação eletrônica, toma-se imprescindível o envio em formato digital da tese ou dissertação.

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse /sigaa/documentos/ informando o identificador, a data de emissão e o código de verificação 364009cdf3

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/UFPI - (86) 3215-1124 | Copyright © 2006-2023 - UFRN - sigjb03.ufpi.br.sigaa

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL – PPGHB

RAIMUNDO WERMESON BERNARDINO DE SOUSA PEREIRA

“O CIO DA TERRA”: A COLÔNIA AGRÍCOLA DAVID CALDAS ENTRE O TRABALHO E A SECA (1912-1934)

TERESINA
2022

RAIMUNDO WERMESON BERNARDINO DE SOUSA PEREIRA

“O CIO DA TERRA”: A COLÔNIA AGRÍCOLA DAVID CALDAS ENTRE O TRABALHO E A SECA (1912-1934)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portella, para obtenção do título de Mestre em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro.

TERESINA
2022

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Representação da Informação

P436c Pereira, Raimundo Wermeson Bernardino de Sousa.
"O cio da terra" : a colônia agrícola David Caldas entre o trabalho e a seca (1912-1934) / Raimundo Wermeson Bernardino de Sousa Pereira. -- 2023.
122 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina, 2023.
"Orientador: Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro".

1. David Caldas. 2. Trabalhador nacional. 3. Retirantes. 4. Colônia agrícola. I. Monteiro, Francisco Gleison da Costa. II. Título.

CDD 981.22

Bibliotecária: Francisca das Chagas Dias Leite – CRB3/1004

RAIMUNDO WERMESON BERNARDINO DE SOUSA PEREIRA

"O CIO DA TERRA": A COLÔNIA AGRÍCOLA DAVID CALDAS ENTRE O TRABALHO E A SECA (1912-1934)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portella, para obtenção do título de Mestre em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro.

Aprovada em: __31_ / 08 / 2022.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Francisco Gleison Da Costa Monteiro (UFPI)
Orientador

_____

Profa. Dra. Cristiana Costa da Rocha (UESPI)
Examinadora Externa

_____

Prof. Dr. Johny Santana de Araújo (UFPI)
Examinador Interno

_____

Prof. Dr. Francisco de Assis Sousa Nascimento (UFPI)
Suplente

AGRADECIMENTOS

Mais de dois anos de pesquisa se passaram. Foram dois anos de um sonho que se realizou. Foi um momento complicado neste trajeto historiográfico, principalmente, pela pandemia de COVID-19, perdas de familiares, problemas psicológicos e econômicos, um trajeto tortuoso, e, talvez de longe, o percurso mais cheios de provações. Mas, no meio disso tudo, o alívio e o afago de contar com pessoas especiais que foram abrigo, força e amigos. Não foi um sonho. É o sonho! De altos e baixos, de descobertas e redescobertas. A todos que apoiaram, que incentivaram, que acreditaram, este trabalho é produto de fé, amor, família, amigos e conhecimento. A todos meus eternos e sinceros agradecimentos. Em especial:

À Universidade Federal do Piauí e ao Programa de Pós Graduação em História do Brasil, agradeço pela oportunidade, pelo carinho e responsabilidade com que tratam seus alunos.

Ao meu orientador, Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro, pelo incentivo, por acreditar nesta pesquisa, por todo conhecimento e apontamentos para este trabalho.

Aos meus professores do PPGHB, pelos ensinamentos, dedicação e responsabilidade diante da ciência e ensino.

Aos meus pais, dona Rita Bernardino e Raimundo Nonato, pelo apoio incondicional, emocional e financeiro, por acreditarem nos meus sonhos, e por todo amor e educação dados até aqui. A eles minha eterna gratidão.

Aos meus irmãos, pelo carinho e ajuda, pela paciência. Vocês são, nos momentos bons e ruins, minha melhor família.

Ao amor da minha vida, Karina Lima, pelo carinho, companheirismo e ajuda em todos os momentos desse percurso. Do início ao fim, você foi meu alicerce nas horas boas e ruim. Te amo.

Ao amigo Marcelo Aleff, que desde a graduação tem sido um irmão. Meus agradecimentos a você por todo conhecimento repassado, pelas dicas e incentivo, desde a construção do projeto até a conclusão desta pesquisa.

Aonde está o homem
O homem da terra
Que trabalha o chão?
É ele o herói sem nome
Que cultiva a terra
Que nos dá pão

Luiz Gonzaga

RESUMO

O decreto 8.072, de 20 de junho de 1910, marcou o início do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN). Durante a República Velha, tal decreto visou dois grupos de sujeitos: os índios e os trabalhadores nacionais. Para os índios, o serviço objetivou a construção do convívio e das relações sociais com os centros urbanos. Já o nacional, teria sua força no trabalho braçal e aptidão aproveitadas na colonização e desenvolvimento dos centros agrícolas pelo país. Entre os vários centros agrícolas construídos, a partir desse decreto, David Caldas, fundada no ano de 1912, se localizava no município de União, estado do Piauí, e se tornou um dos locais escolhidos para destinar os trabalhadores nacionais, onde, durante os períodos de seca, abrigou, assistiu e foi ponto de passagem dos retirantes que vinham das zonas mais afetadas pela seca, e que buscavam melhores condições de trabalho e sobrevivência. Objetivamos neste estudo analisar as experiências de controle da mão de obra de nacionais e retirantes, se iniciará neste estudo uma discursão em torno das ideias de isolamento, qualificação e colonização agrícola, como um caminho para alcançar até as experiências em David Caldas. O recorte escolhido para esta análise, partirá do ano de 1910 até 1935, período da criação do SPILTN e de David Caldas, além de duas grandes secas, nos anos de 1915 e 1932, que modificaram em vários momentos as propostas para o espaço. A análise se dará de forma qualitativa por meio de jornais, relatórios ministeriais e mensagens governamentais. Assim, com os jornais: *Diario do Piauhy* (PI), *A imprensa* (PI), *O Tempo* (PI); com as *Mensagens do Governador à Assembleia* (PI), *Relatórios* do Ministérios da Agricultura, Ministério da Viação e Obras Públicas. Como principais referenciais para esta análise, trazemos para discursão: Sônia Regina de Mendonça (1997), com o conceito de “ruralismo brasileiro”, sendo um movimento rural institucionalizado, no plano civil e político que dão bases para a criação do Centros Agrícolas; Edward Thompson (2001), no que tange as experiências de nacionais e retirantes; e James Scott (2002), para entender as formas de resistência cotidiana dos sujeitos.

Palavras-chave: David Caldas. Trabalhador nacional. Retirantes. Colônia agrícola.

ABSTRACT

Decree 8,072, of June 20, 1910, marked the beginning of the Service for the Protection of Indians and Location of National Workers (SPILTN). During the Old Republic, this decree targeted two groups of subjects: Indians and national workers. For the Indians, the service aimed to build coexistence and social relations with urban centers. The national workers, on the other hand, would have their strength in manual labor and their aptitude taken advantage of in the colonization and development of agricultural centers throughout the country. Among the several agricultural centers built, from this decree on, David Caldas, founded in 1912, was located in the municipality of União, state of Piauí, and became one of the places chosen to destine the national workers, where, during the drought periods, it sheltered, assisted and was a transit point for retirantes who came from the areas most affected by the drought, and who sought better working and survival conditions. The objective of this study is to analyze the experiences of control of the labor force of nationals and retirantes, starting with a discussion of the ideas of isolation, qualification, and agricultural colonization, as a way to reach the experiences in David Caldas. The chosen period for this analysis will be from 1910 to 1935, the period of SPILTN and David Caldas' creation, besides the two great droughts, in 1915 and 1932, which modified, in several moments, the proposals for the space. The analysis will be carried out in a qualitative way by means of newspapers, ministerial reports and governmental messages. Thus, with the newspapers: *Diário do Piauhy* (PI), *A imprensa* (PI), *O Tempo* (PI); with the Governor's *Messages to the Assembly* (PI), *Reports* from the Ministry of Agriculture, Ministry of Transportation and Public Works. As main references for this analysis, we bring to discussion: Sônia Regina de Mendonça (1997), with the concept of "Brazilian ruralism", being an institutionalized rural movement, in the civil and political plan that give basis for the creation of the Agricultural Centers; Edward Thompson (2001), regarding the experiences of nationals and retirantes; and James Scott (2002), to understand the forms of daily resistance of the subjects.

Keywords: David Caldas. National worker. Retirantes. Agricultural colony.

LISTA DE ABREVIAÇÕES

APPI	Arquivo Público do Piauí
MAIC	Ministério da Agricultura, Industria e Comércio
SPILTN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais

LISTA DE IMAGENS E FIGURA

Imagem 1	“Croquis” do centro Agrícola David Caldas	65
Imagem 2	David Calda: primeira casa para colonos, em 1932	99
Imagem 3	Núcleo Agrícola “David Caldas”, Piauí. Barracões dos flagelados, em 1932	99
Imagem 4	Trecho da Colônia Agrícola Dr. Sampaio	101
Imagem 5	David Caldas, em 1933	103
Figura 1	Mapa do Estado do Piauí, ano de 1912	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Inventário dos bens existentes até 31 de dezembro de 1914, nos centros agrícolas da região Nordeste	71
Tabela 2	Distribuição dos distritos agrícolas que compreendem o serviço de inspeção agrícola (1909)	72
Tabela 3	Recursos destinados pela lei número 2.974 para as obras	80

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12
2 OS TRABALHADORES NACIONAIS E RETIRANTES DA SECA NOS CENTROS AGRÍCOLAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX 21
2.1 Trabalhadores nacionais: domesticando o homem do campo 23
2.2 A modernização da agricultura no Brasil: os centros agrícolas e o homem do campo 29
2.3 Retirantes, o socorro que veio por meio do trabalho 37
3 A FUNDAÇÃO DO CENTRO AGRÍCOLA: NASCE DAVID CALDAS AS MARGENS DO RIO PARNAÍBA 46
3.1 Economia e a desorganização da mão de Obra obra no Piauí 46
3.2 O projeto de criação da Colônia Agrícola David Caldas em 1912 53
4 COLONOS E RETIRANTES EM DAVID CALDAS: TERRA, AGRICULTURA E A ASSISTÊNCIA DURANTE AS SECAS 75
4.1 O serviço de localização de trabalhadores nacionais e a seca de 1915 75
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 111
REFERÊNCIAS 115

1 INTRODUÇÃO

Durante a graduação, entre os anos de 2012 e 2016, surgiu uma inquietação pessoal, sobretudo, nas conversas com alguns docentes do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí. As questões que aguçaram minha memória estavam relacionadas aos estudos das secas e dos espaços de isolamento de migrantes que se apresentaram salutar e promissora para uma pesquisa futura.

No decorrer desse trajeto, algumas leituras foram realizadas. Em especial, aos trabalhos pertinentes aos Campos de Concentração da Seca[1] construídos entre 1915 e 1932. Os temas me trouxeram muitos questionamentos. A curiosidade sobre o isolamento e o tratamento dado aos retirantes no estado do Ceará se ampliavam em mim. Esse desafio central fixou-me. Então fiz uma busca por literaturas e fontes que me auxiliassem na discussão conceitual sobre o tema e a possibilidade de existência desses espaços de isolamentos para retirantes no estado Piauí.

Para tanto, alargando as possibilidades de fontes que pudessem dar direcionamento à problemática, encontramos as *Mensagens do Governador do Piauí para Assembleia*, de 1º de julho de 1919, e um telegrama do governador Eurípides de Aguiar, com a menção a uma colônia chamada David Caldas, localizada a 60 km da capital piauiense Teresina. A correspondência direcionada ao ministro da Agricultura e Viação relatava sobre a seca daquele ano no estado do Piauí e de como ele era afetado pela seca intensa no estado do Ceará. E nela era feira uma solicitação ao ministro para construir aligeiradas 100 casas, além da demarcação de 100 lotes de terras na *Colônia Agrícola de David Caldas* para as famílias de retirantes.

Dessa fonte citada acima, partiu o aporte inicial para os questionamentos para este estudo: O que era a Colônia Agrícola de David Caldas? O espaço era análogo aos Campos de Concentração da seca no estado do Ceará, no que diz respeito ao tratamento dado aos retirantes? De onde vinham esses migrantes? Como era a assistência no local? De quem era a propriedade que foi transformada em lotes de

[1] Os Campos de Concentração da Seca têm seus primórdios no ano 1877, quando o centro urbano de Fortaleza é invadido por vários sertanejos em busca de socorro, porém com o um número quatro vezes maior que a população da capital, vários problemas como: crimes, epidemias, assassinatos, saque e estupros se tornam frequentes e repudiado pela população local e as autoridades. Durante 38 anos um conjunto de práticas passaria a se construir em torno do sertanejo, da cidade e da seca, que, a partir deste momento passará a ser visto como retirante, e nesse sentido durante a seca de 1915 o governo passa a criar uma instituição capaz de conter, auxiliar esses retirantes, os campos concentração da seca, tendo sua experiência crucial no ano de 1932 (NEVES, 1995. p. 93-122).

terras? O que produziam?

Com o decorrer da pesquisa e o cruzamento de dados fomos percebendo que se tratava de uma Colônia de isolamento que priorizava a utilização da força de trabalho de nacionais e retirantes dentro da Colônia Agrícola David Caldas, entre os anos 1910 e 1934. As análises pormenorizadas, realizadas na documentação, nos fez perceber a presença de retirantes em David Caldas, mas também de uma segunda categoria de sujeitos que dava base e trazia problemáticas sobre a criação daquele espaço e sua utilização do trabalhador nacional.

Diante desses sujeitos, retirantes e trabalhador nacional, dois pontos serviram de reflexão para cercar o objeto de pesquisa. Primeiro (1º) ponto: as transformações ocorridas naquele espaço, com questões relacionadas às tentativas de desenvolvimento e modernização da agricultura do estado do Piauí, desde o final do século XIX, e que se intensificaram nas primeiras décadas do século XX. Essas transformações levaram ao segundo (2º) ponto: as de que centros e colônias agrícolas que, em parte, têm suas origens ligadas às práticas de colonização durante a república velha, e que também foram espaços pensados para desenvolvimento agrícola nacional. Por isso, trata-se de um lugar importante para refletir sobre o processo de colonização, modernização agrícola e o trabalhador nacional.

A Colônia David Caldas tem sua origem da junção da fazenda Gameleira e Melancias, fundada no ano de 1912, e localizada no município de União. Esse espaço se tornou dentro da pesquisa, importante e privilegiado para um estudo, não apenas dos nacionais, como também da seca e suas implicações. Um local onde múltiplas relações entre diferentes sujeitos e grupos foram construídas e reconstruídas a partir das relações de trabalho. David Caldas foi pensada para ser uma fazenda modelo dentro da agricultura piauiense, que teve finalidade fixar os trabalhadores nacionais, mas que, por consequência das estiagens, os retirantes da seca também foram alocados naquele espaço.

Sobre David Caldas, uma outra questão a se refletir é a de que aquele local foi um dos vários espaços criados no início do século XX com o propósito de estimular o uso de trabalhadores nacionais no processo colonização e na modernização agricultura no Brasil. Sua criação veio a partir do decreto 8.072, publicado no dia 20 de junho de 1910, no qual criava o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), durante a primeira república. Tal decreto, tinha como foco dois (2) grupos de sujeitos: os índios e os trabalhadores nacionais. Os

primeiros, segundo relatório apresentado pelo Ministério da Agricultura, Industria e Comércio, no ano de 1913, além da proteção, procuraria trazer o índio para uma aproximação, buscando-se a construção do convívio e das relações sociais nos centros civilizados. Já o trabalhador nacional, teria sua energia e aptidão aproveitadas no desenvolvimento da agricultura do país.[2]

Quanto aos retirantes, o outro grupo presente em David Caldas, estes fizeram com a busca por formas de auxílio, sendo, na grande maioria das vezes, em obras públicas, também tornassem David Caldas durante os períodos de estiagem um espaço para o encontro de assistência e trabalho, um lugar para sobreviver. As migrações e as obras públicas na Região Nordeste do Brasil mantiveram uma relação muito próxima em diversos momentos da sua história, principalmente nos períodos de seca, quando, além da ameaça econômica à produção sertaneja, a população pobre procurava formas de socorro e sobrevivência para uma crise que ia além de questões climáticas.

O êxodo da população rural durante a seca fez com que novas experiências passassem a ser formadas e figuradas de maneira significativa pelos retirantes da seca e pelos trabalhadores nacionais. No caso dos retirantes, a forma com que o auxílio procurado chegava, principalmente, nos centros urbanos, nem sempre vinha pela caridade, na forma de alimentação, roupas e abrigo, mas era condicionado pelo trabalho exploratório. David Caldas, com sua Colônia e Centro Agrícolas, tratou retirantes e nacionais de maneiras diferentes, pelo tratamento dado em forma de socorro aos retirantes, e, por outro lado, a condição regulamentar em que se enquadrava o nacional em que estava submetido, lhe dava outras garantias diferentes, como a oportunidade de adquirir terreno no local.

É notável que a ajuda, tanto para os nacionais como para os retirantes da seca, vinha condicionada pelo trabalho, e com isso tinham mão de obra tutelada e barata, buscando também evitar que esses sujeitos invadisses ou transitassem pelas ruas das cidades. A própria Colônia Agrícola David Caldas no Piauí, pode ser citada como um exemplo claro dessa prática.

No século XX, a maneira de se dar com a seca no estado ainda permaneceu a mesma, o reparador e preservador da mão de obra de outros estados. Podemos notar isso, com o relatório do Ministério da Agricultura, Industria e Comércio, do ano de

[2] BRASIL,1913, n.p. (n.p. significa abreviação para documento ou livro “não paginado”).

1916[3], mostra que o espaço contava com o número de 158 famílias de trabalhadores nacionais, totalizando um total de 653 pessoas, já o número de flagelados presente no local era de um total de 403 famílias, totalizando um total de 2.528 pessoas.[4] Os flagelados que ali se encontravam foram assistidos com alimentação, trabalho e medicamentos. E um ponto importante nesse relatório era que parte da exportação do coco babaçu da colônia foi consumida pelos retirantes, afetando a produção

A colônia agrícola David Caldas trouxe consigo uma série de questionamentos para entender esse espaço e os sujeitos que a ocuparam, como: Quais as experiências trabalhadores nacionais e dos retirantes da seca na colônia agrícola David Caldas e quais a atribuições de significados desses sujeitos para esse espaço? Quem eram esses sujeitos quais e porque foram localizados ou passavam pela colônia agrícola? Como se deu as práticas de resistência dos nacionais e retirantes e como esses grupos eram percebidos pelas autoridades locais? Compreender o que foi Colônia Agrícola de David Caldas e qual sua relação nesse contexto das migrações da seca?

O êxodo da população rural acaba fazendo com que novas experiências passassem a serem formadas e figuradas de maneira significativa pelos retirantes da seca e pelos trabalhadores nacionais. No caso dos retirantes a forma com que o auxílio procurado chegava, principalmente, nos centros urbanos nem sempre vinha pela caridade, na forma de alimentação, roupas e abrigo, mas era condicionado pelo trabalho exploratório. David Caldas, com sua Colônia e Centro Agrícolas, tratou retirantes e nacionais de maneiras diferentes, pelo tratamento dado em forma de socorro aos retirantes, e, por outro lado, pela condição regulamentar na qual o nacional se enquadrava e estava submetido, dando-lhe outras garantias diferentes.

Um dos conceitos que norteiam este estudo é o de “ruralismo brasileiro”, abordado por Sônia Regina de Mendonça no seu livro *O Ruralismo brasileiro: 1888-1931*[5]. Nele, a autora apresenta o conceito como sendo um movimento rural institucionalizado, tanto no plano civil como no político, que ocorreu após o fim da escravidão e as duas primeiras décadas da primeira república. Esse movimento se destacava, entre outras coisas, pela “diferenciação dos interesses agrários no Brasil”, buscando o resgate da vocação agrícola do país por meio da “diversificação da

[3] BRASIL,1916, p. 77.
[4] *Ibidem*., p. 93-94.
[5] MENDONÇA, 1997.

agricultura nacional".

Longe de ser apenas um movimento ideológico, com pretensões saudosistas ou um retorno a era de ouro da agricultura brasileira, o ruralismo foi um movimento que procurou institucionalizar interesses de setores agrários não-hegemônicos, junto a aparelhos estatais, como o Ministério da Agricultura, Industria e Comércio. Tal conceito ajudou a nortear as análises sobre a criação dos centros e colônias agrícolas a partir do SPILTN, já que a criação desses espaços estava ligada a interesses de classes dominantes não-hegemônicas, que procuram promover a reabilitação da agricultura nacional por meio de meios técnicos e científicos, tal como foi a criação dos centros agrícolas.

> A consecução desses objetivos pressupunha inúmeras estratégias de atuação, dentre os quais a multiplicação a nível de sociedade civil, do número de agências institucionalizadas de interesses agrários, de onde emergiriam pressões efetivas em prol da inscrição de suas demandas junto aparelhos de estado, interferindo em sua configuração.[6]

Entre essas agências institucionalizadas de interesses agrários, estava a Sociedade Civil de Agricultura (SNA), que encontrou na criação do MAIC, em 1906, e que agregou o SPILTN, em 1910, a chance de imprimir seus interesses e institucionaliza-los. Assim, foram pensados como primeiro grupo de documentação, os relatórios do MAIC, os relatórios de 1910 a 1934, que mostraram o direcionamento dado pela pasta, tanto para a localização dos nacionais como para o "resgate da vocação agrícola" no país por meio dos centros agrícolas, e dados sobre a entrada de retirantes dentro de David Caldas.

Por meio dessa documentação, também foi possível pensar os sujeitos a serem trabalhados. Tendo como figura central o trabalhador nacional, para quem o centro e a colônia agrícola foram destinados. Além de notar nos relatórios a presença dos sujeitos retirantes, que, por consequência das secas, se deslocava para o local. Esse foi o primeiro desafio: trabalhar com dois sujeitos, o retirante e o trabalhador nacional, e tentar entender quem era cada um deles.

O nacional é uma figura emblemática dentro da historiografia, e muitas vezes sendo trabalhado de forma secundária. Trabalhos como de Emília Viotti da Costa[7],

[6] MENDONÇA, 1997, p. 40.
[7] COSTA, 1986.

Lúcio Kowarik[8] e Caio Padro Junior[9], trataram o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre com foco na entrada e substituição por imigrantes europeus. Contudo, alguns trabalhos, como o de Peter Lois Eiserberg[10], Márcia Regina Capelari[11] e Denise Moura[12], procuram dar maior visibilidade a esses trabalhadores. O desafio se estabeleceu pelos nacionais serem um grupo de difícil definição, podendo compreender a população pobre do campo, libertos e seus descendentes, sertanejos e caipiras, além também de descentes de imigrantes nascidos no Brasil. Assim formou-se um grupo complexo e difícil de mapear.

Todavia, o desafio estava na relação com o segundo sujeito da pesquisa, o retirante da seca, que poderia se enquadrar na categoria de trabalhador nacional, visto que é um sertanejo. A solução pensada estava no contexto em que se enquadravam um dos grupos, os retirantes, embora também fossem sertanejos e em certos momentos se deslocasse para a colônia David Caldas, em um primeiro momento, esse tipo de ação pode ser visto como sazonal, ocorrendo apenas em determinadas épocas do ano, quando faltava chuva. Pelas autoridades, a princípio, o retirante não era um elemento fixo na colônia, era provisório o seu estado.

Um dos pontos a se considerar ao tratar do retirante, é a condição dele como um sujeito político coletivo, segundo Frederico Castro de Neves[13] e sua rica bibliografia a respeito da seca, flagelados e os campos de concentração. E, juntamente, o trabalho de Maria Mafalda Baldoino de Araújo[14]. Para além disso, por meio de uma reflexão acerca dos conceitos de *retirante*, *sujeito político coletivos*, *resistência cotidiana* e *experiência*, abre-se a possibilidade, tanto de compreender as ações dos retirantes cearenses no Piauí como entender as medidas e práticas de combate à seca adotadas pelo governo, a partir desses sujeitos.

Quanto às fontes utilizadas nesta dissertação, destacamos que o levantamento documental foi dividido em dois (2) grupos de fontes. O primeiro (1º) grupo, condicionado pela pandemia de COVID-19 e pelo isolamento social, foi levantando por meio de pesquisas em bibliotecas e arquivos digitais hospedados em *sites*. Esse

---

[8] *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil* (1987).
[9] *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia* (2000).
[10] *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil: séculos XVIII e XIX* (1989).
[11] *Estrangeiro em sua Própria Terra: representações do brasileiro (1870-1920)* (1998).
[12] *Cafeicultores e lavradores de roças de alimentos na transição do trabalho escravo ao livre (Campinas, 1850-1888)* (2007).
[13] *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará* (2000) e *Seca, pobreza e política: o que é politicamente correto para os pobres?* (2009).
[14] *O Poder e a seca no Piauí (1877-1879)* (1991).

grupo incluí, em especial, os relatórios de MAIC. Todos, desde sua fundação em 1906 até 1934, encontram-se disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital[15] e no *Center for Research Libraries*16. Esses relatórios têm se mostrado bastante valiosos por trazerem informações sobre as nacionais, em contexto de Brasil e a nível local. Nessa mesma linha, encontra-se a criação dos centros agrícolas e dados sobre David Caldas.

No primeiro conjunto documental existem os seguintes jornais do estado Piauí: *A imprensa*, *O Tempo (PI)* e o *Diário do Piauhy*. Nele, encontravam-se os vários relatos sobre as sobre a colônia, relatos sobre os trabalhadores nacionais, além das dificuldades nos períodos de seca, e os tramites para execução de socorro dentro da colônia. É necessário ressaltar a dificuldade, no que diz respeito às fontes, visto que, parte das que já foram encontradas não estavam em jornais piauienses, mas em jornais pertencente ao estado do Rio de Janeiro, tais como: *O Jornal do Brasil*, *A Noite*, *O Radical* e *A Impressa* (1932-1943), além dos anais pertencentes à *Câmera dos Deputados do Rio de Janeiro*.

O segundo grupo de documentos foi levantado no Arquivo Público do Estado do Piauí (APPI). Esses documentos representam a parte inicial da pesquisa. Uma documentação contendo os relatórios da colônia Gameleira e Raymundo Gil, que aponta para as primeiras tentativas de colonização das terras, onde, em 1912, seria estabelecida a colônia David Caldas. Esse segundo grupo apresenta uma quantidade menor fontes, muito por conta das dificuldades de acesso aos espaços e das possibilidades de coleta local da documentação durante o momento pandêmico.

Diante dessa divisão, a opção metodológica foi por fazer o cruzamento e a comparação, em um primeiro momento, entre o segundo grupo documental (os relatórios da colônia Gameleira e Raymundo Gil) e jornais e os relatórios do primeiro grupo, como meio para construir a trajetória até a colônia David Caldas. Grande parte dos capítulos dois e três seguiram a mesma linha, porém com um foco maior no primeiro grupo de documentos. Nessa etapa, a comparação e o cruzamento dos dados e informações foram feitos entre vários jornais, a exemplo do *Jornal do Brasil* (RJ) e a *Gazeta de Notícias* (RJ), e, por seguinte, com relatórios ministeriais e as leis citadas nesses documentos.

Esta pesquisa de mestrado se divide em três (3) capítulos. Sendo o primeiro

[15] Disponível em: http://memoria.bn.br.
[16] Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/108/search?terms=david%20caldas.

(1º) capítulo intitulado: “Os trabalhadores nacionais e os retirantes nos centros agrícolas no início do Século XX”, que analisa o processo de criação e institucionalização de uma política agrícola, voltada para criação de centros e colônias agrícolas e formação de trabalhadores operosos, os chamados trabalhadores nacionais, definição do chamado trabalhador nacional. Nele, procura-se apontar quem é esse sujeito que aparece diante da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, porque ele passa a ser visto como uma opção à utilização da mão de obra escrava e estrangeira, e saber como ele é pensado no contexto da modernização da agricultura.

As fontes a serem estudas são documentos produzidos pelo estado, no caso, do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Além disso, neste trabalho, faz-se uma revisão bibliográfica acerca dos conceitos centrais da pesquisa, como o movimento ruralista brasileiro, ponto importante para entendimento da criação dos centros agrícolas, e o de *homem do campo* nas duas primeiras décadas do século XX. Na tentativa de compreender os sujeitos a serem estudamos, sendo: *os trabalhadores nacionais* e *retirantes da seca*.

Neste estudo, será necessário olhar para as mudanças agrícolas, bem como a criação dos centros e colônias agrícolas, a partir do conceito de “ruralismo brasileiro”, apresentado pela autora Sônia Regina de Mendonça, caracterizado por ser um movimento rural institucionalizado, no plano civil e político, que ocorreu após o fim da escravidão e as duas primeiras décadas da primeira república. Tal movimento, se destacava entre outras coisas pela “diferenciação” dos interesses agrários no Brasil, buscando o resgate da vocação agrícola do país através da “diversificação da agricultura nacional”. Pesquisar como isso se deu e de que forma isso levou à criação desses espaços agrícolas no início do século XX.

Por último, trataremos dos retirantes da seca, que poderiam ser enquadrados na mesma categoria que os nacionais, mas não são. Tanto nas fontes hemerográficas e nos relatórios do ministério da agricultura, indústria e comércio, o termo “trabalhador nacional” não unifica as duas categorias, mas são separadas como colonos/trabalhadores nacionais e migrantes. Este tópico buscará discutir esse segundo sujeito presente na colônia, os retirantes.

O segundo (2º) capítulo, intitula-se “A fundação do Centro Agrícola: Nasce David Caldas as margens do Rio Parnaíba”. Ainda no que refere à formação da força de trabalho em espaço agrícolas, a proposta deste capítulo é trazer a discussão para

o cenário piauiense, e buscar discutir a criação da colônia agrícola David Caldas, e como a criação desse espaço foi importante para localizar os trabalhadores nacionais e dar assistência aos retirantes, buscando perceber como esses grupos eram vistos pelas autoridades locais e pelo estado, e qual o significado da criação da colônia no Piauí no que diz respeito ao acesso à terra suas implicações econômicas e sociais.

O terceiro (3º) capítulo, Colonos e retirantes em David Caldas: Terra, agricultura e a assistência durante as secas. quais foram as experencias de colonos e retirantes dentro da colônia agrícola, tendo como fontes principais jornais e relatórios governamentais, além de entrevistas contidas no livro *O que os netos dos vaqueiros me contaram: o domínio oligárquico no Vale do Parnaíba*, de Manuel Domingos Neto, tendo foco em um dos capítulos, com a entrevista de Luís Mendes Ribeiro Gonçalves, responsável pela administração das finanças e também das obras do Piauí no governo do engenheiro João Luís Ferreira (1920-1924). A colônia se torna um espaço importante e privilegiado para estudo não apenas de colonos, mas também de retirantes da seca, sendo um assim, se buscará perceber as múltiplas relações entre diferentes sujeitos e grupos, de como são construídas e reconstruídas a partir das relações de trabalho, das redes de solidariedade e do auxílio do próprio estado durante a seca.

Olhar de uma perspectiva diferente, as secas, as migrações, as colônias agrícolas, o Piauí e suas práticas, traz consigo uma responsabilidade metodológica e historiográfica maior que o costumeiro, principalmente por ser um tema em parte já bastante estudado, quando nos referimos aos retirantes, por outro, um tema pouco visitado, o centro e a colônia agrícola David Caldas, mas que em certo sentido pode abrir novas perspectivas para a seca e o trabalho dos nacionais no Piauí e sua dinâmica nas experiências entre migrantes, o estado e a população.

2 OS TRABALHADORES NACIONAIS E RETIRANTES DA SECA NOS CENTROS AGRÍCOLAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Neste capítulo, buscaremos perceber quem eram os trabalhadores nacionais e os retirantes da seca, além do motivo pelo qual foram alocados ou passaram a viver em centros e colônias agrícolas. Para isso, será necessário olharmos para o processo de criação e institucionalização de uma rede social de projetos que, segundo Milton Ramon Pires de Oliveira[17], foram apresentados pelo MAIC no início do século do XX, direcionados para a modernização da agricultura nacional. Entre esses projetos, podemos destacar: as *Inspetorias Agrícolas*, os *Campos de Demonstração*, os *Patronatos Agrícolas*, o *Ensino Ambulante de Agricultura* e também os próprios *Centros e Colônias Agrícolas*.

Outra questão que recebe nossa atenção, é que tal rede social de projetos do MAIC só se manifestou por meio do chamado movimento ruralista, que, nascido no final do século XIX, se apresentava como uma reação de determinadas frações agrarias à urbanização e industrialização, buscando assim, segundo seus anunciantes, um resgate da vocação agrícola do país.[18] É por meio desse movimento que se dá a base para criação de espaços, com o propósito de colonização por intermédio da mão obra nacional, como as colônias e centros agrícolas, bem como o meio para a introdução de um pedagogia para o campo, visando a formação de trabalhadores agrícolas úteis para processos produtivos modernos.

Durante o século XIX, várias mudanças no cenário social, político e econômico ocorreram no Brasil, e, tais mudanças, em maior ou menor grau, levaram a uma nova percepção sobre o trabalhador nacional e sua utilização como força de trabalho. Pela casualidade do fenômeno climático e social das secas, essa percepção também se estendeu a um grupo de sujeitos, em especifico, já bastante conhecido desde o último quarto do século XIX, os retirantes.

Podemos elencar para além disso, alguns fatores importantes que levaram a essa nova percepção. Primeiro, as reformas liberais realizadas em vários países da América Latina, na segunda metade do século XIX, onde, de acordo com Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva[19]. Essas reformas resultaram em dois

[17] OLIVEIRA, 2012.
[18] MENDONÇA, 1997.
[19] LINHARES; SILVA, 1999.

pontos: o primeiro, se deu pela transferência de terras pertencentes aos indígenas e camponeses para as mãos de particulares e das igrejas, sobretudo, em países como México e Bolívia. Por consequência, uma imensa quantidade de trabalhadores rurais, sem acesso à terra para produzir, passaram a estabelecer vínculos com grandes latifundiários, o que os colocaram na condição de ter que aceitarem condições diversas para vinculação à terra, como a prática do arrendamento e o endividamento.

No Brasil, de maneira similar a outros países da América-Latina, as reformas também foram marcadas pelo controle da terra por grandes latifundiários. A *Lei de Terras*[20], buscou medidas que serviriam como um reorganizador do acesso à terra, uma vez que tentava estabelecer a aquisição unicamente pela compra, à medida que também foi um fator desestruturador, visto que, houve a expulsão de trabalhadores rurais de suas terras. Linhares e Silva, apontam que o despojamento de trabalhadores de suas terras buscou garantir um contingente de trabalhadores que pudessem substituir os escravos[21]. Foi nesse sentido que buscaram corrigir os problemas provenientes da mão de obra escrava

> Exatamente, objetivando com pensar as perdas provenientes da situação de crise que se abateu sobre a pequena produção, crise essa gerada a partir das transformações ocorridas a partir de 1850, foi que se iniciou o processo de colonização nacional. Tal processo cumpriu, portanto, o papel de reorganização da pequena produção, ao mesmo tempo em que evitaria a evasão da mão de obra, fixando parte da volumosa população livre disponível em uma região propícia â expansão da fronteira agrícola.[22]

A lei de terras, juntamente com o fim do tráfico de escravos, influenciou de maneira considerável na política de colonização, a partir de 1850, haja vista que, para Lyra[23], a lei estimulava a criação de núcleos coloniais agrícolas, assim como também a imigração de estrangeiros. Já no final do século XIX, com o fim da escravidão, a imigração se tornaria mais concreta, e objetivava colonizar e substituir a mão de obra escrava. Do outro lado, aqueles que não conseguiram acesso à terra, os nacionais surgiriam como uma alternativa e um força de trabalho a ser pensada também para a

---

[20] A lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, buscou a regulamentação de terras durante o período do império no Brasil. A lei determinava que a única forma de acesso à terra fosse através da compra, de outra forma, a lei também acabou desestruturando a pequena produção, pois falhava em agir como elemento reorganizador do acesso à terra (LYRA, 1982).
[21] LINHARES, 1999.
[22] LYRA, 1982, p. 54.
[23] *Ibidem*.

colonização e trabalho em áreas que o estrangeiro evitava.

2.1 Trabalhadores nacionais: domesticando o homem do campo

Os *nacionais* ou *elementos genuinamente nacionais* eram trabalhadores rurais que formavam um grupo amplo e de difícil definição, e que, desde a segunda metade do século XIX, e principalmente, no início do século XX, com a criação do Serviço de Proteção ao Índio de Localização dos Trabalhadores Nacional (SPILTN), passam a ser pensados como uma mão de obra a ser educada e capacitada dentro dos processos racionais e modernos do trabalho agrícola, para que pudessem se tornar braços de trabalho úteis.

Para Fernanda Santa Roza Ayala Martins[24], o termo "trabalhador nacional" era denominação genérica que abrangeria uma população heterogênea, de origens diversificadas, compreendendo tanto ex-escravos e seus descendentes como também sertanejos e outros grupos. De acordo com Marcio Antônio Both da Silva[25], o emprego do termo "nacional", "trabalhador nacional" e "elemento genuinamente nacional", busca entre outras coisas definir a condição pátria desses sujeitos, como uma forma objetiva de fazer uma contraposição ao trabalhador estrangeiro, ao imigrante. Denise Aparecida Soares de Moura[26] alerta sobre a dificuldade em relação à definição do termo trabalhador nacional. Decorrente da segunda metade do século XIX, o "nacional" se apresenta como um termo complexo e impreciso, e, devido a sua fluidez, pode se referir tanto ao brasileiro pobre e livre, que nunca passou pelo cativeiro, como também aos forros, libertos e filhos de imigrantes.

Nas fontes utilizadas e consultadas, como no caso dos relatórios ministeriais da pasta da agricultura, industrial e comercio, é possível perceber também a diferenciação entre a documentação produzida pelo estado e outras fontes, tais como livros e jornais, quando buscavam se referir ao brasileiro pobre e livre, ao nacional. Termos como caboclo, caipira, sertanejo, jagunço e jeca serviam como forma de caracterizar e pensar a população rural desvalida do Brasil, do início do século XX.

O Jeca-tatu, personagem criado pelo escritor Monteiro Lobato, datado do ano

[24] A respeito do processo de institucionalização de uma política que buscava dar "civilidade" ao índio na primeira república, assim como a localização e utilização de trabalhadores nacionais nos centros agrícolas (MARTINS, 2011).
[25] SILVA, 2008.
[26] MOURA, 2007.

de 1914, apareceu como uma representação do brasileiro daquele período, e oscilou entre a desqualificação e o romantismo. O Jeca era incivilizável e não se dava bem com a terra, pela falta de modos, por ser um ser miserável, vadio, ingênuo e sem nenhum tipo de educação[27]. O Jeca é apenas um dos exemplos que discutiram os nacionais. Além de Monteiro Lobato, Oliveira Viana, Euclides da Cunha e Manuel do Bonfim também dialogaram sobre a população sertaneja daquele período. E é justamente entre o século XIX e XX que o nacional se tornou uma figura importante nos discursões sobre nacionalidade, identidade e progresso.

Foi durante a passagem do século XIX para o século XX que o trabalhador nacional se tornou uma peça importante para as discussões em torno da transição para trabalho livre. Primeiro, com a utilização da sua força de trabalho para substituir o trabalho escravo, depois como uma alternativa à mão de obra estrangeira. Além disso, se tornou uma figura importante nas discussões sobre progresso moral e material no Brasil, do fim do século XIX e início do século XX[28].

No Piauí, o homem livre pobre, durante a segunda metade do século XX já era percebido como uma figura que requeria atenção. Francisco Gleison da Costa Monteiro, na sua Tese de doutorado intitulada *"[...] cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado": terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888)*[29], analisou as experiências e as sociabilidades dos homens pobres livres do sertão, e a partir dos discursos de administradores e autoridades, como o gabinete provincial, a polícia e o judiciário, foi possível perceber que passaram a vigiar esses sujeitos por serem considerados vadios, ociosos e por rejeitarem o trabalho regular.

Um dos desdobramentos de vigia, inclusive, foi a criação de uma Casa de Prisão com Trabalho. Uma forma de punir aqueles considerados vadios, que praticavam furtos, mas que, ao mesmo tempo, enquanto estavam na carceragem, pudessem aprender algum serviço técnico. Por parte do homem livre, diferente dessa perspectiva de vadios e ociosos que foi colocado pelas autoridades, eles trabalhavam em terras alheias, na agricultura de subsistência, em contratos temporários e acertados verbalmente. O que havia na verdade era uma tentativa de controlar e disciplinar a mão de obra livre. Notada no Piauí, não seria totalmente abandonada na

[27] NAXARA,1998.
[28] *Ibidem*.
[29] MONTEIRO, 2016.

transição para o trabalho livre no Brasil, mas repensada, buscando controlar e utilizar a força de trabalho do homem livre, do trabalhador nacional, de forma regular.

Para compreensão do lugar dos nacionais no processo de transição para o trabalho livre, é importante refletir como esses sujeitos eram vistos dentro das fontes oficiais. Pois, sendo um grupo de origem das mais variadas, geralmente pobres, mestiços ou de grupos que vinham dos cativos, os nacionais foram vistos dentro do discurso oficial, ainda que como parte da nação, de maneira depreciativa, como vadios, indolentes, nômades, esquecidos e outros, tal como relatava o relatório do MAIC do ano de 1910.

> Como elementos integrantes do país, e colaboradores de sua prosperidade e, entretanto, esquecidos até agora, vagando no interior dos nossos sertões, sem tento sem instrução para si e para seus filhos, sem um trecho de terra, ignorando as vantagens de viver em um país rico e governado por leis democráticas.[30]

Para as autoridades, os nacionais, ou o pequeno lavrador do campo, viviam em condição precária, sem segurança de instabilidade à terra, e mesmo que tivessem casa e trabalhasse com alguma cultura, no caso com a agricultura de subsistência, não haveria qualquer garantia para ele, pois poderiam por capricho ou por violência perderem seu espaço de trabalho, se tornando nômades. Mesmo que uma pequena fração trabalhasse por salário ou pelo sistema de parceria em grandes propriedades, alegava-se que existia entre esses sujeitos “a falta tenacidade de quem não encontrava estimo para o trabalho”, o que criava pensamentos contrários às atividades desses trabalhadores, ou seja, se construía a ideia de que o nacional não tinha vontade de trabalhar, era vadio e instável.

Alguns pontos contribuíram para tal pensamento. O primeiro deles foi a maneira como esses sujeitos foram utilizados no mundo do trabalho rural, principalmente quando falamos sobre a “sazonalidade”, em relação à demanda por mão de obra em certas épocas do ano, que criava ciclos de trabalho, ainda que irregulares, fazendo com que em certos momentos do ano deixassem os trabalhadores desempregados, o que acabava gerando ócio do trabalho. Essa sazonalidade do trabalho rural, como bem lembrado por Cláudia Alessandra Tessari[31], no seu estudo intitulado e sobre *A escassez sazonal de mão de obra na agricultura paulista*, ocorria porque no trabalho

[30] BRASIL, 1913, p. 45.
[31] TESSARI, 2011.

agrícola não existia uma regularidade, linearidade ou ocorria de forma sistemática.

> Por depender demasiadamente das forças da natureza e por ser dependente do ciclo de vida de cada planta, do clima e da ação do clima sobre as plantas, o trabalho agrícola faz-se de maneira descontínua, com tarefas e ritmos diferentes ao longo do ano agrícola e alternando momentos de trabalho intenso, de pouco trabalho e de não trabalho (a vacante). Podemos dizer, portanto, que havia uma alta sazonalidade na demanda por mão de obra na agricultura.[32]

O trabalho agrícola, entre o final do século XIX e início do século XX, ocorria ainda com dependência de fatores naturais, sofrendo bastante a influência do clima, já que não existia até o momento desenvolvimento científico e técnico para facilitar ou alterar o ciclo do cultivo. Havia, então, a ocorrência de uma alta sazonalidade em relação à atuação da mão de obra, com uma maior demanda de trabalho nos momentos de cultivo, e menos ou até nenhum trabalho nos momentos da entressafra.[33] Sobre a falta de braços, a questão da sazonalidade do trabalho agrícola mostrava uma contradição, uma vez que nos momentos de pico (plantio e colheita) nas fazendas, a alta demanda e concorrência entre as fazendas, e até outros setores, fazia com que mesmo a grande quantidade de trabalhadores que era maior nesse período, não atendesse a empresa rural prontamente e na quantidade necessária.[34]

A escassez relacionava-se à necessidade de uma reserva de mão de obra para os períodos de pico. Por outro lado, nos demais períodos do ano, os trabalhadores estariam sem emprego. Argumentava-se a existência de um povo vadio e nômade que evitava o trabalho, por isso a “falta de braços”, como opção aos nacionais, viriam os imigrantes estrangeiros. Junto à questão da sazonalidade da agricultura, que criou períodos de alta demanda de trabalho até a vacância. Um outro ponto é que, na visão de Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva[35], com fim da escravidão, a libertação possibilitou uma ampla liberdade de movimento para os trabalhadores, que se deslocavam em busca de melhores colocações e oportunidades de áreas, que ainda mantinham uma antiga mentalidade escravocrata. Por consequência, havia a dificuldade do grande latifundiário em concentrar a mão de obra sob o seu controle.

---

[32] TESSARI, 2011, p. 45.
[33] *Ibidem*.
[34] *Ibidem*.
[35] LINHARES, 1999.

Voltamos aqui, ao problema da reserva da mão de obra necessária para manutenção do sistema agro exportador nos períodos de maior necessidade de mão de obra. Pois, no sentido de ter tal reserva, se percebia também, a necessidade de uma completa sujeição por parte do trabalhador rural ao latifúndio, a completa dedicação a atividades. De outra maneira, a incorporação desses trabalhadores ao processo produtivo, implicava muitas vezes no aliciamento e na coerção, ao invés de permiti-lhes outras alternativas, como a agricultura de subsistência e o direcionamento para os centros urbanos.

A princípio, uma das alternativas encontradas neste momento, foi o incentivo as imigrações e também pelo aproveitamento da mão de obra do trabalhador livre, esta que se intensificou no final do século com XIX com o fim da escravidão. Além do tráfico Inter provincial que surgiu como alternativa ao tráfico africano, uma das alternativas que começaram a ser pensadas foi a utilização de trabalhadores livres, já que a alta demanda por mão de obra nas lavouras de café, fazia com que os preços dos escravos subissem e o acesso a esse tipo de trabalhador se tornassem difícil por parte de alguns setores. Contudo, a como ressaltado por Emília Viotti da Costa[36], existia um certo receio por parte dos fazendeiros em utilizar o trabalhador nacional livre, porque os que tinham acesso à terra recusavam-se a trabalhar nas fazendas de forma regular.

Denise Aparecida Soares de Moura[37] alertou sobre a existência de conflitos de interesses, entre os pequenos lavradores e os grandes latifundiários, que via no roceiro uma solução potencial para exercer o trabalho nas lavouras de café. Contudo, existia a diferença entre os ciclos de produção da grande lavoura e a economia de subsistência, praticada pelos nacionais com suas roças. Esse é um ponto de importante atenção. Afinal, os nacionais abrangiam uma categoria diversa, e esse trabalhador que conflitava o trabalho na roça e trabalho nas fazendas, que detinha a posse da terra para plantar, era uma exceção. Outros já não tinham o mesmo privilégio à disposição, como os libertos e os mais pobres.

A maneira encontrada para solucionar o problema em relação a esses trabalhadores era reuni-los e torná-los úteis ao país e a lavoura. Dando-lhes esperança, que seria concedida pelo acesso à terra, além de abrigo e educação, tanto no que se referia à instalação de escolas primarias como centros de aprendizagem

[36] COSTA, 1986.
[37] MOURA, 2007.

agrícolas e manejo de maquinas agrícolas.

Além da preocupação em tornar os nacionais uma mão de obras útil, havia a preocupação em colonizar áreas desertas do território. Tecnificar o homem do campo e moldá-lo para tirar o máximo proveito de sua força de trabalho, essa foi a máxima dentro de um projeto político educacional e nacionalizador para os trabalhadores nacionais. Para Sônia Regina de Mendonça[38], as ações sobre esses sujeitos, para incorporá-los ao processo produtivo, oscilaram entre a violência e o conhecimento.

A primeira vertente buscou reprimir a vadiagem e o estabelecimento de pequenas propriedades de colônias nacionais, que, a partir da desculpa do povoamento do solo, transformava esses espaços em viveiros com mão de obra útil para o trabalho nas lavouras em determinados períodos do ano.

> Englobados sob a denominação de nacionais, libertos e seus descendentes, assim como sertanejos e caipiras, eram identificados no núcleo da desordem e, como tal, passíveis de rigorosa disciplina. De forma mais ou menos violenta, era a essa classe sem hábitos, integrada por seres inferiores, porém laboriosa por ativismo, que se buscava domesticar por meio do discurso embebido das teorias socio-medicas das teorias organicistas. A atitude disciplinar como instrumento de correção comportamental prevalecia.[39]

Com base nessas informações, percebemos que esse tipo de dominação imposta aos nacionais, muitas vezes pelo uso da violência, além da correção, procurou também evitar o êxodo rural do trabalhador para as cidades ou para práticas de atividades de subsistência, a exemplo dos roçados. Com essas ações, o grande proprietário, detentor das terras, onde estariam localizadas as colônias de pequenos proprietários, detinha uma reserva de braços para o trabalho sazonal na lavoura, sem o risco de falta de braços.

O segundo ponto de ação levantada pela autora, estaria voltado para um modelo educacional pensado para recuperação do homem do campo, o que não excluiu o uso da violência como forma de compulsão ao aprendizado. Essa ação sobre os nacionais visava construir uma nova ética do trabalho que pudesse regenerar e disciplinar os homens inferiores.

2.2 A modernização da agricultura no Brasil: os centros agrícolas e o homem do

[38] MENDONÇA, 1997.
[39] MENDONÇA, 1987, p. 87.

campo

Devido à crise do setor agroexportador e a industrialização e urbanização das cidades, o que se viu foi a produção do campo voltado para o mercado interno, que, segundo Mendonça, “[...] determinaria uma lenta, porém, crescente monetização e mercantilização do latifúndio tradicional e da pequena produção”[40]. Partindo desse ponto, buscou-se as modificações nas relações de trabalho, que, acompanhado pela urbanização e a industrialização, fez surgir uma maior movimentação de grupos agrários, que se sentiam ameaçados pelas mudanças em curso, sendo elas: economicamente, pela expansão da indústria, do comércio e dos bancos, e socialmente, pelas mudanças nas estruturas das relações de trabalho e da possibilidade do deslocamento do poder do campo para a cidade.[41]

No dia 20 de junho de 1910, acompanhando a criação do SPILTN, foi submetido para apreciação, do então presidente Nilo Peçanha, o regulamento desse mesmo serviço, assim como os motivos que justificavam a sua criação. Trazendo uma seção dedicada especialmente para tratar do assunto, como o título “exposição dos motivos”, o então ministro da pasta Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda, ressaltava a necessidade de uma sistematização e prescrição de regras do SPILTN, como uma forma de não só de evitar “erros seculares” do antigo regime no tratamento dado a índios e aos nacionais, mas também buscando a colonização de áreas mal utilizadas ou abandonas.

Aos trabalhadores nacionais, um dos objetivos relatados era a organização do trabalho rural. Questão que era tratada como um problema complexo, pois havia uma organização na grande propriedade agrícola, às vezes sem fiscalização do governo. A partir disso, buscou-se a necessidade de um mecanismo perfeito que pudesse substituir essa organização, com funções regulares, e que tirasse da lavoura a anormalidade proveniente da falta de leis reguladoras para o trabalho no pós-abolição.

> A grande propriedade apresenta em muitas regiões, outrora núcleos de atividade rural, o espaço de terras abandonadas, pela deserção de seus elementos de trabalho, que afluem às cidades e povoados, estabelecendo verdadeiro desequilíbrio entre as forças produtoras e aqueles que, por carência de auxílio ou por habito inveterado de vadiagem, fogem à vida agrícola, e vão agravar pela concorrência, as

[40] MENDONÇA, 1987, p. 87.
[41] *Ibidem*.

> condições econômicas das populações urbanas.[42]

Tal colocação, dada no relatório, revelava o propósito justamente de conter o êxodo rural que despovoava o campo, evitar a atração que era exercida pelas cidades no início do século XX com a industrialização, além de conter o descontrole em relação à mão de obra, que tinha tendência a ser atraída para as áreas mais dinâmicas da produção agrícolas, causado dificuldade em setores menos dinâmicos pela falta de mão de obra.

Sobre os centros e colônias agrícolas é necessário questionar e pensar como eram ocupadas as terras pelos nacionais, e como seria legalizada essas ocupações. Sabe que as ações do estado, em relação a esses espaços, visavam o desenvolvimento da agricultura e povoamento das terras pouco utilizadas. Sobre isso, Francivaldo Alves Nunes, em um estudo sobre os direitos de propriedade em aldeamentos e colônias agrícolas na Amazônia[43], na fala sobre o papel das instituições em conceder direitos de propriedade para os colonos e índios no século XIX, afirma que essa concepção estava condicionada ao uso regular da terra e utilização para agricultura.

Embora esse tipo de concepção tenha sido aplicado a aldeamentos e colônias agrícolas na Amazônia do século XIX, a permanência desse tipo de ação nas colônias e centros agrícolas criadas pelo SPILTN no século XX, ainda se mostrava perceptível, pela presença de certas obrigações regulamentares exigidas aos nacionais e pela compreensão de benefícios dados e estipulados pelo regulamento do serviço.

> A instituição dos direitos de propriedade nos espaços de colonização (aldeamentos e colônias agrícolas) está associada à busca do exercício de dominação e do controle social e territorial pelo Estado imperial brasileiro. Essa dominação é exercida pela inculcação de valores pela atividade agrícola, o que significa pensar a constituição da propriedade como elemento regulador, disciplinador das relações das pessoas entre si e com o espaço. Por outro, o Estado se apresenta como instituição protetora do direito de propriedade, uma vez que cria legislação para esses espaços, sendo os agentes públicos responsáveis por sua implantação.[44]

A propriedade, como elemento regulador disciplinador, pensada a partir dos

[42] BRASIL, 1910, p. 45.
[43] NUNES, 2016.
[44] *Ibidem*.

centros agrícolas, se torna validável pelo propósito de utilização da terra que se estabelecia por meio do regulamento, que buscava localização dos trabalhadores nacionais. No art. 22. do regulamento do SPILTN, se estabelecia que por meio do MAIC seriam criados os centros para localização desses trabalhadores. Todavia, requisitava-se que fossem trabalhadores e tivesse boa moral para merecem favores, em relação à terra.[45] O critério para estabelecimentos desses centros estava posto do art. 23 ao art. 27, e procurava deixar claro os critérios para estabelecimento e aquisição das terras em que seriam construídos os centros.

> Art. 23. Os centros agrícolas serão estabelecidos em boas terras de cultura, apropriada à lavoura mecânica, e dotadas de perfeitas condições de salubridade, de mananciais ou cursos de água potável, servidos de meios fácil de comunicação e próximas dos mercados consumidores.
> Art. 24. O Governo promoverá, desde já a fundação de um ou dois Centro Agrícolas, em cada um dos Estados, em que julgar conveniente, inclusive o Distrito Federal, devendo sempre ser preferidas para esse fim zonas cortadas por estradas de Ferro da União e que reúna os requisitos exigidos pelo artigo anterior.
> Art. 25. O número de Centros Agrícolas poderá ser aumentado anualmente, conformem permitirem as dotações orçamentárias.
> Art. 26. Se os terrenos preferidos para a fundação de um Centro Agrícola forem de propriedade do governo do Estado ou município, o governo procurará obtê-los por doação.
> Parágrafo único. Os Centros Agrícolas serão de preferência estabelecidos nos estados ou municípios que fizerem à União a doação de terrenos na condição estabelecidas no Art. 26.
> Art. 27. Ocorrendo o fato de pertencerem os ditos terrenos a particulares, será sempre preferida a aquisição por composição amigável e de conformidade com o valor locativos das terras, verificado pelo preço médio das vendas realizadas no ultimo quinquênio e só em caso extremo empregasse-a o recurso da desapropriação.[46]

A escolha dos locais para a instalação dos centros buscou não apenas terras abandonadas ou pouco povoadas do território, mas terras que pudessem se extrair o máximo de desenvolvimento agrícola por meios técnicos, incluído os meios de comunicação e a proximidade com mercados consumidores.

No início do século XX, o decreto 8.072, de 20 de junho de 1910, se tornou o responsável por marcar o início do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), na primeira república. Tal decreto tinha como foco

[45] BRASIL, 1912, p, 50.
[46] *Ibidem*.

dois grupos de sujeitos; os índios e os trabalhadores nacionais. Os primeiros, segundo relatório apresentado pelo Ministério da Agricultura, Industria e Comércio no ano de 1913, além da proteção, procuraria trazer o índio para uma aproximação, buscando-se a construção de convívio e de relações sociais nos centros civilizados, já o trabalhador nacional, teria sua energia e aptidão aproveitadas no desenvolvimento dos centros agrícolas.[47]

Por meio do decreto 8.072, os centros agrícolas buscavam a imobilização da mão de obra rural por meio de práticas de "qualificação" e no caso do índio de "civilização". Essa prática se dava, principalmente, no eixo "norte-nordeste", o que acabava impedido as migrações irem para os centros urbanos ou regiões agrícolas com maior desenvolvimento. Assim, eram formados nesses espaços um padrão de trabalhador, que se inseria em modelo corporativista rural e de ensino, onde uma política estatal de distribuição de terras controlaria a força de trabalho do homem do campo.[48] Contudo, era necessário desqualificá-los, colocados como inferiores aos imigrantes, e precisariam ser educados para o trabalho.

Essa desqualificação dos nacionais pode ser percebida em parte, a partir do processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre no século XIX, em que de acordo com Marcia Regina Capelari Naxara[49], os pressupostos iniciais para a desqualificação desses sujeitos estavam ligados à herança escravista, que não teria permitido a inserção da população livre no mercado de trabalho. Além disso, se desvalorizou o trabalho manual, pela sua ligação com o trabalho escravo. O que se viu, a partir desse ponto, foi o incentivo e a valorização maior dos trabalhadores estrangeiros, em detrimento da mão de obra nacional, na qual, estes últimos, uma parcela significativa da população brasileira, juntamente com ex-escravos, foram marginalizados e colocados em segundo plano.[50]

Os nacionais, na grande maioria das vezes, foram considerados vadios, preguiçosos e sem qualificação para o trabalho, principalmente quando direcionados às atividades que requisitavam uma maior técnica, organização e regularidade. Foi diante disso que os nacionais, trabalhadores libertos e livres, se distanciavam de trabalhos que os colocavam sob o domínio dos senhores em suas terras. Já que a

[47] BRASIL, 1913, p. 45.
[48] *Ibidem*.
[49] NAXARA,1998.
[50] *Ibidem*.

submissão as ordens de alguém significava ser colocado sob as mesmas condições com que os escravos eram tratados.[51] É deste modo que, buscando se distanciar de áreas de trabalho que os colocavam sob sujeição, acabavam optando por uma vida errante.

> Utilizando-se dos recursos naturais da terra da caça e pesca, das pequenas plantações que rodeavam as choupanas rudimentares, logo abandonadas, quando os senhores englobavam essas áreas de economia de subsistência as suas propriedades, expulsando para zonas rurais mais longínquas. Daí a mendicância e indigência, de um povo de várias origens e matizes, ferrado pela desqualificação social produzida por uma sociedade cuja a riqueza e poder se estruturava no trabalho cativo.[52]

Por parte dos nacionais é possível constatar que existia uma maior movimentação na busca por melhores colocações e um abandono de áreas que se mantinham ainda ligadas a uma mentalidade escravista[53]. Segundo Mendonça, os nacionais foram objetos, entre propostas que oscilavam entre a repressão e a educação, em que se buscou a incorporação desses sujeitos no processo produtivo, procurando evitar que se afastassem para zonas menos dinâmicas. É dessa maneira que despontam a dualidade entre o emprego da violência para repreender a vadiagem e a qualificação do trabalhador para torná-lo útil ao processo produtivo, fazendo-se necessário ensinar esses sujeitos a se tornarem trabalhadores técnicos.

É importante lembrar dos nacionais como uma alternativa ou uma segunda via para o imigrantismo. Assim, “os representantes dos setores agrícolas outrora prósperos da agro exportação brasileira, indicavam soluções para o problema da falta de mão de obra bem distintas da imigração subvencionada e vitoriosa em São Paulo”[54]. Seguindo essa direção, a falta de recursos para fazer o emprego de estrangeiros em sua produção, que esses setores agrícolas partiam de ações repressivas e coercitivas para utilização da força dos nacionais, ou, de outra forma, partindo para a formação de trabalhadores operosos, qualificando-os por meio dos centros agrícolas.

Esse discurso de inserção, qualificação e controle da mão de obra presente, por trás do decreto que criava o SPILTN, na verdade, traz consigo a permanência de

---

[51] KOWARICK, 1994.
[52] *Ibidem*, p. 102.
[53] LINHARES, 1999.
[54] MENDONÇA, 1997

práticas já presentes na segunda metade do século XIX no Brasil. De acordo com Francisco Gleison da Costa Monteiro[55], desde o período Imperial que as elites e as autoridades procuram cercar, controlar a população livre e pobre por julgá-los como sujeitos ociosos e vadios. Assim, tinha-se a pretensão de encaminhar esses homens livres e pobres para atividades produtivas da elite dominante. E, dessa forma, a vigilância a cerca dessa população se intensificou, principalmente com a proximidade da legislação que proibiria o tráfico de escravos, o que fez aparecer nas elites agrárias uma preocupação com a falta da escravidão e, consequentemente, com a substituição da mão de obra nas lavouras.

A princípio, a alternativa encontrada naquele momento foi o incentivo às imigrações e aproveitamento da mão de obra do trabalhador livre. Esta última, se intensificando no final do século com XIX com o fim da escravidão. É nesse sentido que, em acordo com Francisco Alves Nunes56, a criação de colônias agrícolas era parte do plano de reformas, que tinha como foco o desenvolvimento da grande lavoura por meio do financiamento de atividades ligadas ao campo, como: o desenvolvimento do ensino agrícola, o aumento da produção e o uso de novas técnicas de plantio.

Ainda, segundo João Fernando Barreto de Brito[57], no seu estudo intitulado e sobre *A colônia agrícola Sinimbú*, a criação dessas colônias representou muito mais do que a tentativa de desenvolver a lavoura e as províncias no Plano de Reforma da Agricultura no Brasil, visto que, com o fim do tráfico de escravos, houve a preocupação das classes dirigentes no Império, em fazer o uso e o controle da força de trabalho dos braços livres para as lavouras. O homem pobre e livre do campo passa a ser visto como uma alternativa a ser utilizada, tanto na lavoura como em obras públicas.

Segundo Brito[58], nos debates políticos da segunda metade do século XIX, já se destacava a necessidade de garantir o controle sobre o trabalhador livre, de forma que, por bases legais, fosse pensada uma legislação que estabelecesse normas e regras de controle para utilização e favorecimento dos latifundiários. É nessa permanência de discurso que o trabalhador livre do campo passa a ser pensado como uma peça importante para manutenção da mão de obra. De tal modo que:

> Entre dissolutos e famílias carentes da proteção paternalista o patronato rural do século XIX enfrentava as dificuldades de ter de

[55] MONTEIRO, 2016.
[56] NUNES, 2016.
[57] BRITO, 2015.
[58] *Ibidem*.

> converter em trabalhadores produtivos uma população apenas virtualmente passível de se constituir em mão de obra adequada às necessidades da economia agroexportadora em formação. Por volta de meados do século, as mudanças verificadas na economia provincial, particularmente aquelas relativas ao domínio da exportação de determinados produtos agrícolas, tais como o café, o açúcar e, principalmente, o algodão, resultaram numa maior pressão sobre o proletariado rural para se adequar às novas necessidades do mercado capitalista, a cada dia mais presente nas relações de produção sertanejas.[59]

Essas mudanças verificadas na economia mundial, acabam por colocar em primeiro plano a necessidade de qualificação do trabalhador rural e adequação às novas formas de produzir, pensar e manejar a terra, presente por meio de um discurso político, de que o trabalho daria dignidade e solução aos problemas sociais e econômicos enfrentados por esses sujeitos. Mas, o ócio precisaria ser superado para isso. Essa situação se verifica principalmente com as políticas de governamentais de desenvolvimento agrícola, presentes desde o final do século XIX para aumento da economia agrária no campo. Um exemplo das mudanças nas relações de trabalho presentes.

No entanto, é necessário se pensar sobre a condição e a distribuição da colonização, e que, por consequência, também influenciou no tipo de mão de obra, que passará a atuar na agricultura durante a primeira república. Tanto que, no relatório apresentado pelo Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, no ano de 1912[60], o então ministro da pasta Pedro de Toledo, relatou que existia um desequilíbrio entre o número de imigrantes que procuravam os portos da região Sul e os que desembarcavam nos portos da região Norte. Entre os portos mais procurados estavam o do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santos e Belém.

Tal condição, foi alertada como uma necessidade de estudo para que uma parcela da corrente migratória fosse deslocada para a região Norte.[61] No ano seguinte, um novo relatório reitera que tal dificuldade, acabaria por retardar, e, até mesmo, dificultar a colonização de extensas áreas do país.[62] Esse desequilíbrio seria causado, primeiro, pela interrupção da ação do presidente da província que atuou de 1897 a 1907, que tinha por intenção uma melhor distribuição, segundo razões climáticas, que

[59] CÂNDIDO, 2019, p. 76.
[60] BRASIL, 1912, p. 44.
[61] *Ibidem*, p. 44-46.
[62] BRASIL, 1913, p. 44.

foi uma questão levantada por vários governantes dos estados do Norte para o problema do povoamento. E, ligando-se, o governo, o ministério alertava como um problema com relação à proteção dos índios e à localização de trabalhadores nacionais. Quanto a estes últimos, era clara a intenção do governo de utilização e qualificação da mão de obra para trabalho nos centros agrícolas.

> O estabelecimento de dez Centros Agrícolas, cada um com capacidade para admitir cem famílias de agricultores, no mínimo, e que no ano próximo começaram a receber os colonos, é um fato auspicioso, tanto pela sua significação moral, como pelos resultados econômicos dele decorrentes. É grande o abatimento em que vive, pelo interior dos Estados, principalmente no Norte, o nosso proletário agrícola, escravos dos prejuízos oriundos de sua própria ignorância, incapaz de um trabalho remunerador em um meio rotineiro e atrasado, quando é evidente que a capacidade de produção depende menos do valor individual do que da sistematização dos métodos tendentes a aproveitamento máximo do trabalho. Ora, os Centros Agrícolas são a primeira escola destinadas ao ensino e proteção dos nossos trabalhadores rurais.[63]

Fica evidente aqui, como tal discurso (tido como moralizante) foi empregado para qualificação e utilização da mão de obra do homem do campo por meio dos Centros Agrícolas. A esses espaços, caberia uma ação civilizadora, educadora e protetora. Esse entendimento entra em concordância com a autora Sônia Regina de Mendonça[64]. Em seu livro *O Ruralismo brasileiro: 1888-1931*, a autora apresenta o conceito de “ruralismo brasileiro”, como sendo movimento rural institucionalizado, no plano civil e político, que ocorre após o fim da escravidão e as duas primeiras décadas da primeira república. Tal movimento, se destacava entre outras coisas pela “diferenciação” dos interesses agrários no Brasil”, buscando o resgate da vocação agrícola do país através da “diversificação da agricultura nacional”.[65]

Esse movimento era representado por setores agrários dominantes, porém de caráter não-hegemônico, haja vista que não estavam vinculados a nenhum setor produtor de café, que era influente até aquele momento. Segundo a autora, o cerne do movimento estaria na superação do exclusivismo que foi dado a produção do café. E essa superação aconteceria pela diversificação e modernização da agricultura da agricultura nacional. A busca por diversificação acompanhava o cenário:

---

[63] BRASIL, 1913 p. 45.
[64] MENDONÇA, 1997.
[65] *Ibidem*, p. 15

> Como explicarmos o fato de que na metade do século, quando a fome em tempos de paz desapareceu para sempre da Europa ocidental, tenha amentado de forma tão devastadora em grande parte do mundo colonial? Do mesmo modo, como pensarmos as presunçosas afirmações sobre os benefícios vitais do transporte a vapor e dos modernos mercados de grãos, quando tantos milhões, sobretudo na Índia britânica, morreram ao lado dos trilhos das ferrovias ou nos degraus dos depósitos de grãos? [...] em outras palavras, não estamos tratando de “terras de fome” paradas nas aguas estagnadas da história mundial, mas do destino da humanidade tropical no exato momento (1870-1914) em que sua mão-de-obra e seus produtos eram dinamicamente recrutados para uma economia mundial centralizadas em Londres. Milhões morreram, não fora do “sistema mundial moderno”, mas exatamente no processo de violenta incorporação nas estruturas políticas desse sistema. Morreram na idade de ouro do capitalismo Liberal.[66]

Portanto, é importante notar que esses vários países produtores de matérias-primas adotaram mudanças para atender o mercado internacional, e, com isso, grandes proprietários acabaram por adotar mudanças para atender ao mercado, trazendo com isso o fim das relações paternalistas e uma mudança para o individualismo, e que, por consequência da seca, a população mais pobre acabava por ficar submetida às ações dos governos e proprietários locais.

2.3 Retirantes, o socorro que veio por meio do trabalho

Apresentamos aqui um outro ponto de ligação com os centros agrícolas e a busca por tutela de mão de obra a baixo custo e útil, que recaiu para os retirantes da seca. Sujeitos que buscavam auxílio nas obras públicas nos períodos de seca para sustentar seus familiares. Eles travaram duras lutas de resistência contra a natureza e o meio social que eram inseridos, em que muitas vezes se viam obrigados a ressignificar seus ofícios de trabalho, e até mesmo na agricultura, como quando se dirigiam para o trabalho nas fazendas de café na região Sudeste ou em colônias agrícolas, mudando seu tempo de plantar, colher, utilizando instrumentos de trabalho alheios a sua vivência.

As migrações e as obras públicas na região Nordeste do Brasil mantiveram uma relação muito próxima, em diversos momentos da sua história, principalmente nos períodos de seca, quando além da ameaça econômica à produção sertaneja, a

[66] DAVIS, 2002.

população pobre procurava formas de socorro e sobrevivência para uma crise que ia além de questões climáticas.

A seca, a partir do ano de 1887, no Nordeste, passava a trazer uma nova configuração entre a falta de chuvas e a populações do semiárido, transformando-a em um sinônimo de multidões de retirantes que amarguram pelas estradas em busca de socorro[67]. A seca também passava a evidenciar graves problemas sociais, como: doenças, a fome e a miséria extrema. O êxodo da população rural acabava fazendo com que novas experiências passassem a ser formadas e figuradas de maneira significativa pelos retirantes da seca, de maneira que o socorro/auxílio procurado, principalmente, nos centros urbanos, nem sempre chegava pela caridade na forma de alimentação, roupas e abrigo, mas sim condicionado pelo trabalho exploratório.

A intenção não era somente dar trabalho aos retirantes, mas também afastar as multidões dos centros urbanos e da "ociosidade". E se "o trabalho dignifica o homem", o recrutamento de milhares de retirantes em obras de socorro público, desde o final do século XIX e início do século XX, mostrava que as elites pensavam no trabalho, não só como uma maneira de dignificar, mas como um meio estratégico de converter "mendigos em trabalhadores"[68] capazes de construir estradas, ferrovias, prédios, açudes e exercer funções diversas, muitas vezes em condições insalubres, com doenças, falta de água e com mudanças nos códigos de trabalho.

Mas, afinal, como a seca passa dar um novo significado aos homens do campo? Ganhando notoriedade entres os anos 1877 e 1879, período em que a seca fez inúmeras vítimas, matando mais de 500 mil nordestinos, sendo que 200 mil foram registradas somente no estado do Ceará[69]. Segundo Frederico de Castro Neves[70], é justamente nesse período que o problema explodia no centro urbano de Fortaleza, no Ceará, e um conjunto de práticas e saberes começava a se construir em torno do retirante, que torna um conceito importante para esta pesquisa.

De acordo com Neves, o retirante é aquele homem que se retira da sua moradia durante as secas, mas que percebê-lo unicamente a partir das questões provenientes da falta de questões climáticas já é uma objetivação, uma definição que o generaliza como se fosse o natural. E é esse sujeito se torna a principal figura em torno das

[67] CÂNDIDO, 2019.
[68] *Ibidem*.
[69] PONPONET, 2009, p. 59.
[70] NEVES, 1995.

práticas construídas pelas suas vivências internas e externas. Desse modo:

> O personagem que ganha repercussão nacional não é mais o rico senhor de engenho, mas é o retirante das secas – pobre, faminto, maltrapilho, doente, viciado pelas esmolas e descuidado pela fome. O camponês – morador, sitiante, parceiro, meeiro, agregado – das áreas secas de uma parte do antigo "Norte" transforma-se no "flagelado", que percorre o país em busca de trabalho e, principalmente, de refazer as redes de apadrinhamento e proteção em que vivia em seu local de origem; constitui-se, agora, no objeto de um sem-número de saberes.[71]

É esse homem que passa a ser o sujeito principal durante as secas, e que, junto a essa produção de saberes, se torna ativo, tanto na condução de suas ações como na produção de experiências de trabalho. O que buscamos a partir desse ponto é nos distanciarmos da visão que reduz a ações desses sujeitos a mera busca por sobrevivência. Pois essa seria uma visão simplista, haja vista que, segundo Frederico Castro Neves, as ações dessas multidões de retirantes são construídas a partir de uma cultura política sertaneja.

Caracterizando e possibilitando a existência de um sujeito político coletivo, ou seja, "a multidão de retirantes que, seca após seca, movimentavam-se entre as cidades do interior em direção aos centros político-administrativos"[72], a esse exemplo do Piauí, soma-se ao de Fortaleza, no Ceará. Segundo Lara Castro[73], o que se pode notar é que, em geral, nesses movimentos não existem uma percepção clara de instituições e lideranças que os dirigiam.

Porém, de certa forma, ainda é possível notar que existe uma atuação política coletiva, mesmo que não exista uma articulação metódica e fins previamente traçados. Esse movimento, se tratava de uma forma de resistência que, de acordo com James Scott[74], tinha como objetivo final, não o fato de derrubar ou mudar o sistema, mas sim, o simples fato de sobreviver. É nessa ideia de sobrevivência que ações dos nacionais são claramente práticas cotidianas de resistência, pois:

> Micro-resistência entre camponeses é qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas à essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou

[71] NEVES, 2012.
[72] SANTOS, 2017.
[73] FERREIRA, 2016.
[74] SCOTT, 2002, p. 10-31.

> empresas de empréstimo de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores.[75]

A partir dessa ideia que é válida, retornamos ao conceito de sujeito político coletivo, pois, segundo o próprio Scott, não se faz necessário assumir um caráter de ação coletiva formal, já que esse tipo de resistência está preocupado com ganhos imediatos, e, muitas vezes, pelo seu próprio caráter informal, essas ações se apresentam de forma dissimulada. Ou seja, o caráter das ações desses sujeitos políticos coletivos são muitas vezes reivindicações e ações que se direcionam em tempos de crise (como no período das secas), ganhando sobrevivência.

Em acordo com Neves[76], a politização das massas é sempre vista como algo exterior, operada sob a influência de um agente externo (instituições como partidos e sindicatos) ou um evento da vida representativa (a exemplo de uma eleição). De certa maneira, o que podemos perceber é que "as ações políticas seriam aquelas que se dirigem (contra ou a favor) aos organismos estatais".[77] Ou seja, uma política formal onde por meio de um modelo hierárquico de estruturação, em que as instituições como "partidos sindicatos e associações de classes" se tornam o referencial para a identificação das ações coletivas dos retirantes.

> A Política, desta forma, fica circunscrita a um campo definido pelo Estado e seus padrões estruturais, estabelecido como "civilizado", relegando a diversidade de formas populares de organização e defesa de seus direitos ou costumes ao campo da "bárbarie" – ações auto-indulgentes, desprovidas de sentido coletivo e de parâmetros de convivência social segundo regras de troca equivalente baseadas no mercado.[78]

De tal modo, é possível perceber que as ações desses sujeitos só seriam reconhecidas como políticas apenas quando seguiam para um campo definido, pelo estado e pelos seus padrões estruturais, previamente estabelecidos, e os demais atos estariam relegados ao campo do barbarismo. Barbárie essa que era atribuída aos retirantes, pois, em decorrência das secas, produziram crises nas cidades, já que eram causadores de surpresas ou desajuste sociais graves, para os governantes. E

---

[75] SCOTT, 2002, p. 24.
[76] NEVES, 2009.
[77] *Ibidem*, p. 191.
[78] *Ibidem*, p. 186-201.

esse é um ponto importante, na maneira de reconhecer o sujeito retirante, e válido no momento de se pensar que as tensões produzidas colocavam o migrante como aquele que trazia nos períodos de seca, o cerne das mazelas sociais para as cidades. É nesse sentido que:

> [...] a seca – leia-se: fome, miséria, migrações. Etc. – é vista também, por estes saberes, como 'um grande desasjustador social, uma fonte de imoralidade, uma causa de desespero que mina a fé cristã, um eficiente fator de criminalidade' que provoca uma 'desorganização profunda da economia regional' e, 'talvez principalmente', uma 'desintegração na ordem religiosa, moral e cívica.[79]

É nesse ponto que o desvio de conduta dos retirantes gerava ações coletivas, pois a seca foi considerada como um desajustador social, uma vez que legitimava os conflitos e validava as ações desses sujeitos coletivos, sobretudo, quando em crise social, seja ela nos centros urbanos ou nos espaços da zona rural. As ações desses sujeitos que se retiravam durante as secas são retratos fiéis das experiências sociais e históricas que se fazem, como representação da luta de uma classe social. Segundo Edward Palmer Thompson, as classes:

> [...] não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses membros nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real.[80]

A classe de trabalhadores flagelados não existe fora da experiência de situações de determinadas sociedades. Seja elas produzidas nas tensões como saques, invasões e roubos nas cidades e fazendas, nas experiências de trabalho no campo, na cidade, ou mesmo em formas de resistência, como uma mudança cultural imposta (por exemplo as mudanças de uma agricultura familiar de subsistência para uma agricultura mecanizada no campo). É nessa perspectiva que nossa atenção se

[79] NEVES, 1995.
[80] THOMPSON, 2001, p. 274.

volta para entender a criação das colônias agrícolas e aproveitamento da mão de obra no campo, principalmente dos trabalhadores nacionais.

Segundo Kênia Rios (2014), os sujeitos passam a agir e reagir segundo suas experiências cotidianas. Essas experiências não se dirigem por uma trajetória linear e única, já que esses sujeitos agem e reagem a partir de suas vivências cotidianas, se transformam em uma rede de relações com diversas possibilidades de transformações diante das suas relações com o mundo. De tal modo, a construção das experiências históricas e sociais pelos sujeitos têm por tendência passar por todos os segmentos da condição humana, de modo que elas irão se organizar em função de formações religiosas e atividades de cunho profissional ou mesmo de atitudes.

> [...] é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma.[81]

Se constituindo também por meio das manifestações culturais, políticas e ideológicas, as experiências são determinadas por meio das relações de produção. A experiência se faz como mediadora para a formação da consciência de classe, uma vez que ela expressa as contradições sociais no capitalismo. Assim, quando falamos de migrante, que durante a seca se retirava para os centros urbanos ou para qualquer outro lugar em busca de auxílio, as experiências dos mesmos acabam por expressar as contradições diante do sistema em relação e aos meios de produção, consequentemente, o que temos é que esses sujeitos políticos coletivos acabam por praticar certas formas de resistência cotidiana como meio para sobreviver, não só diante da crise acarretada pela seca, mas diante das contradições que aparecem pela própria condição do sujeito diante da pobreza.

Essas contradições podem ser notadas nas relações estabelecidas no estado do Piauí, onde as migrações foram intensificadas pela seca, e essa calamidade fez com que o trânsito de pessoas dentro do estado aumentasse, sobretudo, nas últimas décadas do século XX, em que grande parte dos migrantes eram de estados vizinhos,

[81] THOMPSON, 1987, p. 10.

tendo como destino os estados do Maranhão, Amazonas e Pará.

> Os dramas sociais relacionados com o clima que constam da história piauiense até 1877 foram, foram, sem exceção devido a chegada de imigrantes, sobretudo cearenses. Vagas de famintos de outros estados adentravam o território piauiense em busca de refúgio, alimentando as crônicas de tragédias locais. Mesmo após 1877, ainda por um longo tempo, o Piauí viria a desempenhar um notável papel de anteparo as periódicas perturbações econômicas de seus vizinhos, atuando sempre no sentido de preservação da mão-de-obra ameaçada. Os problemas clássicos da "seca nordestina" surgiram então, no Piauí, não devido a fatores internos, mas sim em razão dos retirantes de outros estados.[82]

A seca no Piauí teve a peculiaridade de sofrer muito mais com a seca do proveniente de estados vizinhos, visto que recebia muito mais retirantes de outros estados do que do seu próprio espaço geográfico, o que fez com que o papel desempenhado pelo estado fosse o de preservação dos trabalhadores retirantes e, claro, utilização dela. A posição do estado nos tempos de crise deixava claro, seu papel dentro da economia regional nordestina, o de reparador dos desastres provenientes da seca.[83] Ainda no século XIX, a maneira pensada pelo governo para administrar os imigrantes, ainda que se buscasse uma assistência, trazia já consigo a busca pelo controle da mão de obra do retirante.

> A intervenção de socorros do Governo do Piauí, exercido por liberais e conservadores era feita conjuntamente com proprietários rurais que obtiveram tantas vantagens com mão de obra gratuita, a ponto de sugerirem ao governo provincial a criação de núcleos coloniais em suas propriedades, onde abrigariam os emigrantes. Estes núcleos ficariam sob administração de proprietários e as despesas custeadas pelo governo. (...) tinha por objetivos receber imigrantes flagelados pela seca em áreas próximas à capital, de forma a resguardá-las de entradas maciças, evitando, assim, possíveis problemas sociais.[84]

É notável que a condição de assistencialismo vinha condicionada pelo trabalho, e com isso tinha-se mão de obra gratuita ou barata, buscando-se também que a multidão de flagelados invadisse ou transitasse pelas ruas da capital. A própria Colônia Agrícola David Caldas no Piauí pode ser citada com um exemplo claro dessa prática. Fundada no ano de 1912, localizada no município de União, ela se tornou um

[82] DOMINGOS NETO; BORGES, 1987, p. 43.
[83] *Ibidem*.
[84] ARAUJO, 1991.

espaço importante e privilegiado para um estudo não apenas da seca e suas implicações, mas também como um local onde múltiplas relações entre diferentes sujeitos e grupos foram construídas e reconstruídas a partir das relações de trabalho. David Caldas foi pensada para ser uma fazenda modelo dentro da agricultura piauiense[85], e teve a finalidade de localizar os trabalhadores nacionais, e, por consequência, das estiagens, os retirantes da seca.

No século XX, a maneira de lidar com a seca no estado ainda permaneceu a mesma, o reparador e preservador da mão-de-obra de outros estados. Podemos notar isso, a partir do relatório do Ministério da Agricultura, Industria e Comércio do ano de 1916[86], mostra que o espaço contava com o número de 158 famílias de trabalhadores nacionais, totalizando um total de 653 pessoas. Já o número de flagelados presentes no local era de um total de 403 famílias. Totalizando um total de 2.528 pessoas. Os flagelados que ali se encontravam foram assistidos com alimentação, trabalho e medicamentos.[87]

A partir desse ponto, podemos notar duas coisas em relação aos retirantes nos anos da colônia David Caldas. A primeira, é a condição do Estado em garantir a preservação e utilização da mão de obra dos flagelados dentro da colônia, embora fosse na maior parte das vezes um local de passagem ou de aguardo até que a seca passasse. A segunda, é a clara separação entre trabalhadores nacionais e flagelados. Em hipótese, essa diferenciação aconteceria por motivos qualitativos, pois existiriam aqueles que se fixariam e participariam do processo de qualificação no centro agrícola, os colonos, e aqueles que passariam uma temporada, atravessariam o rio Parnaíba em direção aos estados do Norte ou retornariam às suas terras.

Podemos notar a diferenciação entre nacionais e os retirantes de maneira simplificada. O primeiro, seria um grupo direcionado para fixação efetiva no solo das colônias agrícolas, desenvolvendo a agricultura por meio da fixação e da aprendizagem de técnicas agrícolas. O segundo, seria um elemento passageiro, sazonal, ocorrendo em certos períodos do ano. Quanto à questão da fixação, a própria condição de ser retirante dificultaria tal ação, pelo menos dentro do regulamento que regia a criação do SPILTN, sob o qual os centros foram estabelecidos.

---

[85] MEDEIROS, 2013.
[86] BRASIL, 1916, p. 93-94.
[87] *Ibidem*.

> Art.28. Os trabalhadores nacionais poderão adquirir lotes de que lhe couberem, mediante a pagamento imediato ou dentro do prazo de sete anos, a conta da data de sua instalação no Centro, cabendo-lhe, conforme a hipótese, título definitivo ou provisório da propriedade.[88]

A condição de retirante, de buscar sobrevivência, impediria o acesso à terra, por questão financeira e porque a retirada de sua terra, na maioria das vezes, era algo que não se relacionaria com a permanência, mas a busca de auxílio na forma de trabalho para seu sustento ou da família nos períodos de estiagem. Podemos considerar por último a resistência ao controle de sua jornada de trabalho, a introdução de novas técnicas agrícolas e a mecanização da agricultura no interior da colônia.

Levando em conta a relação entre grupos com propósitos diferentes, na qual, de um lado, uma elite agrária que não participava do cenário de prestigio nacional, buscou em órgãos como Ministério da Agricultura, Industria e Comércio uma oportunidade de resgate da chamada “vocação agrícola”. De tal modo, esse resgate se daria por um processo civilizador, qualificador e educador do trabalhador nacional. Por meio do SPILTN, empregava-se um discurso modernizador da agricultura e de variação de produtos agrícolas dentro do cenário nacional, e foi por meio da construção de colônias e centros agrícolas distribuídas que tal prática se tornou ativa.

Do outra lado, os retirantes, um grupo específico que, buscando uma forma de sobreviver a penúria da seca, acabou sendo levado a trabalhar na construção de açudes, nas estradas, nas ferrovias e também no trabalho em colônias agrícolas. Desse modo, um acontecimento como a seca traz consigo questionamentos em relação aos retirantes, que buscaram na colônia agrícola um modo de sobrevivência, não sendo passivos a uma política agrícola.

Portanto, a Colônia Agrícola David Caldas torna-se um espaço importante para estudo dos retirantes, e o estado Piauí também se torna um dos principais pontos de passagens dos retirantes nordestinos que fugiam da seca e se deslocavam para a região Norte do país em busca de trabalho. Se sabe que, embora o Piauí tenha sido um ponto de passagem durantes as secas, houve fixação e auxílio aos retirantes, vindos principalmente dos estados vizinhos que sofriam mais com a seca.

---

[88] BRASIL, 1911, art. 28, n.p.

3 A FUNDAÇÃO DO CENTRO AGRÍCOLA: NASCE DAVID CALDAS AS MARGENS DO RIO PARNAÍBA

A fundação da colônia Agrícola David Caldas foi importante para a formação de trabalhadores nacionais e o auxílio aos retirantes, mas também nos resta questionar se esses grupos eram percebidos pelas autoridades locais no processo de formação pelo estado, e qual o significado da criação da colônia no Piauí, no que diz respeito ao acesso à terra e suas implicações econômicas e sociais. As transformações nesse espaço, provenientes da chegada de retirantes durante a seca, nos permite problematizar: quais as ações adotadas pelo estado dentro da colônia agrícola para dar assistência e/ou controlar a força de trabalhadores retirantes no espaço? É o que pretendemos analisar nas próximas páginas.

3.1 Economia e a desorganização da mão de obra no Piauí

No que se refere à economia, o Piauí, da segunda metade do século XIX, tinha como característica a "[...] associação entre a pecuária e a economia agrícola de subsistência, com eventual brecha para produção e exportação de gêneros, como algodão [...]"[89]. O Piauí enfrentou sérios problemas para alavancar sua produção. Uma delas era a infraestrutura.

Avaliamos que a inserção do Piauí no mercado externo somente ocorreu ao longo da primeira metade do século XX, o que era a realização de um projeto originalmente proposto pelo conselheiro José Antonio Saraiva, no século XIX, quando era o presidente da Província. Sob sua gestão foi feita a transferência da capital de Oeiras para a nova cidade chamada Teresina às margens do Rio Parnaíba.

O centro do projeto de Saraiva para o desenvolvimento da Província do Piauí era o Rio Parnaíba como meio de navegação para escoamento da produção, o que virtualmente seria "[...] indutora da expansão agrícola e comercial [...]".[90] No entanto, mesmo com a relativa importância histórica da pecuária para o desenvolvimento da região, Teresinha Queiroz aponta que como "[...] fonte de receita pública e talvez mesmo de rendas particulares, a pecuária foi superada pelas atividades extrativas".[91]

[89] QUEIROZ, 1998, p. 10.
[90] *Ibidem*, p. 11.
[91] *Ibidem*.

Segundo a historiadora, compreender a dinâmica que caracteriza a economia do Piauí, no período da segunda metade do século XIX, somente seria possível à medida que se possa permitir compreender o lugar do Piauí no Império, notadamente a "[...] medida do entendimento da posição [da Província] no contexto regional e à luz dos problemas e perspectivas da economia nacional".[92] A economia do Piauí se movia, então, de forma muito lenta, sem acompanhar o ritmo de evolução das outras províncias do Império, de maneira especial as Províncias do Sul, onde começava a haver um fluxo maior da cultura do café, principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo[93].

Destarte, com o lumiar do século XX, aparece a ideia de construção de colônias agrícolas no estado do Piauí, que já se mostrava dentro das propostas no final do século XIX, como uma medida salvadora da economia do estado, e que era algo inadiável. A colonização era peça chave, não apenas para saber lidar com o povoamento e baixa densidade demográfica, mas também com o renascimento da lavoura, que era tida como em crise[94].

Em 1896, durante o governo de Coriolano de Carvalho e Silva, já se cogitava que fossem construídas duas ou mais colônias agrícolas, além de depende recursos para a promoção da imigração no estado. A introdução de braços por meio da imigração e da colonização era naquele momento um fator importante a se considerar para reerguer a agricultura do estado. A evasão da mão de obra, ponto também levantado pelo governador Coriolano de Carvalho, acontecia pela atração da região da borracha, na Amazônia, e pela entrada no exército nacional.

Já no relatório governamental de Raymundo Arthur de Vasconcelos[95], em 1899, sua visão sobre a organização do trabalho do estado era que ela deveria ser feita com as forças disponíveis, de forma progressiva. Pois para ele, a imigração e a colonização eram dois problemas civilizadores quando feitos de forma brusca, rápida e não espontânea. Para Arthur de Vasconcelos, esse tipo de ação era a precursão da anarquia social e a morte da nacionalidade. O que se exigia era cautela com a imigração e a colonização. O primeiro passo deveria ser feito com o estabelecimento de colônias agrícolas de nacionais, a fim de se aproveitar os piauienses validos.

[92] QUEIROZ, 1998, p. 10.
[93] MONTEIRO, 2017.
[94] PIAUÍ, APPI, 1896.
[95] PIAUÍ, APPI, 1899.

No final da primeira década do século XX, a economia do estado do Piauí não era vista de maneira otimista e tão pouco com o progresso que deveria estar tendo. Vários fatores eram apontados, como, em sua maioria, as causas já conhecidas: os problemas relacionados ao desenvolvimento da agricultura e a pecuária. Em relatório apresentado pelo governador Anísio Auto de Abreu, em 1909, o estado piauiense era descrito como um espaço de abundância recursos, mas que os aproveitavam mal. Para Anísio de Abreu, o Piauí poderia ser um dos estados da União mais adiantados, prósperos e ricos, mas era economicamente um dos últimos. Isso ocorria, de acordo com ele, por três motivos: o trabalho, a terra e o capital.

> Como sabeis – o progresso, o desenvolvimento e a prosperidade da exploração, quer agrícola, quer pastoril – e este é o nosso caso, dependem de três fatores principais: terra, trabalho e capital. O primeiro temol-o completamente desorganizado, rotineiro, embrionário, o segundo possuimol-o em ambudância, o terceiro – que deve ser ao mesmo tempo a resultante da ação e da exploração ou cultivo inteligente e perseverante dos anteriores – e o propulsor do progresso e o desenvolvimento de ambos – absolutamente não possuímos.[96]

Uma das argumentações que giravam em torno desses três aspectos para o atraso econômico do estado, era que havia uma disparidade entres os recursos naturais disponíveis e o desenvolvimento lento do estado, que acarretava na falta de recursos financeiros do estado. Uma das causas principais para essa disparidade, ou melhor, no mal aproveitamento dos recursos, estava alocado, no já mencionado motivo, o trabalho, especificamente no homem do campo piauiense. Era dele a culpa por não aproveitar devidamente os “fartos” recursos naturais do estado.

O homem do campo piauiense era percebido com a figura do atraso. Era esse sujeito, descrito no *Relatório dos Presidentes do Estados Brasileiros (PI)*[97], de 1909, que tendia a se entregar uma existência vegetativa, que não tinha estimulo e iniciativa, que desistia do cultivo da agricultura e que era rotineiro e entregue ao ócio. Na verdade, a crítica direcionada a esses trabalhadores era a maneira como eles se davam com a agricultura, que voltada para a subsistência, plantando proporções restritas às suas necessidades.

Essa discrição do trabalhador rural piauiense, era uma justificativa para o

[96] PIAUÍ, APPI, 1909, p. 47.
[97] *Ibidem*.

argumento de que o trabalho no Piauí era desorganizado, já que a falta de braços que dificultava o cultivo da terra, eram que deveriam ser qualificados para o trabalho com a agricultura. Kowarick aponta que os nacionais sempre foram encarados como inaptos para o trabalho organizado e regular, sendo marginalizados e caracterizados pela indisciplina. No caso do trabalhador rural piauiense. Para Anísio Abreu[98], foi da abolição súbita que veio o golpe na economia do estado, e por sua causa a grande propriedade foi abalada, ao ponto de quase desaparecer. Uma das áreas afetadas inclusive foi a pequena lavoura, que se dedicava ao cultivo de cereais de primeira necessidade.

Em 01 de dezembro de 1913, o jornal *Diário do Piauhy* publica na sua primeira página, o artigo intirulado “Uma página da importante da monografia sobre o Piauhy que o ilustre sr. José Pires Rabello apresentou na exposição nacional da borracha.”[99]. Nesse trecho da monografia publicada pelo jornal, o engenheiro José Pires Rabello apontava sua tese sobre os problemas da falta de braços para produção agrícola no estado do Piauí. Sua ideia sobre o problema, como apontada por ele, era mais profunda do que a apresentada por Anísio de Abreu[100] ao congresso estadual em 1909, na qual este último destacava que a desorganização do trabalho no estado estava diretamente ligada à abolição.

Pires Rabello, sobre o problema da falta de braço para a produção agrícola, apontou algumas causas que mereciam ser estudadas. A primeira delas, era o que ele chamou de regime de condomínio de solo, onde a ocupação do solo, pela natureza da indústria pastoril, a forma como o gado ocupava, o gera, a característica de ser indivisa, ou seja, apresentando uma indeterminação quanto à área de direito do proprietário. Por esse motivo, a posse acabava tendo um valor conferido de forma arbitrária e até inadequada. E devido ao que Pires Rabello atribuiu de entraves

---

[98] PIAUÍ, APPI, 1909.

[99] “Uma página da importante da monografia sobre o Piauhy”, que o ilustre sr. José Pires Rabello apresentou na exposição nacional da borracha no *Diário do Piauhy*, Teresina, em 1913.

[100] Segundo Pires Rabello, era impossível que a abolição fosse a causa principal da desorganização da mão de obra do estado. Para seu argumento, ele traz o número de escravo em comparação com a população do estado. Ele aponta que o número da população em 1871 era de 178.427 habitantes para um total de 23.795 escravos. Havendo uma diminuição nos anos seguintes. Em 1880, eram 21.000 escravos para um total de 211.000 habitantes. Em 1888, o número de escravos caiu para 16.000, para uma quantidade 260.000 habitantes. Seguindo esses números, seu argumento é que a maior parte desses escravos era desviada para outros serviços, como os domésticos e nas cidades. E desse número só uma pequena parte, cerca de 8.000, era direcionada para o trabalho agrícola e pastoril. Desse modo, era inviável que esses 8.000 pudessem suprir as necessidades de uma população de 250.000 habitantes. Para Pires Rabello, é improvável dizer que o problema da falta de braços para a lavoura é devido à abolição.

processuais e fiscais, as terras não poderiam ter a demarcação correta.

> Tudo faz com que o proprietário se desinteresse das sus terras. Acresce que no estado atual ele não as pode melhorar. Por enquanto fica exposto a uma extorsão promovida por um condômino de maior influência política, ou uma contestação de seus direitos mais ou menos imprecisos. [...] Resta-lhe como demonstração única de seu domínio, a faculdade de ceder *gratuitamente* suas terras aos agregados: não há eximir-se disto, por enquanto os menores possuidores são os que usam mais liberalmente desta franquia em absoluto prejuízo de outros condôminos.[101]

Nesse processo desinteresse das terras por parte dos proprietários, uma solução aparecia única com a desvalorização das terras, a ação de ceder as terras para os agregados. Sobre isso, Pires Rabello considerava que os agregados também não demonstravam o mínimo interesse pela terra. O motivo era a facilidade de agregação que o colocava em uma situação privilegiada, e que criava o que ele chamou de um círculo de devastações[102]. Esse círculo de devastações, se resumia na fácil ocupação pelos agregados, e logo que os primeiros produtos do solo se esgotavam, transferiam sua residência para outra propriedade. Essa ação, criavam uma certa concorrência entre o proprietário e os agregados, visto que, a época de plantação do proprietário concorria com o cultivo da roça do agregado.

Pires de Castro, alega que a isenção de imposto para a pequena propriedade e a falta de ambições por parte desses colonos, que precisavam de pouco para sobrevivência, no máximo um machado e um isqueiro, não necessitando de muito capital. Esse era o primeiro fator que, de acordo com Pires Rabello, colocava o trabalhador do estado do estado do Piauí em uma situação de acomodação. O segundo fator elencado por Pires Rabello, para a desorganização da agricultura do estado, foi o êxodo da população, do campo para as cidades e para o Amazonas.

Esse fator implicava não apenas no deslocamento da população de trabalhadores do campo para as cidades, mas também na mudança de atividade de alguns proprietários que abandonaram suas fazendas, por se sentiram prejudicados pela abolição, e se direcionaram às cidades em busca de alternativas à agricultura. Outros, como mencionado por Rabello, se direcionaram junto com os trabalhadores, para zonas econômicas mais dinâmicas, como o caso da Amazônia.

---

[101] RABELLO, 1913, p. 1.
[102] *Ibidem*.

Como apontando por Sônia Regina de Mendonça, as ideias sobre o atraso da agricultura vinda desde o final do século XIX, se deslocou para o trabalhador do campo, a partir do momento que a abolição criou homens juridicamente livres e que tinham uma certa mobilidade. Mobilidade essa que aparecia de forma mais notória quando havia grandes deslocamentos para zonas econômicas mais dinâmicas.

Se de um lado, passou a haver mobilidade para os homens livres, por outro, por intermédio daqueles que permaneceram, se tornava possível notar o processo de transfiguração da renda, que antes capitalizada na figura do escravo. Contudo, com a abolição e a lei de terras, a renda passou a ser capitalizada pela terra. E, de acordo com Cristiana Costa da Rocha, não se tratava apenas de uma mudança de renda, mas na reestruturação de mecanismo de sujeição e coerção física do trabalhador.

A exemplo, no Piauí, na primeira metade do século XX, parte do aproveitamento das terras da região Norte e centro do estado teve sua exploração baseada em atividades extrativista de produtos em alta no mercado, tal como o babaçu e a carnaúba. Essa exploração era exercida por famílias que em paralelo praticavam agricultura de subsistência. Os trabalhadores viviam em terras cedidas pelos grandes proprietários ou pelo estado. Fixavam-se, atrelavam-se aos regramentos do local, e pelo acordo de ocupação, os regramentos de fixação serviam como meio de manutenção e reprodução da força do trabalho.

Na visão de Pires Rabello, apesar das migrações a população do Piauí, apresentava-se uma taxa de crescimento superior a de outros estados, que não tinham uma corrente migratória acentuada, citando, como exemplos, os estados do Amazonas, Pará, Espirito Santo, São Paulo, Distrito Federal, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.[103] Mesmo com o crescimento da população, havia a falta de braços para a lavoura, e o motivo estava no terceiro e quarto fator da desorganização do trabalho agrícola no estado, a “physchologia do povo”. Ele traz o caso indígena como exemplo, que havia sido construída pela educação jesuítas, transformado “o selvagem” em um meio nômade e meio pastor, limitado por suas necessidades de sobrevivência, e que se manteve imbricada na sociedade piauiense.

> O índio só foi educado até o momento de respeitar as grandes criações de gado dos primeiros colonos. Mesmo com o intuito de só liberarem dos cuidados de sua alimentação, deixaram-lhe ampla liberdade de cuidar de sua vida, contanto que nas pequenas. Ficou assim o índio

[103] RABELLO, 1913, p. 1.

> entregue à pesca e à caça, da qual as correrias, das vaquejadas, atrás de gado bravio, não é mais do que um prolongamento. Os rudimentos de agricultura que manteve, eram limitados às necessidades do lar.[104]

A agricultura limitava as necessidades do lar. Esse era o argumento sobre a "physchologia do povo", que atrasava o desenvolvimento da agrícola no estado. Uma prática ligada às comunidades pastorais, nas quais o trabalho seria restrito às necessidades imediatas. Segundo Pires Rabello, o trabalho nessas comunidades era restrito às demandas, já que era inútil fazer previsões sobre as colheitas, pois o trabalho do agricultor, em anos normais, produziria excessos além das suas carências, e essa demasia levava ao desperdício.

Esse desperdício nos leva ao quarto fator elencado por Pires Rabello, para a desorganização do trabalho no Piauí, a falta de comunicações. Os problemas de escoamento, tanto da grande produção como da pequena produção, estariam condicionados pela ausência de estradas de rodagem ou ferro, de melhores rotas fluviais e portos. No caso já citado, das comunidades pastorais, mesmo quando não havia desperdício da produção, o preço baixo não compensava o trabalho e desestimulava a produção, justamente pela falta de comunicação que dificultava o escoamento para pontos dos quais os produtos seriam mais valorizados.

De fato, a condição de organização de trabalho no Piauí, no final da primeira década do século XX, dava sinais de problemas. A evasão da mão de obra era um dos argumentos que se apresentavam no pós-abolição para o declínio da agricultura. Um exemplo disso, eram os trabalhadores que se dedicavam à pequena lavoura de forma assalariada, que foram procurar em outros estados melhores condições. A chegada da república também veio como um empecilho ao desenvolvimento do estado, já que, de província tutelada, o estado passou a ser autônomo, e isso significava uma restruturação dentro dos moldes de uma nova ordem.

Mesmo após a criação do Ministério da Agricultura, Industria e Comercio, criado em 1906, o governo do estado se sentia desprestigiado pelas suas ações. Em 1910, em relatório governamental[105] relatava que a industrial pastoril e lavoura no estado não receberam a devida atenção. Somente em 1911, com as ações do Ministério da Agricultura, passaram a ser mais ativas, com a instalação do Serviço de Inspeção Agrícola no estado e o projeto de criação da Colônia Agrícola David Caldas, serviços

[104] RABELLO, 1913, p. 1.
[105] PIAUÍ, 1910.

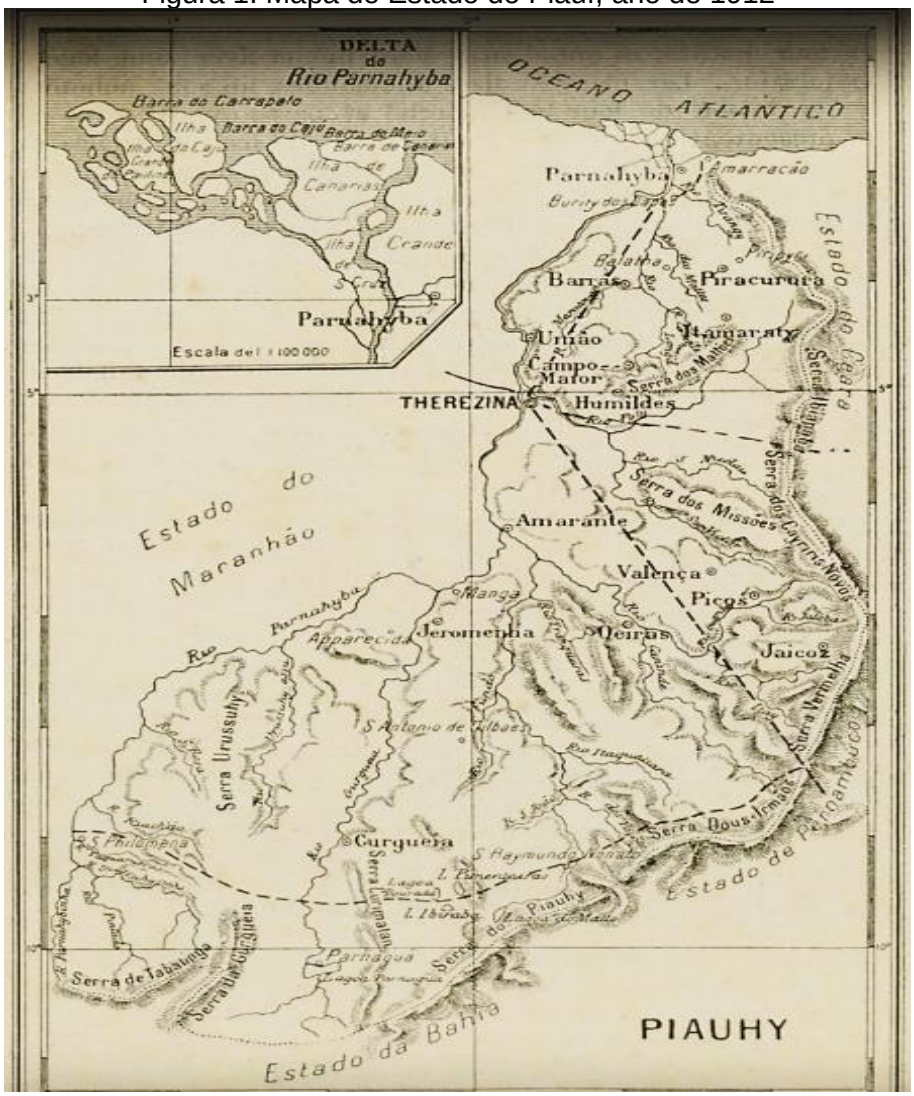
que tinham como objetivo promover o desenvolvimento da agricultura no país, divulgando conhecimento

3.2 O projeto de criação da Colônia Agrícola David Caldas em 1912

David Caldas foi um dos vários centros criados após a regulamentação do SPILTN, em 1910. No Piauí, o local escolhido para a instalação foram as terras da antiga fazenda Gameleira no município de União. No entanto, o espaço e a proposta de utilização das terras para promoção da agricultura e utilização da força de trabalhadores dos nacionais no estado é algo que vem muito antes da instalação do centro agrícola David Caldas. Passando por algumas tentativas anteriores, no próprio local onde se localizaria a colônia David Caldas, como os casos da Colônia Gameleira e Raymundo Gil, que não prosperaram, mas que permaneceram fixadas como objetivos no início do século XX.

David Caldas ficava localizada nas terras limítrofes, entre o município de União e Teresina (Figura 01), sendo respectivamente a distância para sede do núcleo para os municípios de 26 e 55 quilômetros. A localização ficava em um ponto estratégico, às margens do rio Parnaíba, onde apresentavam uma boa fertilidade em virtude da abundância de água. O espaço as margens do rio se tornavam importante por facilitar o escoamento da produção, deslocamento de matérias e pessoas pelas águas navegáveis.

Figura 1. Mapa do Estado do Piauí, ano de 1912



Fonte: WALLE, 1912.

Inicialmente, as terras onde futuramente seria instalada David Caldas, foram adquiridas de João do Rego Monteiro, o Barão de Gurgueia, em 1890, pelo então governador Gregório Thaumarturgo de Azevedo. E a aquisição do espaço só foi concretizada no ano de 1891, pelo valor de dez contos de reis.[106] A intenção era naquele momento fundar uma colônia agrícola, porém foi um projeto que não prosperou como o esperado e foi abandonado. Posteriormente, no governo de Raimundo Arthur de Vasconcellos, houve uma nova tentativa por meio do decreto n. 55, de 5 de agosto de 1907[107], a partir desse ponto, o espaço passou a se chamar

[106] NUCLEOS COLONIAES,1890.

[107] Embora, segundo o jornal *Diário do Piauhy*, a mudança de nome para Raymundo Gil apareça como sendo efetuada a partir do decreto nº 55 de 5 de agosto de 1907, um outro documento, o *Mapa Estatístico de Pessoas Residentes na Colônia Raymundo Gil*, de 1897 e 1898, já apontava a existência do espaço muito antes do relatado e demonstrando um fim precoce da colônia Gameleira. É fato

Raymundo Gil.

Embora esses espaços tenham passado por trocas de proprietários e trocas de nomes, tanto a fazenda Gameleira como a colônia Raymundo Gil foram espaços que foram mantidos ocupados por colonos e nos períodos de seca pelos retirantes, independentemente da administração que era vigente na área. A Gameleira, como espaço pensado para colonos, procurou o desenvolvimento da agricultura do estado, passando a servir posteriormente como base para as tentativas seguintes, tanto pela própria estrutura do espaço que foi reaproveitada em certos pontos e momentos como pela regulamentação sobre o espaço, que procurou na relação colonização, modernização da agricultura e educação do trabalhador rural, meios para validar o discurso de reabilitação da agricultura do país no século XX. Desse modo, educar o trabalhador rural seria um dos eixos centrais para superar o atraso da agricultura no país, ideia essa especialmente praticada dentro de colônias agrícolas.

> Viveiro de mão de obra e escudo protetor do latifúndio, a colonização por nacionais também supunha conciliar ordem e progresso no campo, pela difusão compulsória da moderna técnica agrícola, a ser vulgarizada pela ação dos técnicos que necessariamente, deveriam estar lotados em cada núcleo: a instrução prática impunha-se, mediante a demonstração do uso e da utilidade dos maquinismos agrícolas tidos como os mais modernos.[108]

Para isso, tal como apontado por Mendonça[109], a proposta envolveria a modernização da agricultura por intermédio de meios racionais e científicos. A colonização por parte dos nacionais se apresentava como um projeto disciplinador e civilizador do homem do campo. Instalar um centro agrícola, significava utilizar todas as regiões do país onde naquele momento não poderiam ser utilizados trabalhadores estrangeiros, valorizando as terras que eram consideradas improdutivas e regulamentando o trabalho agrícola. A proposta de colonização por nacionais era uma alternativa utilizada nos complexos agrários menos dinâmicas de produção, que não possuíam recursos para utilização de estrangeiros, evitando conter a evasão do campo para as cidades e a ida do homem do campo para atividades de subsistência, para que sua força fosse utilizada no campo.[110]

---

também, como demonstrado na documentação, que o nome Raymundo Gil pouco seria utilizado para se referir ao espaço, tendo em sua maioria a menções a fazenda Gameleira.

[108] MENDONÇA, 1997, p. 88.

[109] *Ibidem*.

[110] *Ibidem*.

No Piauí, no final do século XIX, com o fim da escravidão, houve a preocupação em conter a escassez de mão de obra e a migração para Amazônia, que atraia os trabalhadores nos tempos áureos da exploração borracha[111], sendo mais conveniente para o estado a fundação de colônia agrícolas e a utilização de nacionais, já que foi visto como sem perspectivas a introdução de imigrantes estrangeiros no local.

Um exemplo claro é a própria colônia Gameleira, que, segundo o Relação de Colonos Residentes, em diferentes pontos da Colônia Nacional da Gameleira, do dia 1 de junho de 1891, que foi apresentado pelo então diretor do espaço Antônio Lopes de Carvalho, onde eram listados os chefes familiares, estado civil, número de filhos, profissão e a localização dentro da área. O relatório apontava para um total 164 famílias ou indivíduos que residiam sozinhos, totalizando 714 indivíduos.[112] As famílias que habitavam a colônia eram vindas de alguns municípios e dos estados vizinhos do Maranhão e Ceará. O espaço foi fundado para aproveitar a mão de obra desses indivíduos e melhorar a produção agrícola do estado, colocando-os sobre condições e regras impostas pelo espaço.

Prosseguindo, ainda de acordo com o relatório da Diretoria da colônia Gameleira, do dia 1 de janeiro de 1891, Antônio Lopes de Carvalho, ao assumir a direção da colônia em 1891, uma das suas primeiras medidas foi trabalhar com colonos e arrendatários sobre o melhor preparo da terra, como plantar e como fazer a prevenção contra incêndios. Nesse último caso, a população local fazia o uso das queimadas, uma prática destinada à limpeza do terreno para o cultivo, e que muitas vezes, pela ausência da técnica correta no manejo do fogo, causava estragos no local e na vegetação.

Uma outra medida tomada por Antônio Lopes foi a reconstrução e conserto dos prédios da sede da colônia, sendo também construída uma casa onde seriam oferecidas aulas aos filhos dos colonos, e uma residência para a professora. O prédio principal era a única casa coberta de telhas do local. As paredes foram construídas com pedra e adobe, contendo cinco vãos, um avarandado e um puxado. O restante das construções do local era de taipa, adobe coberta com palhas. Ainda segundo Antônio Lopes, o local necessitava da abertura de uma estrada que fizesse a ligação da colônia Gameleira ao porto do rio Parnaíba, e outra que ligasse o local a estrada

[111] Sobre a produção da borracha no Piauí, ver: QUEIROZ, 1984.
[112] PIAUÍ, APPI. Mappa Estatístico das pessoas residentes na colônia Raymundo Gil, do estado do Piauí, nos anos de 1897 e 1898 até o mês de julho.

que vinha de Teresina para União.

As Instruções Provisórias para a colônia nacional Gameleira[113] trazem um aporte de como seria feita a divisão e distribuição de terras dentro no local. De acordo com o documento, os colonos iriam se estabelecer em lotes de terras de 20, 25 ou 30 hectares, por meio do pagamento da quantia de 550 reis, junto com as ferramentas e sementes que seriam distribuídas. O valor seria pago à vista ou prestações anuais, dentro de 5 anos. Haveria, além disso, uma prioridade para as famílias já residentes na fazenda como agregadas ou com permissão de seu antigo proprietário, contanto que fossem trabalhadores, bem-educados, de bons costumes e tivessem lavoura efetiva, caso não fossem atendidas as condições, as famílias seriam retiradas em até 20 dias.[114] Para comprovar as condições era necessário documentos que evidenciasse sua disposição, atividade e comprometimento para o trabalho. E, feito isso, poderiam se direcionar e tomar posse dos lotes.

> Art.º 6. As pessoas que pretenderem se estabelecer na colônia, deverão apresentar documentos probatórios do seu comprometimento e da sua atividade e disposição para o trabalho, passados pelas autoridades judiciarias e policiais e pelas pessoas gradas dos lugares onde morarem.
> Art.º 7. As famílias que, satisfazendo a exigência do art. Antecedente, quiserem se estabelecer na colônia, serão fornecidas gratuitamente passagens nos vapores da Companhia fluvial.
> Art.º 8. Os recém-chegados serão alojados em compartimento apropriados das casas da colônia, devendo dentro de 10 dias tomar posse dos lotes que houverem escolhido.[115]

Seguido as exigências, e após o estabelecimento, ficava em evidência dentro da colônia, o regramento e direcionamento imposto aos colonos com relação ao modo de fazer e produzir no seu lote. Desde a Gameleira, as práticas dentro da colônia já apontavam para a busca do desenvolvimento da agricultura e controle da mão de obra no local. No espaço, havia abundância na colheita de algodão e outros cereais, além da produção de farinha e açúcar e máquinas descaroçar algodão. Segundo Antônio Lopes, naquele ano de 1891, a colheita foi pequena. E, em parte, o motivo se dava pelo começo tardio do plantio e pelo inverno rigoroso. Ainda assim, naquele ano, a produção atingiu um valor considerável, sendo mais 60 mil decalitros de cereais. Toda

[113] PIAUÍ, APPI. As Instruções Provisórias para a colônia nacional Gameleira.
[114] *Ibidem*.
[115] *Ibidem.*

a produção foi oriunda de 60 roçados, produzidas pelos lavadores, sendo produzidos arroz, algodão e mandioca.[116] A produção desses pequenos proprietários estava ligada diretamente as condições impostas pela colônia, a lavoura dependia nesse caso do aviamento, ou seja, do adiantamento de mercadorias e instrumentos a crédito para a seu uso.

> No sistema de lavoura de alimentos, os pequenos proprietários de terras, sem condições para o beneficiamento da produção de suas roças utilizam o "aviamento" e o engenho ou moenda do grande proprietário. Em decorrência da pequena quantidade de moeda em circulação, pagava o uso do maquinário com farinha, aguardente de cana e rapadura, contribuindo para que o dono da terra acumulasse percentual considerável em gêneros, com o passar do tempo, esse excedente foi colocado para comercialização.[117]

O grupo de lavadores ou pequenos proprietários cultivavam suas roças com o auxílio familiar, e estavam submetidas às condições para beneficiamento do que era produzido dentro da colônia. Segundo o art. 28º, das Instruções Provisórias para a Colônia Nacional da Gameleira, o transporte das mercadorias e outros serviços seriam oferecidas pela administração da colônia, mediante o pagamento de aluguel. Isso incluía máquinas e formas para fabricar farinha e descaroçadeiras de algodão. Na Gameleira também havia o controle do trabalho do colono, onde aquele que deixasse de trabalhar na sua lavoura ou na sua "indústria", seria advertido ou deixaria de receber seu salário, sendo passíveis de multas que variavam de 2:000 a 5:000 reis.[118]

Um outro documento, o Mapa Estatístico de Pessoas Residentes na Colônia Raymundo Gil de 1897 e 1898, com informações mais completas, trazia o nome dos indivíduos, idade, filiação, naturalidade, estado civil, profissão, residência e se sabia ler e escrever. Como era o caso de Ignácio Gomes Barbosa, de 38 anos, casado, natural do Ceará, tinha como profissão ser lavrador e não sabia ler ou escrever. E assim como Ignácio Gomes, a grande maioria dos residentes no local não sabiam ler ou escrever, salvo os poucos que estavam aprendendo ou já sabiam ler. E quanto a profissão, os homens se dedicavam ao trabalho, como roceiros ou lavradores, e as mulheres foram listadas ao trabalho de serviços domésticos, rendeiras ou fiandeiras, e alguns, entre homens e mulheres, não exerciam uma profissão.[119]

---

[116] PIAUÍ, APPI. As Instruções Provisórias para a colônia nacional Gameleira.
[117] FILHO; SILVA; NETO, 2018. p. 04-15.
[118] PIAUÍ, APPI. As Instruções Provisórias para a colônia nacional Gameleira.
[119] *Ibidem*.

A maior parte da população residente no espaço era natural do Piauí, Ceará ou do estado vizinho do Maranhão. Em geral, os moradores da colônia Raymundo Gil se dividiam em grupos pertencentes a mesma localização em que residiam anteriormente a ida para a colônia, tal como Santo Antônio, Barra do Corda, Bom Princípio, Riachão, São Bernardo e da antiga colônia Gameleira. Em hipótese, se direcionavam para Raymundo Gil, grupos de famílias que residiam no mesmo estado e na mesma localidade em busca de oportunidades, isso é percebido pelos membros da família que ocupavam o local, e pela residência anterior.

Embora a documentação consultada não apontasse para os motivos que levaram aos fracassos nas tentativas de colonização, tanto da colônia Gameleira como na colônia Raymundo Gil, o que se sabe é que, após 1907, as terras do espaço passaram por sucessivos arrendatários que devastaram o local, principalmente com a retirada de madeiras e com prática de queimadas. A situação mudaria somente no governo de Antonino Freire, que, reconhecendo que os esforços empregados em prol do desenvolvimento de uma colônia agrícola não seriam suficientes, resolve que esse objetivo só poderia ser alcançado em com apoio federal.[120]

Em 1910, a partir da criação do regulamento do SPILTN, o MAIC passa a buscar na relação com os governadores formas de adquirir terras para dar início aos trabalhos com as povoações indígenas e com os trabalhadores nacionais. Para tal ato, se fazia necessário a demarcação à aquisição e divisão de terras consideradas devolutas ou particulares. A ação empregada foi a de sensibilização dos governos estaduais, quanto às propostas do SPILTN. Um trabalho que seria feito por meio das inspetorias agrícolas em cada estado, objetivando incentivar a criação de uma legislação que transferissem terras para a União.

De acordo com o relatório do MAIC, os primeiros estados a oferecerem terras foram os estados do Piauí, Maranhão, Ceará, Sergipe e Bahia. Sendo que, já em 1911, seguiam as obras para instalação do primeiro centro agrícola, o de Sabino Vieira, na Bahia, e que também foram cedidas para o governo federal as terras para implantação de centros nos estados Alagoas, Maranhão, Pernambuco, Sergipe e Piauí. Para esses estados, foram concedidos os créditos de 12:000$000, enviados às delegacias do Tesouro Nacional em cada estado. Entretanto, tal verba foi utilizada apenas no centro Sabino Vieira, no qual já havia se dirigido, e o credito dos demais

[120] PIAUÍ, 1913.

revertido posteriormente para o orçamento do SPILTN.[121]

Caberiam estudos para instalação dos demais centros, e o início da avaliação das terras, oferecidas pelo governo do Piauí, para instalação da colônia e centro agrícola David Caldas, foi no dia 8 de janeiro de 1912. Foi quando o agrônomo Americo de Pinho Leonardo Pereira, designado pelo SPILTN, juntamente como seu auxiliar José Augusto Pinheiro, chegaram à capital Teresina para se destinarem à antiga colônia Gameleira, no município de União, onde o estado planejava fundar a colônia agrícola. A criação do espaço representaria, na visão do jornal *Diário do Piauhy*[122], um progresso para a indústria agrícola do estado, que ainda vivia apegada aos métodos primitivos de cultivos, permanecendo atrasada.

Dr. Leonardo Pereira, como a impressa a ele se referia, seguiu para a Gameleira, no dia 11 janeiro, com o propósito de fazer o estudo do local que foi oferecido pelo estado para a fundação do centro agrícola. O local se chamaria Moreira Caldas, como uma forma de homenagem ao piauiense David Moreira Caldas[123]. No dia 19 de janeiro, após seu retorno, Leonardo Pereira realizou em uma das salas do hotel 15 de Novembro, no qual estava hospedado, uma conferência para falar sobre seu estudo sobre a visita e também sobre as vantagens da instalação do centro agrícola.

Naquela ocisão as falas de Leonardo Pereira versaram sobre diversos pontos, como os artigos do decreto 8.072, do dia 20 de junho de 1910, que regulamentariam o espaço. Além das questões físicas do terreno, que daria condições ou não para a construção do centro. E um outro ponto importante, apresentado também na conferência, foi a estimativa de lotes que o futuro centro abrigaria, que seriam então 400. Isso somando-se às terras da fazenda Gameleira e outras que seriam cedidas pelo governo do estado. Os lotes corresponderiam também, em igual número, à quantidade de habitações de trabalhadores.[124]

Sobre a visita a Gameleira, foram enviados por Leonardo Pereira dois telegramas à capital Rio de Janeiro, que tinham por característica ser um relatório da sua visita, e que foram divulgados em um segundo artigo pelo jornal *Diário do Piauhy*, assim como alguns artigos do decreto 8.072, que foram considerados importantes

[121] Relatório do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, 1911, p. 304.
[122] DIÁRIO DO PIAUHY, 1912, p. 01.
[123] DIÁRIO DO PIAUHY, 1912.
[124] *Ibidem*.

para o jornal. Os telegramas nada mais eram do que os assuntos abordados na conferência, que foram enviados ao José Bezerra Cavalcanti, então diretor do SPILTN. No trecho a seguir, foi possível perceber pelo telegrama a importância da avaliação técnica dada à terra que seria instalado o centro.

> Dr. José Bezerra, Serviço de proteção Índios, Ministério da Agricultura – Rio. – Voltei ontem da Gameleira, terminando meus estudos. Terras silicosas, silicosas-humiferas, pequenas porções argilo-silicosas. Há extensões onde predomina argila com seixos roladas. Subsolo profundo não encontra argila, entretanto pelos formigueiros está existem. Os morros são pedregosos. As terras aráveis são baixas, extensas e planas de fácil trabalho para as máquinas agrícolas. Vestimento é pobre devido ao maldito fogo.[125]

As terras deveriam oferecer condições para serem trabalhadas, principalmente dispondo de um solo fértil e ideal para a utilização de maquinário agrícola. Um outro ponto, é a situação das queimadas, pois tal como foi alertado no telegrama, existia naquele espaço, assim como em todo o estado, o costume de se extrair madeiras e atear fogo na vegetação para os roçados. Na Gameleira, havia para extração de madeira para construção de casas e a queima da vegetação para se adquirir lenha para a navegação fluvial.

No relatório, constava que já havia no local o trabalho com certas culturas de alimentos, como: algodão, fumo, milho, feijão e arroz. Apontando para uma certa preferência para o algodão do tipo criolo, devido a sua durabilidade que era de doze anos. Além da cultura de alimentos, o sistema hidrográfico foi levado em consideração, segundo telegrama, o sistema hidrográfico do Piauí, era bastante pobre em rios prementes, julgo em condições excepcionais a situação do futuro centro. Além do rio Parnaíba, que corre na frente das terras em uma extensão de sete quilômetros, tem o riacho do Cavalos, cuja a barreira tem média de dez metros de alto. Esse riacho tem desenvolvimento nas terras de 18 quilômetros sempre na direção de S.N e N.O. Há inúmeros braços e lagoas que beneficiados e feitas barragens, riachos e braços servirão otimamente.[126]

Nesse trecho, o destaque ficava para a importância de um local com terras férteis que tivesse condições para se alocar o centro. Tal como dizia o artigo 1º, alínea

[125] DIÁRIO DO PIAUHY, 1912.
[126] *Ibidem*.

b), do regulamento 8.072 de 1910[127], onde é determinado que os centros deveriam ser estabelecidos em zonas férteis, e que oferecessem salubridade, com mananciais ou curso de água, com meios fáceis e regulares de comunicação. No caso de David Caldas, os cursos de águas nas proximidades, como o Riacho dos Cavalos e o rio Parnaíba, garantiriam que tais critérios fossem atendidos.

Sobre o rio Parnaíba, é necessário fazer algumas considerações sobre o importante papel que ele passou a desempenhar, não só para a instalação do centro agrícola, levando-se em conta proximidade com os mercados de Teresina, União e Parnaíba, mas para própria economia do estado, uma vez que o rio passou a ser um fator importante e central na integração entre as localidades. Segundo Gercinair Silvério Gandara[128], o rio Parnaíba assume a forma de uma “estrada líquida”, tomando um ar comercial, que fazia a integração entre as cidades-beira-rio, e por seguinte com o restante do país e do mundo.

> Em seu fluxo atiraram os navios a vapor que faziam o tráfego local entre as comunidades beiradeiras englobando as trocas entre os portos vizinhos e os setores do vale. Ultrapassavam seu curso e se abrigavam sobre o exterior, integrando as relações comerciais do rio com o mundo. Neste vai e vem, marcou uma especialização, o das cidades-beira. Pareceu ligar tudo no tempo e no espaço. Tudo impregnado do rio que corre, do rio que passa.[129]

A navegação a vapor se destacava como um fator importante na busca pela modernização, progresso e o desenvolvimento do Piauí[130], e no processo de incorporação econômica do estado com o restante do país. No caso de David Caldas, a proximidade com os mercados, assim como o porto de Parnaíba, por ser o porto de exportação, foram notados com bons olhos pelo agrónomo Leonardo Pereira. Naquele momento, a tarifa cobrada pela Companhia de Navegação a vapor foi vista como alta, cabendo o Leonardo Pereira requisitar no telegrama que, o Ministro Agricultura junto ao Ministério da Viação pensasse sobre o valor, considerando que naquele momento o contrato de navegação foi estendido por mais dez anos, uma maneira de pensar nos preços para o escoamento da futura produção.

---

[127] O Art. 1 alínea b) Estabelecer em zonas férteis, dotadas de condições de salubridade, de mananciais ou cursos de água e meios fáceis e regulares de comunicação, Centros Agrícolas, constituídos por trabalhadores nacionais que satisfação as exigências do presente regulamento.
[128] GANDARA, 2008.
[129] *Ibidem*, p. 116
[130] MONTEIRO; DUARTE, 2021, p. 136-157.

Naquele instante da vistoria, a fazenda Gameleira estava sobre a supervisão do lavrador Marcellino Luiz de Sousa, que foi designado pelo governo do estado para tomar de conta do local. Marcellino Sousa tinha *status* de autoridade e desempenhava o papel de líder para cerca de 900 almas que o local abrigava, sendo responsável ao mesmo tempo por manter as terras da fazenda preservadas, evitando o desmatamento e a queima das matas.

A partir do segundo telegrama, que fazia o relato sobre palestra no dia 19 de janeiro, além da proposta da mudança de nome da colônia, de Moreira Caldas para David Caldas, solicitado pelo *Jornal a Gazeta*[131], um outro destaque foi a solicitação feita ao ministro da Agricultura, para a tradução e publicação do trabalho do engenheiro Antônio José Sampaio, intitulado *A General Description of the State of Piauhy on the northern part of Brazil Its Natural Resources*, que fazia uma discrição geral do estado do Piauí, ressaltando seus recursos naturais, pastagens, o clima e a salubridade, do estudo da pecuária comparada com as condições da Argentina e Austrália.[132] O pedido de tradução e publicação se dava por ser um material útil para o trabalho de estudo das terras da Gameleira, e por ser visto com uma referência em relação à descrição dos estado.

Após estudo feito por Leonardo Pereira, as terras da fazenda Gameleira, juntamente com da fazenda Melancias, passaram para a administração federal no dia 29 de junho de 1912. A transferência foi assinada pelo então governo de Miguel de Paiva Rosa. A partir desse momento, buscando acelerar o processo de criação dos novos centros agrícolas pelo país, naqueles estados onde já tinham terras aptas para o início dos trabalhos, o Ministério da Agricultura designou o engenheiro Francisco Xavier Pacheco como chefe da comissão de estudos para instalação do centro agrícola David Caldas no Piauí. As obras foram iniciadas no dia 23 de dezembro daquele mesmo, contudo com, devido às fortes chuvas, as enchentes do Rio Parnaíba e o impaludismo que assolavam o local, os trabalhos tiveram que ser interrompidos em março do ano de 1913[133]. Para os trabalhos de construção do centro, parte dos

---

[131] DIÁRIO DO PIAUHY, 1912. De acordo com o segundo telegrama publicado no jornal do *Diário do Piauhy*, o agrônomo Leonardo Pereira levou em consideração que todas as referências e obras feitas, como uma rua da capital, sempre o nome citado era “David Caldas”, um nome cujo a população tinha identificação e que causava estranheza, na verdade, citar o nome “Moreira Caldas”.

[132] O livro de Antônio José Sampaio, intitulado *A General Description of the State of Piauhy on the northern part of Brazil Its Natural Resources*, aparece apenas citado na matéria do jornal *Diário do Piauhy*, no ano de 1912. Não sendo possível uma consulta na integra do material.

[133] DIÁRIO DO PIAUHY, 1913.

trabalhadores que foram contratados para o serviço vinham do próprio local, a outra parte era contratada por fora.

> Em todo serviço se têm apresentado trabalhadores do próprio centro, recorrendo-se a pessoal de fora quando a necessidade do trabalho assim exige. A falta de pessoal competente para esse gênero de trabalho e, ainda mais, a indolência que avassala o povo, foi precisamente, uma das maiores dificuldades que enfrentou a valorosa e intrépida comissão de estudos da colônia David Caldas.[134]

O centro agrícola teve um começo bastante difícil. Além das chuvas e do impaludismo, o local também sofreu com a falta de mão de obra e de materiais para a construção. O problema da falta de mão de obra se dava principalmente pela ausência de pedreiros qualificados que pudessem seguir as plantas das construções das casas ou auxiliando nos serviços necessários. E embora fosse colocado como um dos motivos para o atraso das obras do centro a falta de materiais, em parte, essa falta não era total, já que foram construídas duas olarias para fabricação de tijolos, telhas e ladrilhos.

É preciso salientar ainda sobre a falta de madeiras para o avanço nas construções, que foi o principal problema encontrado quando se falava da carência de materiais. O município de união, assim como o espaço onde se localizava David Caldas, tinha uma vegetação rica em Cedro, Pau d'arco e Aroeira[135]. No entanto, com o corte indiscriminado e as práticas incendiárias, faltava madeira para a utilização nas obras. Para Francisco Xavier Pacheco, a ignorância das pessoas do local que praticavam queimadas e cortavam árvores de forma indiscriminada era uma das dificuldades a ser serem superadas no centro[136], naquele momento foi considerado que a madeira para serem utilizadas nas construções era impossível de ser extraída do local, e que deveria ser exportada para suprir as necessidades do local.

A destruição das matas já se tornava um problema de questão ambiental a ser resolvido. Mesmo antes, na Gameleira, já existia a preocupação com o desmatamento e as queimadas, deixado claro no art. 34. das Instruções Provisórias para a colônia nacional Gameleira, que a diretoria não deveria consentir na derrubada das matas, dos carnaubais, na extração de madeira e nas queimadas desnecessárias, meio que

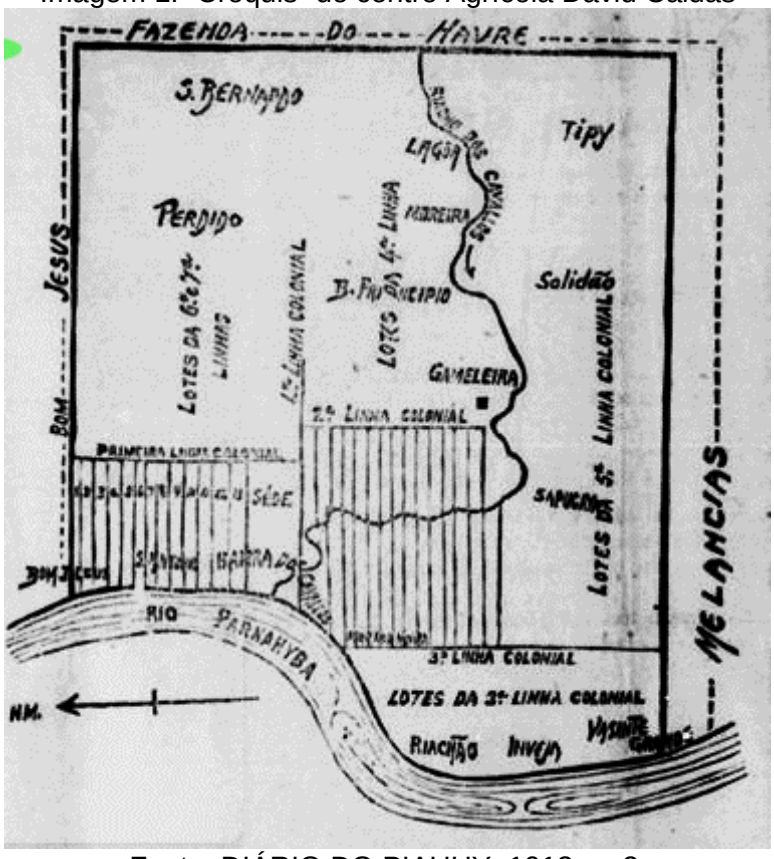
---

[134] DIÁRIO DO PIAUHY, 1913
[135] Almanak Laemment: Administrativo, Mercantil e Industrial, 1916.
[136] DIÁRIO DO PIAUHY, 1913.

geralmente era usado na para limpeza das terras na hora de se fazer os roçados.[137] No caso de David Caldas, havia prática da retirada de lenha para os vapores da navegação fluvial. Essa era então uma preocupação, tentar desvencilhar os trabalhadores das velhas práticas de manejo das terras, como o caso da utilização das queimadas para limpeza do terreno.

Embora enfrentasse problemas no seu início, David Caldas se apresentava com um projeto ousado dentro pela sua grandiosidade e pretensões. A área total do centro correspondia a um total de 140 km², que seriam divididos em lotes de 200.000 a 300.000 m². As plantas do local, tanto do centro como das habitações, foram desenhadas pela comissão de instalação do centro (Figura 1). O espaço apresentava 7 “linhas coloniais”, cada linha representava um grupo de lotes para os colonos, assim como as etapas de demarcação e construção do centro. O local deveria abrigar uma nova sede, desprezando a antiga casa da Gameleira, e ainda a casa de administração e o escritório do centro, que até aquele momento estava situada no porto de Bom Jesus.

Imagem 1. “Croquis” do centro Agrícola David Caldas



Fonte: DIÁRIO DO PIAUHY, 1913, p. 2.

[137] PIAUÍ, APPI. As Instruções Provisórias para a colônia nacional Gameleira.

A nova sede, havia sido escolhida em um planalto, que era banhada pelo rio Parnaíba e pelo Riacho do Cavalos. Diferente da antiga sede da Gameleira, que se localiza no centro do espaço, a nova sede ficava próxima às fontes de água, o que contribuía para um abastecimento fácil e para a construção de um serviço de esgoto. Ainda sobre riacho dos Cavalos, também havia o problema da seca, já que o mesmo secava totalmente durante o verão, levando a população local a procurar abastecimento em poço e cacimbas. Nos períodos chuvosos, o espaço em alguns momentos sofria com inundações do rio Parnaíba.

Para melhor aproveitamento dos cursos de água do local, foram planejados a construção de pontes. Uma sobre o riacho dos cavalos, além de outras duas sobre o regato São Bernardo. Fica evidenciado por meio do regulamento do SPILTN que certos critérios deveriam ser atendidos para instalação do centro, como:

> Art. 28 – A escolha de Terras para a instalação de centro agrícolas deve proceder exame circunstanciado, por parte da diretória do serviço de proteção aos índios e localização de trabalhadores nacionais, a fim de serem verificadas as condições estabelecidas na alínea b, art. 1, do presente regulamento.
> Art. 29 – Além das aludidas condições, devem os terrenos ter a superfície precisa para o futuro desenvolvimento dos centros agrícolas e expansão de suas culturas, de igualmente possuir igualmente terreno de matas.
> Art. 30 – Nas instruções do presente regulamento serão estabelecidas regras que devem ser adotadas pelos trabalhos preparatórios do Centro Agrícola, relativos ao levantamento hidrográfico e da linha de perímetro, medição e demarcação das terras, sua divisão em lotes e sua respectiva discriminação de abertura de estradas, construções de casas, e de todos os trabalhos técnicos que ficarão a cargo da respectiva subdiretoria.[138]

E da mesma forma que existiam critérios em relação aos locais que seriam construídos os centros, havia também critérios para os sujeitos que se estabeleceriam nesse centro. Um ponto a se observar é que, embora tenha sido concebido momentos e esferas diferentes, federal e estadual, o regulamento do SPILTN em muito assemelhava às Instruções Provisórias para a colônia nacional Gameleira, no que concernia aos trabalhadores nacionais. Isso porque parte do regulamento visava entre outras coisas prestar assistência à população indígena.

No caso dos nacionais, as disposições estabelecidas pelo regulamento do

[138] Regulamento a que se refere o decreto n. 8.072, 1910.

SPILTN assemelhavam-se pelo modelo de arregimentação e pelas normas a serem seguidas pelos trabalhadores nacionais. Pelo regulamento, tanto o espaço da antiga colônia Gameleira como o centro agrícola David Caldas se tornavam um regulador e disciplinador das relações das pessoas entre si e com o espaço em que estavam colocados.

Mas quem deveria se estabelecer nos centros agrícolas? O Art. 32, referente ao regulamento do SPILTN, fala que deveriam ser abrigados trabalhadores nacionais domiciliados no mesmo estado em que o centro foi instalado. Outras condições também deveriam ser satisfeitas para que os trabalhadores pudessem se estabelecer nos centros agrícolas, tais como: não ter sido condenado por crimes de qualquer natureza ou ter sofrido algum tipo de prisão correcional por embriaguez ou de outro tipo. Foi estabelecido o critério de estado civil e idade, no qual os indivíduos teriam de ser chefes de família ou solteiros, ter idade superior a 21 anos e inferior a 60. A prioridade para serem alocados no centro seria dada para os chefes de família, para trabalhadores seriam concedidos passagens e transporte para si e sua família.[139]

Para Mendonça[140], o SPILTN procurava administrar a distribuição espacial da força de trabalho, até da instalação de trabalhadores nacionais em centros agrícolas com subsídio público, como uma tentativa de diminuir os desequilíbrios entre as regiões. Isso pode ser notado a partir de dois pontos, tanto em um contexto local: primeiro, em um contexto em que as regiões Norte e Nordeste, que foram prejudicadas, especialmente com o final da escravidão, onde houve uma concentração de mão de obra disponível na região Centro-Sul. O art. 32 deixava claro que os trabalhadores nacionais pertencessem ao mesmo estado em que cada centro estivesse localizado como uma forma de fixar os trabalhadores nos estados. Um segundo ponto, nesse caso, referente ao Piauí, o centro aparecia como uma contribuição importante para evitar a evasão da mão de obra para outras regiões e estados vizinhos.

O regulamento estabelecia que a área destinada aos lotes deveria ter entre 25 e 50 hectares, onde seriam construídas as casas para os nacionais. Para a aquisição da terra, os trabalhadores poderiam optar por duas formas de pagamento, a primeira seria de forma imediata por meio do pagamento à vista, a segunda seria no prazo de até 6 anos, contados a partir da instalação no centro, sendo que a posse do lote

[139] Regulamento a que se refere o decreto n. 8.072, 1910.
[140] MENDONÇA, 1997.

poderia ser adquirida de forma definitiva ou provisória, dependendo da forma de pagamento.

Havia possibilidade do tempo para aquisição do lote a prazo, e isso poderia ser reduzido daquele que foi fixado inicialmente, de modo que pudesse ser adquirido de forma mais rápida. Visto que, caberia um abatimento desse prazo de no máximo 20% daquele pré-estabelecido, sendo essa porcentagem arbitrada pelo Ministério da Agricultura[141]. Para garantir o abatimento, o nacional teria sua conduta e hábitos de trabalho avaliados. Outro ponto, é que esse abatimento poderia ser ampliado para 30%, se o trabalhador dentro do prazo de 4 anos da sua instalação tivesse cultivado com sucesso toda área correspondente ao seu lote, deixando 10% do total para conservação das matas. Sobre os valores, sabe-se que:

> Art. 36. O preço dos lotes, comprehendendo a casa, será estabelecido pelo ministro da Agricultura, de accôrdo com a proposta do director do serviço, tendo em vista as condições que lhes foram peculiares.
> Art. 37. A amortização do debito contrahido pelo trabalhador nacional começará logo que forem decorridos 24 mezes de seu estabelecimento e será feita em prestações mensaes ou trimensaes, na razão annual de uma quarta parte (1/4) da importancia devida.
> Art. 38. As dividas dos trabalhadores serão escripturadas em livros especiaes, rubricados pelo director do serviço, entregando-se ao devedor uma caderneta em que serão feitos os assentamentos que lhe corresponderem.
> Art. 39. O trabalhador nacional que tiver de incorporar-se a um «Centro Agricola» obrigar-se-ha:
> 1º, a estabelecer-se com sua familia, quando a tiver, no lote que lhe fôr designado pelo director do serviço e a cultival-o pessoalmente;
> 2º, a não crear animaes sinão em terrenos fechados, de accôrdo com instrucções que lhe forem dadas pelo director do centro;
> 3º, a não arrendar, vender ou hypothecar o lote e as respectivas bemfeitorias, nem fazer sobre elle proposta de venda ou qualquer contracto que o prive de cultivar livremente, até que obtenha o titulo definitivo de propriedade; não podendo vendel-o ou arrendal-o, mesmo depois de obtido o titulo definitivo, sinão a pessoas que reunam as condições do art. 32, a juizo do director do serviço e com approvação do ministro;[142]

O valor dos lotes seria estabelecido a partir de critérios do próprio diretor do serviço do SPILTN. Nota-se que, embora houvesse a necessidade de pagamento das terras, o regulamento visa a fixação e a utilização das terras que fossem adquiridas, tanto que a venda posterior a aquisição da posse definitiva, só seria feita as pessoas

[141] Regulamento a que se refere o decreto n. 8.072, 1910.
[142] *Ibidem.*

que a atendessem ao art. 32. Os trabalhadores que se estabelecessem no centro, teriam a obrigação de se situarem e utilizarem a terra, submetendo-se às regras do centro como forma de garantir a ordem e a disciplina no local.

Vale ressaltar que, em caso de morte, o trabalhador que detinha o título do lote, isso tanto o caso provisório como em definitivo, passaria o mesmo para os herdeiros ou legatários. Eram também dadas garantias para os casos de pagamentos prazo, no qual, quando, no mínimo 3 prestações tivessem sido pagas, o lote seria transferido à viúva e aos órfãos do trabalhador. Por fim, caso a família do trabalhador falecido estivesse em situação de falência, para ela haveria a possibilidade de ser expedido o título definitivo da propriedade, contanto que fosse avaliado o caso pelo diretor do serviço.

Observa-se que não bastava assegurar a terra aos trabalhadores por intermédio do trabalho agrícola. Para isso, os art. 43 a 45 do regulamento estabeleciam uma série de medidas de incentivo que buscava a utilização da terra adquirida, como a conceção de prêmios de “animação” para produção de certas culturas, além da organização de exposições em parceria com o governo local. Em certos casos, mediante a aprovação do Ministério da Agricultura, as famílias que tivessem filhos acima dos 14 anos aptos para o trabalho, poderiam ter lote um adicional de terra, com área correspondente a 12 hectares para cada filho com essa idade. O trabalhador que se destacasse nas suas atividades produtivas poderia adquirir mais de um lote, com tanto que tivesse pago uma prestação, em caso de pagamento a prazo.

Embora fossem dados certos incentivos, existia também obrigações que deveriam ser cumpridas pelos trabalhadores. Por exemplo, a não utilização da terra adquirida no prazo de 3 meses, a não ser que, por um motivo justificado, poderia acarretar na exclusão do trabalhador do centro em que estava estabelecido. E se não tivesse título de posse definitiva, não haveria indenização. Nos casos contrários, a indenização seria feita de acordo o valor pago. Outro caso, que também levaria à expulsão do centro agrícola, seria se o trabalhador perturbasse ou tivesse uma má conduta dentro do espaço.

O regulamento do SPILTN procurava transformar trabalhadores nacionais em produtores ativos e racionais, fixando-os na terra. Isso era uma métrica a ser atingida, tanto a elevação da produtividade no campo como formação de mão de obra para o

campo por meio da educação agrícola. A conceção dos direitos de propriedade[143] permitia ao trabalhador a utilização e a possível posse da terra, no entanto, condicionado por uma ocupação regular e pelo trabalho agrícola ativo. Para Mendonça[144], aos trabalhadores que procuravam os centros agrícolas, se estipulavam direitos menores e obrigações maiores, inclusive com obrigações de prestar serviço sazonais nas grandes lavouras vizinhas ou participar de feiras próximas centros.

Nos centros, deveriam apresentar toda uma estrutura para o desenvolvimento racional da agricultura. Haveria máquinas e instrumentos agrícolas para que os trabalhadores, por meio de pagamento ou empréstimo, pudessem utilizar, assim como seriam construídas estruturas de beneficiamento dos produtos produzidos no local. É importante salientar que toda a estrutura e maquinário disponível no centro agrícola poderia ser utilizado por lavradores próximos do centro, nas mesmas condições em que se aplicavam os nacionais.

Apesar dos esforços, David Caldas ainda lhe dava problemas e atraso e pouca verba. Como ressaltado por Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz[145], entre 1912 e 1913, vários serviços do governo federal que estavam em andamento no Piauí. Entre eles podemos citar os estudos para a construção de estradas de ferro e de rodagem, a atuação de comissões de obras contra a seca, o funcionamento das Inspetoria Agrícola, além da construção do centro Agrícola David Caldas. Contudo, a partir do ano de 1914, parte desses serviços começam a ser desativados ou receber menos verbas.

Até o ano de 1914, segundo os relatórios do MAIC, constavam a existência de 8 Centros Agrícolas pelo País, sendo eles: Alcantara, Maranhã; David Caldas, no município de União, Piauí; Mamanguape, Paraíba do Norte; Frei Caneca, no município de Água Preta, Pernambuco, Porto Real do Collegio e São Braz, Alagoas; São Christovam, Sergipe; Sabino Viera, município de Entre Rios, Bahia; e passo fundo no Rio Grande do Sul. Como apresentado abaixo na Tabela 1, David Caldas é um dos centros agrícolas da região Nordeste, o que tinha o menor valor em materiais no seu inventário.

[143] NUNES, 2016.
[144] MENDONÇA, 1997.
[145] QUEIROZ, 1984.

Tabela 1. Inventário dos bens existentes até 31 de dezembro de 1914, nos centros agrícolas da região Nordeste

REPARTIÇÕES	ESTADO	MATERIAL PERMANENTE		SOMA TOTAL
		MAQUINAS, APARELHOS, INSTRUMENTOS E UTENSÍLIOS DIVERSOS	MOBILIÁRIO LIVROS E OUTROS OBJETOS.	
David Caldas	Piauí	6:210$335		6:210$335
Mamanguape	Paraíba	29:995$505		29:995$505
Água Reta	Pernambuco	25:493$575	224$000	25:717$575
Porto Real do Colégio e São Braz	Alagoas	31:508$205		31:508$205
Laranjeiras	Sergipe	17:197$805		17:197$805
Sabino Vieira	Bahia	46:936$440		46:936$440

Fonte: Tabela adaptada por Raimundo Wermeson Bernardino de Sousa Pereira, a partir do Quadro dos Bens Moveis e Semoventes existentes nas repartições dependentes do Ministério da Agricultura, Industria e Comércio[146]

Desde ano anterior de 1913, David Caldas já se preocupava com a ausência de aparelhos destinados à lavoura, que teria sido feito, inclusive, a solicitação de instrumentos para aragem da terra, pelo diretor Francisco Xavier Pacheco à Inspetoria Agrícola. Ainda sobre David Caldas, no ano de 1914 foram aquisição de máquinas e prensas para fabricar tijolos, sendo a procedência desses aparelhos toda europeia. No ano seguinte, os serviços federais, assim como a colônia, teriam sua verba mutilada, muito por conta da crise gerada pela diminuição da exportação de produtos pelo Brasil no período de guerra. No Piauí, a “crak” da Maniçoba, a falta de consumidores externos para o gado, somando-se ainda a seca que atingia os estados do Nordeste, fez com que o estado tivesse sua verba diminuída.[147]

No relatório apresentado no ano de 1913[148], pelo então governador do estado Miguel Rosa, o receio de que o Piauí foi inteiramente esquecido pelo Governo Federal em outros anos, ganhava um ar de otimismo com as obras federais que se encontravam até aquele momento em execução no Piauí. Tal como, as vias férreas de Campo Maior-Amarração e Crateús, em Teresina, que se encontravam em execução, e eram consideradas obras importantes, comercial e economicamente para o estado. Assim como a estrada de rodagem de Floriano a Oeiras. A construção do

[146] BRASIL, Relatório do Ministério da Agricultura, Industria e Comércio, 1914.
[147] PIAUÍ, Mensagens do governador para Assembleia Legislativa do Piauí, 1915.
[148] *Ibidem*, 1913.

Porto da Amarração também ganhava notoriedade pela sua futura funcionalidade, que comercialmente facilitaria o escoamento da produção do estado.

Destacam-se também o papel desempenhado pelas inspetorias em diferentes áreas no estado. Esses serviços agiriam como um braço de ação da federal dentro do Piauí. A Inspetoria de Proteção à Borracha, que ganhava bons olhares pela valorização produção da borracha de maniçoba no estado, se esperando, inclusive, a fundação de uma Estação Experimental de Maniçoba, que serviria para o estudo científico e formação de uma escola prática para cultura da maniçoba. Havia ainda a Inspetoria de Obras Contra Seca, que agia a partir de duas comissões, uma na região Norte, com sede em Campo Maior, e outra na região Sul, instalado em São Raimundo Nonato. A Inspetoria de obras contra a seca estava empenhada especialmente no estudo para fundação de açudes pelo estado.

Outra inspetoria presente no estado de grande importância para a promoção e desenvolvimento agricultura no estado e no país era a do Serviço de Inspeção agrícola. Criado no dia 16 de setembro de 1909, por meio do decreto 7.556, o Serviço de Inspeção Agrícola visava ações de estudo da agricultura e das indústrias agrícolas do país. Basicamente, o serviço fazia um papel técnico que ia desde a indicação de medidas para melhoramento da agricultura, levantamento e avaliação de colheitas, além da distribuição de sementes, mudas e plantas. À inspeção agrícola além disso cabia a fiscalização das escolas agrícolas, campos de experiências e demonstração. Para tais ações, como consta a seguir na Tabela 2, o serviço inicialmente ficou dividido em 12 distritos agrícolas, que seria distribuído pelo país.

Tabela 2. Distribuição dos distritos agrícolas que compreendem o serviço de inspeção agrícola (1909)

Distrito	**Estados**	**Sede**
1º	Amazonas e Pará	Belém
2º	Maranhã e Piauhy	São Luís
3º	Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba	Fortaleza
4º	Pernambuco e Alagoas	Recife
5º	Bahia e Sergipe	Bahia
6º	Rio de Janeiro e Espirito Santo	Niterói
7º	Minas Gerais	Belo Horizonte
8º	São Paulo	São Paulo
9º	Paraná e Santa Catarina	Curitiba
10º	Rio Grande do Sul	Porto Alegre
11º	Goiás	Goiás
12º	Mato Grosso	Cuiabá

Fonte: Decreto N. 7.556 – DE, 16 de setembro de 1909.

A única exceção era o estado do Acre, que foi tratado como um caso especial, devido à exploração da borracha. No Piauí, o serviço foi visto como uma grande vantagem para o estado, pela possibilidade de alcance sobre a agricultura, trazendo a modernização que o estado tanto aspirava. Embora tenha passado algumas restruturações em um curto período, é somente em 1911, com uma nova reorganização por meio do decreto n. 9.213, de 12 de dezembro, que o órgão aumenta sua atuação para 20 Inspetorias Agrícolas nos estados e pelo Distrito Federal. Criando dessa maneira Inspetorias Agrícolas no estado do Amazonas, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Espirito Santo e Santa Catarina.

É importante ressaltar o importante papel que essas inspetorias passaram a desenvolver como braço do MAIC, tanto no Piauí como nos demais estados da federação. O órgão desempenhava o papel de suporte para as atividades burocráticas desenvolvidas pelo ministério da Agricultura. E tinha, além disso, o importante papel pedagógico em relação ao homem do campo, seja pela a distribuição de sementes e publicações ou mesmo diretamente por meio do ensino e instrução agrícola. Como exemplo, podemos citar o auxílio dado as colônias agrícolas, e de forma ainda mais direta, o Ensino Ambulante.

O Ensino Ambulante foi implementado em 1910, nos estados do Piauí, Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. A função do Ensino Ambulante era organização 12 lições, que conteriam conhecimentos necessários aos agricultores, seria uma espécie de cartilha que compreenderia: o estudo do Solo, processo de cultura, instrumentos agrários empregados, adubação, escolha das sementes, uma parte referente a semeadura e a colheita, a conservação, trato com animais, além de questões referentes a doenças e plantas cultivadas.[149]

Tal como as Inspetorias Agrícolas, centros agrícolas, como o de David Caldas, passaram a desempenha um papel pedagógico importante na busca pela formação de mão de obra qualificada. Contudo, a partir de 1915, esses mesmos centros, a exemplo de David Caldas e Alcantara no Maranhão, passaram a receber um grande contingente de retirantes que assolados seca. Segundo Mendonça[150], a partir desse ponto, trabalhadores nacionais e imigrantes, passariam a ser denominados pelos relatórios ministeriais como os “sem trabalho”, uma categoria que se referia as

[149] Relatório do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, 1910, p. 14.
[150] MENDONÇA, 1997.

populações ociosas da cidade. Já os flagelados, tal como os “Sem Trabalho”, fariam parte agora do projeto de saneamento das cidades. Os desocupados, seja por meio dos centros agrícolas ou de obras públicas, poderiam ser convertidos fatores para prosperidade nacional.

4 COLONOS E RETIRANTES EM DAVID CALDAS: TERRA, AGRICULTURA E A ASSISTÊNCIA DURANTE AS SECAS

David Caldas passou por duas grandes secas em 1915 e 1932. Esses dois eventos representaram dois projetos distintos na história da colônia, com planos iniciais específicos para retirantes e trabalhadores nacionais em ambos os momentos. Procurando compreender quais foram as experiências de colonos e retirantes dentro da colônia agrícola, as fontes hemerográficas e os relatórios ministeriais e governamentais apontam para a colônia como um espaço importante dentro do estado para colonização de trabalhadores nacionais e socorro aos retirantes da seca. Sendo assim, se buscará perceber como as múltiplas relações entre diferentes sujeitos e grupos, como são construídas e reconstruídas a partir da construção do centro, desenvolvimento do espaço e do auxílio do próprio estado durante a seca.

Ao longo dos anos, pós-1915, por meio do Serviço de Localização de Trabalhadores Nacionais, David Caldas conheceria um desenvolvimento lento, ao mesmo tempo que teria que lidar com problemas relacionados à seca. Posteriormente, o primeiro projeto, este contemplado pelo SPILTN, seria encerrado em 1925, por problemas de ordem interna e externa. Somente em 1932, um novo projeto surgiria para o espaço, dessa vez específico para os retirantes da seca, pela ação coordenada da União durante o governo de Getúlio Vargas, o Serviço de Localização de Flagelados, procurou desafogar as áreas mais afetadas da região Nordeste, por meio fixação da população em colônias agrícolas.

4.1 O serviço de localização de trabalhadores nacionais e a seca de 1915

A seca, desde a segunda metade do século XIX, já era vista como um problema climático e social, como uma preocupação para os gestores das províncias do Norte. Dessas estiagens, a que mais flagelou a sociedade foram as dos anos de 1877 e 1878, que trouxeram desajustes nas áreas da economia, política e no social.[151] No Piauí, por exemplo, foram criados pelo menos 7 núcleos coloniais, sua maioria próximo a capital Teresina, para alocar e utilizar os retirantes como força de trabalho. Eram também prestado assistência aos retirantes, auxiliando-os com roupas,

[151] NEVES, 1995.

alimentos e medicamentos. Esses núcleos funcionavam por intermédio de uma parceria pública com os proprietários rurais, na qual eram abrigados e, trabalhando em um sistema pagamento por diária, cultivavam itens de primeira necessidade, como o fumo, algodão e cereais.[152]

No início do século XX, a seca passa a ganhar novos contrastes e configurações dentro da região Nordeste e a ser percebida como a grande seca de 1915, um problema ainda maior, visto que, os sujeitos acometidos pela estiagem continuavam a criar novas experiências e estratégias de sobrevivência diante da calamidade que atingia a região Nordeste. Para os homens, mulheres e crianças atingidos pela seca, era um desafio conseguir alimento e na falta do mesmo, se retiravam das terras em que não haviam serviços, nem possibilidades de arar a terra e criar animais. Então, restavam-lhes a migração.

Para lidar com o problema, a estratégia intervencionista do Estado, no que diz respeito às condições de pobreza extrema das camadas pobres, as autoridades políticas procuraram agir de forma a prestar um socorro indireto a esses trabalhadores, concedendo-lhes emprego nas obras públicas. No entanto, não podemos situar o retirante como um sujeito dependente do intervencionismo federal na causa das secas, bem como alguém que viveria apenas às custas do estado. Como alertado por Nunes[153], deveria se considerar vários elementos que estava diretamente ligado ao ato de retirar de seu lugar de origem, tais como: laços afetivos, a luta pela sobrevivência e a construção de identidades desses sujeitos.

Sobre o socorro por meio do trabalho, ficava evidente também que, nem sempre o trabalho seria uma solução certa para o socorro nos períodos de seca. Durante a seca de 1915, no Piauí, o jornal *O Tempo*, destacava o problema do socorro indireto, que era realizado por meio da oferta trabalho para os flagelados nos de construção de estradas e açudes:

> Para o trabalho desses serviços só irão os validos, os homens fortes, esses mesmos em número talvez insignificante, comparado ao dos que sofrem os horrores da secca, porque todos não poderão se transportar para os logares dos serviços, e se o podessem, a quantidade seria tamanha, que não haveria collocação para todos. A maioria terá, de forçosamente, ou de permanecer em suas localidades, resignada à morte pela fome, ou de emigrar, implorando a caridade pública e perecendo pelas estradas, dando cava aos

[152] ARAUJO, 1991.
[153] NUNES, 2016.

> urubus. E os velhos, as mulheres e crianças, os cegos e alijados? Quem irá trabalhar para lhe dar o pão, o remédio e o vestuário? Ninguém. Quando a fome devora o estomago e preocupa o pensamento, a vítima não se lembra do próximo senão depois de satisfeita ou abatida a sua necessidade.[154]

A matéria evidenciava o problema da ajuda que era realizada por meio do socorro indireto por intermédio da oferta de trabalho, haja vista que, para o emprego em obras públicas, só iriam aqueles considerados válidos. Alguns outros que não conseguissem trabalho conseguiram migrar, e aqueles que não tiveram forças para se retirar, dependeria da caridade pública ou da população para sua sobrevivência. Nesse cenário de escassez, percebemos que a população vulnerável (velhos, mulheres e crianças, cegos e alijados) permaneceram nas cidades. Ficaram desassistidas e entregues à mercê da própria sorte ou da "caridade pública". A situação desses vulneráveis se complicava porque para o olhar dos gestores apenas convinham empregar nas obras públicas, aqueles que poderiam ter rendimento.

> [...] que forem validos e seguirem para taes serviços, levar mulheres e filhos", levar os demais membros da familiares era inviável porque os transportes eram escassos e não teriam como deslocar os trabalhadores e seus dependentes. A questão que preocupava era que o pouco salário mal dava para a própria "manutenção" e o peso "excessivo dos preços dos gêneros de primeira necessidade" tornava-se inviável ampliar essa ajuda a quaisquer parentes.
> Desta feita, avaliava os dirigentes que somente "O socorro em cereais distribuídos pelos municípios aos flagelados seria a medida salvadora não só da população, como do despovoamento actual do solo piauhyense.[155]

O trabalho não era garantia de conseguir a sobrevivência de si e nem de seus familiares. A carestia dos itens de primeira necessidade se elevou no ano de 1915, dificultando seu acesso a alimentação, mesmo daqueles que tinha emprego. A estratégia tomada era empregar somente os "válidos" para o trabalho e assegurar os demais permanecessem no estado, e evitar assim o despovoamento. A historiadora Lara de Castro[156] avalia em estudos recentes que uma das medidas tomadas para acalmar a extinção de recurso e também evitar que a população de retirantes invadisse as cidades, a criação de obras públicas (estradas e açudes) no interior do

[154] O TEMPO, 1915, p. 2.
[155] *Ibidem*.
[156] FERREIRA, 2016.

semiárido, foi utilizada com o objetivo para evitar a evasão populacional. Essa prática foi acometida em estados como: Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Piauí.

Ainda, segundo Castro[157], a intenção dessas obras foi possibilitar o acesso a água e fazer com que um número maior de retirantes se ocupasse por meio do trabalho em obras públicas, e, claro, evitar o êxodo do campo da população de retirantes para as cidades. No Piauí, uma das principais preocupações relatadas no jornal *O Tempo*[158], da cidade de Amarante, era justamente o êxodo da população do estado. Mesmo como a oferta de trabalho, a exemplo da estrada de rodagem que ia de Floriano à Oeiras, que concedeu trabalho para muitos famintos, havia ainda a saída da população do estado. As "caravanas de retirantes" tinham como direção as cidades ribeirinhas do rio Parnaíba, onde alguns alocavam-se e outros se dirigiam para o interior do estado vizinho, Maranhão.

> As populações ribeirinhas do Parnahyba são as mais atormentadas e mesmo que possível fossem socorrerem-se pelo trabalho todos os flagellados que nela se encontram. Necessário seria também que em cada um dos municípios ribeirinhos tivessem serviços do governo, o que não suportaria as finanças da república no momento atual.[159]

Podemos observar que nem todos os municípios ribeirinhos receberam serviços do governo para lidar com a seca. Um dos artigos publicados no próprio jornal *O Tempo*[160], intitulado "A Fome", relatava sobre a situação degradante da população de retirantes, em uma das cidades ribeirinhas, a cidade de Amarante, que sofria com a fome naquele momento. No relato, havia a menção a "figuras esqueléticas" e "imundas" que transitavam pelas ruas da cidade em busca de auxílio. A situação era vista como calamitosa, pela existência de uma desigualdade no tratamento dado aos municípios que sofriam com a seca, visto que alguns haviam recebidos obras, como estrada de rodagem e a construção de açudes. Diante da situação da falta de amparo, recomendava-se uma solução, que os famintos migrassem para o sertão maranhense, onde poderiam encontra frutos, caça, palmeirais e terras.

E como ressaltamos, anteriormente, o socorro que era feito indiretamente por

---

[157] FERREIRA, 2016.
[158] O TEMPO, 1915, p. 1.
[159] *Ibidem*.
[160] *Ibidem*, p. 2.

meio do trabalho em obras não alcançava a todos. Para os indivíduos que procuravam trabalho, a vaga para o emprego nas obras dependeria da capacidade física e de gênero. Dessa forma, ficaria de fora mulheres e crianças; os incapazes, fossem elas pessoas de idade mais avançada ou mais inaptos por consequência da fome. Ficavam também, os cegos, deficientes físicos e os doentes. Para esses grupos, cujo o trabalho não era acessível, sugeria-se a distribuição de cereais.[161]

Somando-se a isso, havia o problema da oferta de vagas, a realização de obras, como a já citada estrada de rodagem Floriano a Oeiras, que tinha a necessidade de apenas 200 braços para o trabalho. Entretanto, a comissão responsável pela obra teve de fazer escolha entre 2 mil e 3 mil flagelados. Desse modo, é oportuno ressaltar a ineficácia do socorro aos flagelados, sendo possível notar pela capacidade limitada de ofertas de trabalho nas obras, e pela ineficiência de lidar como a situação da seca. Considerando o número daqueles que não conseguiam trabalho, o destino desse excedente era justamente as cidades, vilas e povoados ribeirinhos do Parnaíba.

De fato, o que ocorria, era o que o estado do Piauí não tinha condições de lidar com a situação da seca. Desde 1913, o estado já vinha sofrendo com o decrescimento da renda, juntando-se a seca que contribuiu para o agravamento do quadro, pois existia o problema de baixa no até então principal produto do estado, a borracha de maniçoba, que tinha seu preço estipulado entre 4.000 e 4.500 reis por quilograma. Todavia, desceu para 800 reis[162]. A seca representava naquele momento a morte da lavoura e da indústria pecuária. Mas, embora o Piauí não sofresse com a seca na mesma proporção que os estados vizinhos com a seca, o estado se sentia sem auxílio por parte do Governo Federal.

O socorro na região Nordeste foi visto no período como deficiente e moroso. À medida que aumentavam as reclamações e o êxodo da população, foi necessário o Governo Federal tomar medidas e dar explicações sobre a demora e a deficiência das ações contra a seca. A explicação dada era que os socorros que eram solicitados, assim como os valores, eram de responsabilidade do Ministério do Interior, que ficava disponível para a abertura de créditos suplementares a qualquer momento. Contudo, essa mesma abertura estava determinada pela lei 2.842[163], de 3 de janeiro de 1914, que fixava as despesas para o exercício daquele ano. Segundo o art. 80, a lei

[161] O TEMPO, 1915, p. 1.
[162] *Ibidem*.
[163] BRASIL, 1914.

determinava o limite máximo de 6.000:000$000 para os socorros públicos. Entretanto, no ano de 1915, a lei orçamento excluiu as verbas que o governo poderia gastar para socorros públicos, e reduziu para 50:000$ o valor que foi estipulado no ano anterior.[164]

Diante da situação de calamidade pública, o governo demorou nas ações. O presidente da república Wenceslau Braz teria então recorrido a assembleia o crédito para que as obras contra a seca fossem realizadas. Assim o congresso fixou o valor do crédito em 5.000:000$000. Criando a lei n. 2.974, de 15 de julho de 1915[165]. Por meio dela, o poder executivo ficava autorizado a abertura de créditos no valor máximo de 5.000:000$000, para aplicação direta na região Nordeste, sendo pretendido a ocupação do maior número de trabalhadores em obras e a conclusão das obras iniciadas no período da crise da seca.[166]

Embora a lei n. 2.974 fosse votada e aprovada pela escassez de dinheiro, o governo não pode executar de imediato as ações. Somente apoiado na lei n. 2.986 de 22 de agosto, que foi autorizado a realizações de crédito. O item número IV desse artigo, esclarecia que o governo poderia assim prestar socorro de acordo com o já citado decreto legislativo n. 2974, e efetuar despesas ocasionadas pela seca, resolvendo a questão da abertura e da falta de numerários. De acordo com a Tabela 3 abaixo, os créditos iniciais foram distribuídos em primeiro momento para os seguintes estados, com valores direcionados para a construção de açudes, linhas telegráficas e estradas de rodagem.

Tabela 3. Recursos destinados pela lei número 2.974 para as obras

Estado	Valor do Recurso	Destino do Recurso
Piauí	470:000$000	Estrada de Floriano à Oeiras, açude Anajás e construção das linhas telegráficas.
Rio Grande do Norte	490:000$000	Linhas telegráficas, desobstrução do Ceará Mirim, açudes de Arapuá, Pessoa e Vinte e Cinco de Março, estrada de rodagem de Macáo a Assú, reparos

[164] O PAIZ, 1915, p. 1.
[165] *Ibidem*. Em relação a lei n. 2 974, ficava determinado que: “E o poder executivo autorizado a abrir pelo ministro da Viação e Obras Públicas, os credito extraordinários que forem necessários, até a importância de 5.000:000$ para aplicar em obras de reconhecida utilidade na zona nordeste, assolada pela seca, preferindo as que derem ocupação ao maior número de trabalhadores e conservem nos seus domicílios as populações flageladas e possam ser concluídas dentro do tempo de duração da crise” – União e o Socorro aos Estado do Norte.
[166] *Ibidem*.

		dos açudes de Sant'Anna de Matto Bedado e Santa Cruz.
Paraíba	50:000$000	Distribuídos para construção de estada de rodagem de Campina Grande a Patos, linhas telegráficas e açudes de cajazeiras e Bordocongo.
Pernambuco	50:000$000	Construção de linhas telegráficas.
Ceará	3.800:000$000	Construção de linhas telegráficas, prolongamento da estrada de ferro, estrada de rodagem de Baturité a Guaramiranga e dos açudes: Riacho de Sangue, Patos, Parasinho, Guyauba, Vellame e Caio Prado, Salão, Tucunduba, Acarahu-Mirim e Acarape

Fonte: Tabela produzida por Raimundo Wermeson Bernardino de Sousa Pereira, a partir do artigo produzido pelo jornal *O Paiz*, de 1915.[167]

Foram concedidas também passagens para os retirantes por meio de uma solicitação feita pelos governadores pelos seguintes estados e valores: Piauí, 50:000$000; Ceará, 200:000$000; Rio Grande do Norte, 50:000$000; Pará, 50:000$000 e Amazonas, 50:000$000[168]. O transporte, que era realizado por vias marítimas, fluviais e terrestre, colocava como opção para os trabalhadores se dirigir para zonas, onde preferiam ou para o trabalho nas obras contra a seca que estavam sendo realizadas. Chamava a atenção também a realização de outras obras, como a construção de diversos açudes em terras de particulares com recursos públicos, além de verba para as obras na colônia Agrícola David Caldas.

David Caldas, da mesma forma como o restante do estado, passava por uma situação complicada. E algumas questões em torno da colônia nos períodos de enfrentamento a seca tornavam perceptível como esse espaço passou a ser importante não somente quando se tratava do desenvolvimento da agricultura do estado, principal motivo para sua criação, mas também como um ponto estratégico no que se refere ao direcionamento de retirantes para o local. Sendo em vários momentos um local pensado pelas autoridades, onde famílias de retirantes poderiam ser colocadas, dando-lhes trabalho e moradia, como também, um espaço significativo

[167] O PAIZ, 1915, p. 1.
[168] *Ibidem*.

para quebrar da ideia de “esquecimento” do estado dentro do cenário nacional, por meio do desenvolvimento da agricultura do estado.

Por parte dos políticos piauienses, em 1915, os senadores Abdias Neves, Ribeiro Goncalves e Pires Ferreira, bem como os deputados Felix Pacheco, Joaquim Pires e Elias Martins, segundo noticiado pelo jornal *Gazeta de Notícias* (RJ)[169], foram os responsáveis por fazerem a requisição ao Governo Federal para que 150 famílias fossem alocadas no centro agrícolas David Caldas, além de recurso para construção da estrada de rodagem de Floriano a Oeiras, sendo que, para tais fins, foram destinados os créditos de 200:000$000 e 600:000$000, respectivamente.

Naquele mesmo ano, na gestão de Raymundo Marques (segundo diretor do centro), o local chegou a abrigar cerca 160 famílias. E em um contexto mais amplo, se consideramos a situação do estado do Piauí, como foi relatado por alguns municípios, a situação da perca das lavouras e criações, a falta dos itens de primeira necessidade e elevação no preço dos produtos, deixou a população local em situação agravante.[170]

Em 1915, o Piauí já se encontrava em uma situação bastante delicada em relação à seca, e o ocorrido foi retratado por meio de vários telegramas direcionados ao presidente da república, publicados no jornal *O Paiz*, do Rio de Janeiro. Os telegramas retratavam os problemas ocorridos em vários municípios do estado, tais como: Campo Maior, Floriano, Jaicós, Simplício Mendes, União, Piracuruca, Picos, Oeiras e o centro agrícola David Caldas. Em geral, os telegramas consonavam em vários pontos, desde migrantes que invadiam as cidades, até a perca da lavoura e das criações. Assim como foi relatado nos telegramas enviados do Centro David Caldas e também do município de União.

> UNIÃO - São lamentáveis aqui os efeitos da secca, o que me leva a solicitar sua atenção para sorte angustiosa dos trabalhos deste centro. Lembro-haver no ministério um projecto de irrigação que, se fosse já executado, minoraria muito a condição as condições das 160 famílias aqui existentes. Saudações – Raimundo Marques, encarregado do Centro Agrícola David Caldas.[171]
> UNIÃO - Telegraphamos ao presidente da República, expondo a situação afflictiva da população deste município, em consequência da secca terrível que flagella o Estado pedido socorros. Immigrantes Cearenses, famintos, invandem a cidade implorando esmolas, para

[169] GAZETA DE NOTÍCIAS, 1915, p. 2.
[170] O PAIZ, 1915, p. 7.
[171] *Ibidem*.

> maior rigor da miséria que reina, pois perdemos toda a lavoura e tivermos enormes prejuízos na criação, além de que não existe cereaes da última safra. Nesta dolorosa contingência appellamos para o vosso patriotismo esperando que fareis tudo em prol dos nossos conterrâneos. Attenciosas saudações – Rego Filho, intendente.[172]

Entre as angustias relatadas nos telegramas enviados de David Caldas e dos demais municípios, destacavam-se como um dos principais efeitos da seca no estado, a chegada de retirantes, em especial, oriundos do estado do Ceará. Existia também a preocupação com o aumento dos preços dos itens de primeira necessidade, que se deu por conta da perca da lavoura, por implicação, o acesso a esses itens pela população mais pobre foi afetado. A leva de retirante, que se direcionava para as cidades, era um dos grandes problemas a serem combatidos, em específico, pelo aumento da mendicância e o medo com saques e roubos.

Sobre David Caldas, nos chama a atenção o olhar todo especial que teve essa colônia agrícola nos períodos de seca. E como citado anteriormente, quando as caravanas de retirantes não conseguiam trabalho, em obras como a estrada de rodagem de Floriano a Oeiras, o seu destino era a cidades ribeirinhas do Parnaíba, onde se alocavam, em locais como as cidades de Amarante, União e Centro Agrícola David Caldas ou quando se dirigiam para o interior do estado do Maranhão. Nesse ponto, defendemos a ideia que as propostas para o centro David Caldas uniram a sua utilidade como um espaço, que alocava trabalhadores nacionais e captava recursos federais com a ocasião das secas e o socorro aos retirantes. Em outras palavras, sendo uma obra federal que poderia receber recursos, as autoridades procuraram valer da ocasião para tornar a colônia um espaço socorro e diminuir recurso, um reduto que abrigou tanto trabalhadores nacionais, como também um grupo de trabalhadores criados naquele momento por consequência sazonal da falta de chuvas, os retirantes. Era uma medida paliativa.

Fica evidenciado a visão que se criou sobre o centro, em suas multifaces, do que poderia ser e do que ele foi, tanto nos períodos de seca como também na sua proposta original de desenvolvimento da agricultura do estado como centro agrícola. Sobre isso, um telegrama enviado pelo chefe do telegrafo local Agenor Miranda, ao diretor Euclides Barroso, de telégrafos do Rio de Janeiro, trazia um olhar diferente sobre o espaço, como um modelo a ser seguido, e que poderia ser uma solução para

[172] O PAIZ, 1915, p. 7.

os problemas que o estado enfrentava naquele momento.

No telegrama, Agenor Miranda, depois de ter feito o trajeto a cavalo por municípios da região norte do estado, de Teresina a Parnaíba, passando por cidades como Campo Maior, Piripiri, Piracuruca. Além de cidades ribeirinhas do rio Paraíba, fez um relato sobre a situação crítica do estado, assim como apresentou possíveis soluções para o problema. Miranda verificou que a falta de água que afetava a lavoura e a criação de gado era um dos grandes problemas a serem enfrentados pelo estado, assim como a continuidade da ajuda estado que o próprio estado recebia do Governo Federal. Uma outra questão colocada por Agenor Miranda estava na condição dos trabalhadores após o trabalho em obras contra seca. Para ele, após construção das linhas telegráficas, por exemplo, vários trabalhadores voltaram a uma "situação primitiva", pois nesse período de trabalho não conseguiram cuidar das suas roças e acumular reservas salariais como o dinheiro que ganhavam nas obras.

> Depois de construídas as linhas telegraphicas, por exemplo, centenares de trabalhadores empregados voltarão a situação de primitiva, por isso que não cuida de suas roças. Nem puderam com os salários pouquíssimos acumular reservas. Assim jugaria mais acertado que o governo, na distribuição de novos recursos, mandasse preferir o serviço de localização de trabalhadores na colônia agrícola David Caldas, em cujas a terras irrigáveis, podem comportar 250 famílias em trabalho, com o proveito directo e permanente para o localizado e indirecto para os demais habitantes do Estado, pela produção de gêneros que escasseiam cada vez mais.[173]

Outra sugestão feita, era a construção de outras colônias ao longo do rio Paranaíba, tendo esses locais a função estratégica de localizar os trabalhadores nacionais permanentemente e de auxiliar na produção de gêneros alimentícios. As colônias teriam prosperidade apenas se a administração fosse feita por agrônomos que pudessem tirar proveito do trabalho no campo, inclusive com a produção de novos cereais para o consumo. Já sobre a falta de água nos períodos de seca, os açudes que frequentemente eram abertos nesses períodos, eram vistos apenas como medidas paliativas. Por isso, era necessário, na visão de Agenor, aproveitar a capacidade hídrica do subsolo do estado para uma solução prática e definitiva por meio da perfuração de poços.

A visão de Agenor Miranda sobre a colônia, de forma implícita, representava

[173] O PAIZ, 1915, p. 6.

parte da visão que se construiu em relação à mão de obra rural no final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. A tal “situação primitiva”, para a qual os trabalhadores empregados retornariam, remontavam dentro de falas, como as de Miranda, a um ponto importante, a necessidade de uma ação pedagógica sobre o homem do campo. Como ressaltado por Mendonça[174], as práticas que eram definidas pelo discurso oficial como qualificadoras, de alocar os trabalhadores em centro agrícolas, nada mais eram do que uma iniciativa que visava imobilizar a mão de obra rural, impedido a fuga desses trabalhadores para as cidades ou mesmo para regiões mais dinâmicas. Buscava-se, nesse período, converter esses sujeitos em elementos uteis para a produção nacional.

Seguindo ainda essa lógica, se olharmos especificamente para o retirante, sujeito esse que aparecia sazonalmente por conta da seca, essa imobilização pretendida visava também promover o saneamento urbano, e assim evitar que essa população de trabalhadores “ociosos” e “miseráveis” se dirigissem para as cidades. De acordo Castro Neves, a seca de 1915 aconteceu em um momento em que a as cidades brasileiras passavam por grande reordenamento urbano e social e a efetivação desse processo estaria atrelada a vitória saberes médico-urbanistas.[175]

De acordo com Maria Clélia Lustosa Costa, o discurso médico higienista dominante no século XIX, contribuiu para um novo pensamento sobre a cidade a também sobre a sociedade urbana, favorecendo o surgimento reflexões sobre os esses espaços, pregando a elaboração de projetos de reforma urbana, e a elaboração de leis que disciplinariam espacialmente as cidades em prol da assepsia. Assim, o isolamento aparecia como uma alternativa viável para evitar o caos e a desordem social.[176]

Ao mesmo tempo em que se pensava na assepsia das cidades, os espaços para o qual se dirigiam os retirantes, como os centros agrícolas, viviam a contradição entre o progresso alegado nos relatórios do Ministério da Agricultura e a falta de condições adequadas para receber esses sujeitos. De acordo com os relatórios do ministério da agricultura[177], referente ao ano de 1916, David Caldas estava se desenvolvendo bem, recebeu verba a conservação de estruturas já existentes e a

[174] MENDONÇA, 1997.
[175] NEVES,1995.
[176] COSTA, 2009.
[177] Relatório do Ministério da Agricultura, 1916.

construção de novas casas para colonos. Estruturalmente, o espaço apresentava “sintomas de progresso”. Obras, como a reconstrução de uma ponte sobre o riacho dos cavalos, a construção de um segundo galpão, onde seriam instaladas máquinas para beneficiamento da produção, e uma importante construção, um porto para atracação que colocava em destaque o papel do rio Parnaíba no escoamento da produção local. O porto continha um guindaste para transporte de cargas, além de uma pequena linha Decauville, que era um sistema de estrada de ferro, tinha o objetivo de facilitar o transporte de produtos.

Os sintomas de progresso que eram descritos no relatório do MAIC não acompanhavam a delicada situação do local. A quantidade de retirantes que se direcionaram para o espaço atingiu o número de 403 famílias, totalizando 2528 pessoas. Esse número em comparação com a população de colonos, era número quase quatro vezes maior, o espaço detinha o número de 158 famílias de trabalhadores nacionais, contando com um total de 653 indivíduos. Na ocasião, os retirantes foram assistidos com medicamentos, alimentação e trabalho, e mesmo recebendo toda essa assistência, houve a situação em que parte de um dos principais produtos produzidos pelo centro, o coco babaçu, foi consumida pelos retirantes.[178]

O ano de 1916, como falamos anteriormente, e como aponta o cruzamento da documentação analisada, tanto nos relatórios do MAIC como em jornais, aponta como sendo o ano de maiores complicações em relação a seca. Tal era o ocorrido que uma pequena matéria publicada no jornal *Gazeta de Notícias* (RJ) fazia questão de alarmar sobre a situação delicada com o qual lhe dava o centro David Caldas. A matéria, intitulada “O Centro Agrícola David Caldas, é um lugar de morte”[179] relatava a alta quantidade de flagelados que se dirigiam ao local, sendo mais de mil, e ressaltava a existência de um alto número de doentes, tendo até mesmo a alguns dias atrás da data da publicação da matéria do mês de fevereiro daquele ano, morrido 18 pessoas.

A situação do local era retratada como tão angustiante que o diretor do centro naquela ocasião teve que direcionar parte dos seus rendimentos para o socorro aos flagelados. E reconhecendo ele a incapacidade de socorrer a população e tendo alta nas mortes, preparou um segundo cemitério, visto que o primeiro e mais pequeno não havia mãos espaço para os enterros.

David Caldas viveu nos seus anos iniciais muito mais momentos difíceis do

[178] Relatório do Ministério da Agricultura, 1916.
[179] GAZETA DE NOTÍCIAS, 1916.

que de desenvolvimento, isso se consideramos como certos eventos passaram a afetar o centro agrícola, tal como a seca, a chegada dos retirantes e as enchentes. Desde a seca de 1915, a condição da colônia em relação ao seu estado desenvolvimento apresentou apenas melhoras pontuais na estrutura física. Tanto era esses problemas que o estado sanitário do local veio a piorar com a presença dos retirantes no ano 1916. Em um telegrama do então deputado Antonino Freire, transmitido ao ministro agricultura, ponderava sobre o estado de miséria do local e a ausência, tanto de ajuda do governo estadual quanto do governo federal, além do já citado caso em que o diretor do centro doou os seus vencimentos para a compra de roupas e mantimentos para socorrer a população do espaço.

> Diretor do Centro Agrícola, David Caldas, esteve afim conferenciar comigo, scientificando lamentável estado sanitário se acham colonos flagellados ali existentes. Informações particulares outras fontes são acordes affirmar estado sanitário daquele centro não pode ser mais precário, devido a extrema miséria ali reinante. Até agora nenhum socorro foi prestado quer pelo governo estadual, quer pelo federal, tendo actual diretor, em louvável gesto de philantropia despedido maior parte de seus vencimentos na aquisição de gêneros e roupas para socorrer aquelles infelizes. Urgem providencias immediatas para evitar a mortandade, que aliás, hoje é proporção excessiva. Lembro alvitre conceder verba cinco contos para soccorros, direito edificação cabanas para abrigo flagellados. Caso impossível isto, autorize director despender até três contos com aquellas providências, que são urgentíssimas. sob pena de termos lamentar perdas de vida patrícios, dignas melhor sorte, dizimados pela fome e pela miséria.[180]

Com a situação precária na colônia, era recorrente a necessidade de ajuda, e, ainda que pouca, as pequenas providências tinham o propósito de atenuar a situação dos moradores do local. A colônia vivia períodos de sol e chuva, em 1917. Além de lidar com a seca, no inverno, a situação do local se complicava por conta das enchentes. Mesmo situado a 10 metros acima do nível do rio Parnaíba, David Caldas sofria com as enchentes. O rio Parnaíba e os riachos transbordavam, deixavam a colônia isolada sem comunicação por terra, do centro com a capital. Nessa ocasião, muitos dos colonos se viram obrigados a deixar seus lares, sofrendo também com doenças como o impaludismo. Além disso, outros serviços, como o pagamento de trabalhadores e para as necessidades básica do local, novamente o espaço sem

[180] O PAIZ, 1916.

verba o espaço se encontrava em uma situação precária.[181]

As dificuldades enfrentadas pelo centro David Caldas não eram, contudo, exclusividade do local. Outros centros não apresentavam também muito desenvolvimento em 1917[182], mas melhoras pontuais que poderiam ser desde a conservação de estruturas até a aquisição de novos equipamentos. O centro agrícola de Mamanguape, na Paraíba, teve a construção de um edifício para a instalação de uma usina de uma usina de beneficiamento. O centro de Alagoas enfrentava problemas judiciais com posseiros, e, por conta disso, teve que fazia a apenas a conservação material, sem melhoras.

Já outro centro, Sabino Vieira, na Bahia, enfrentava problemas internos, tendo duas espécies de colonos: uma egressa da cidade, que não estava habituada ao trabalho rural, e outro de agricultores, tendo baixa produção por parte dos trabalhadores vindos da cidade e bons resultados daqueles que já trabalhavam no campo. Outro caso, no centro agrícola de Sergipe, foi conservado os edifícios, estrada e cercas, mas enfrentava problemas com um antigo povoado localizado nas terras do centro, este último espaço trazia reflexão para o caso em este povoado por não integrasse ao centro, e eram vistos como ociosos, e que só sairiam dessa situação caso afeiçoem ao trabalho, incorporando-se a colônia.[183]

Em David Caldas, ainda por motivo da seca, como já mencionado, houve um grande número de retirantes que afluíram para o local em 1917, por consequência do houve o aumento da população. Tal elevação populacional significou, entre outras coisas, a dificuldade para manutenção da colônia, principalmente na questão sanitária, já que com a chegada das primeiras chuvas incidia os casos de impaludismo devido a duas lagoas do local, Thereza e Santo Antônio. Segundo o relatório do Ministério da Agricultura[184], uma das soluções encontradas foi drenagem das duas lagoas. Naquele momento, o centro contava com o total de 208 famílias, totalizando 864 indivíduos.

A seca sempre aparecia como um problema a ser enfrentado, não somente pelo centro agrícola David Caldas, mas por todo o estado do Piauí. De acordo com os relatórios governamentais, em 1919, Eurípides de Aguiar, governador do estado

[181] O PAIZ, 1916.
[182] Relatório do Ministério da Agricultura, 1917.
[183] *Ibidem*.
[184] *Ibidem*.

naquele momento enviou um telegrama ao ministro da agricultura. Na mensagem era relatado sobre os problemas advindos da seca no trazidos pelo estado vizinho do Ceará. A condição de que o estado encarrava e reforçava uma velha prática, de ser uma local de refúgio para os retirantes dos estados vizinhos.

> Por essa minha rápida descrição minha rápida descrição, avaliará v. excia. Os perigos que ameaçam este estado, onde, aos prejuisos da secca no seu próprio território, acrescerão os trazidos pela imigração forçada dos nossos irmãos cearenses, tangidos pela fome e miséria, aos quaes, embora nossa pobreza, temos o dever de acolher e confortar.
> O governo piauhyense fará quanto puder para minorar os sofrimentos de sua população e dos cearenses que buscam acolhimento no território deste Estado. Mas nossos recursos são insignificantes comparados a grandeza do flagello. É indispensável, pois que o Governo Federal, com devida antecedência cogite de organizar um plano de acção que mediante a execução de obras novas e socorros directos, intelligentemente prestados, attenue os efeitos da calamidade.
> Com relação a estes últimos, peço permissão de v. excia. Para lembrar a construção de cem casas aligeiradas e a demarcação de igual número de lotes de terra na Colônia Agrícola David Caldas, neste estado, à margem do grande rio Parnayba, navegável em todas as estações, para terem abrigo e trabalho cem famílias immigradas, ás quaes a União soccorrerá diretamente com alimentação, medico e ferramentas de trabalho durante cerca de quatro mezes, a exemplo durante largos anos e ainda pratica com o immigrante estrangeiro.[185]

Como enfatizado por Manuel Domingos Neto, durante muito tempo, o Piauí acaba servindo tanto de zona de refúgio como ponto de passagem de retirantes que vinham dos estados vizinhos em busca de socorro, trabalho ou passando em direção aos estados mais a oeste, como Maranhão, Pará e Amazonas.[186] Nesse sentido, o Piauí se apresentava como um espaço de preservação da mão de obra, seja por meio de trabalhos em obras públicas ou, no dado caso, a alocação de trabalhadores e suas famílias no Centro Agrícola David Caldas. Vale lembrar que tal prática de preservação e alocação de trabalhadores já foi utilizada naquele espaço, com antigas colônias Gameleiras e Raymundo Gil.

A fala de Eurípides de Aguiar também tem um ponto interessante a se analisar, a alegação de que, durante longos anos, o imigrante tinha o benefício da alimentação, médico e ferramentas de trabalho concedidas pela União, diferindo das ações para o

[185] PIAUÍ. Mensagens do Governador do Piauí para a Assembleia, 1919.
[186] DOMINGOS NETO, 1987.

nacional. Apresenta-se, nesse contexto, uma visão hierarquização existente entre nacionais e estrangeiros, na qual os nacionais estariam em uma posição de inferioridade em relação aos imigrantes. Para Mendonça[187], a inferioridade conferida ao trabalhador nacional era um legado da escravidão. Além disso, o peso político dos estados era diferenciado, com isso uma concentração de maior de estrangeiros no sul do país revelando disparidades regionais. Os benefícios que estavam disponíveis para estrangeiros, como a distribuição de insumos, ferramentas e trabalho em núcleo coloniais, não aplicou a estado da região norte e nordeste do país.

> Levando-se em conta a orientação ministerial de tentar coadunar fornecimento de mão de obra e diversificação agrícola, expressa na máxima povoar é colonizar, nota-se que a política de estabelecimento de núcleos coloniais de imigrantes por parte da União não visava alinhar-se, diretamente, às soluções geradoras de braços para a grande lavoura. Seu objetivo era localizar produtores supostamente mais aptos e qualificados que, pela pedagogia do exemplo, contribuíssem para ampliar a produção de gêneros para o abastecimento interno.[188]

Diferente do que por exemplo ocorria nos núcleos coloniais, com os trabalhadores estrangeiros nos centros e colônias agrícolas, as condições para fixação do nacional tinham caráter muito mais rigoroso, com menos direito e mais obrigações[189]. Somando-se a isso, a partir de 1915, visando o saneamento urbano e a distribuição de um contingente populacional, evitando assim que um contingente de ociosos permanecesse nas cidades, é que os retirantes deslocados pela seca na região Nordeste foram direcionados para os centros e colônias agrícolas. David Caldas, nesse sentido, seria utilizado um espaço para dar destino a uma parcela de retirantes que se direcionariam a capital ou não encontravam trabalhos em obras públicas, e, por consequência, o controle sobre a força de trabalho desses sujeitos.

Até o ano de 1919, os núcleos coloniais, destinados à localização de estrangeiros e nacionais, somavam 20. Estavam eles distribuído, da seguinte maneira: Espirito Santo, núcleo Affonso Penna; em Minas Gerais, núcleos inconfidentes e João Pinheiro; Rio de Janeiro, núcleos Visconde de Mauá e Itatiaya; em São Paulo, núcleos de Monção e Bandeirantes; no Paraná, núcleos Ivahy, Itapará, Vera-Guarany, Tayó, Jesuíno Marcondes, Cruz Machado, Senador Corrêa, Yapó e Apucorana; e Santa

[187] MENDONÇA, 1987.
[188] *Ibidem*, p. 171.
[189] *Ibidem.*

Cantarina, com os núcleos Annitapolis, Senador Esteves Junior e Barão do Rio Branco[190]. Na distribuição espacial desses núcleos, quase 50% dos 20 núcleos estavam localizados no Paraná.

Ainda com relação a fala do governador Eurípedes de Aguiar, considera-se ressaltar o papel essencial do Piauí na recuperação da economia dos estados vizinhos durante a seca, fosse por meio dos gados que eram atravessados pela serra da Ibiapina para consumo da pastagem, ou como apontando por Neto[191], fornecendo as matrizes que eram necessárias para a preservação temporária da mão de obra de áreas econômicas que não teriam condições de reproduzir sua força de trabalho. Seguindo está linha, Mafalda concluiu que o argumento de isolamento econômico do estado do Piauí, que era defendido pelas autoridades governamentais, não procedia, isso porque o estado estava profunda e intensamente ligado à economia dos estados vizinhos.

Ainda de acordo com a autora, essa conclusão aponta para o segundo ponto, a de que seca no Piauí diferia da ideia de “seca nordestina”, ou seja, não havia uma estação seca que se daria de forma homogenia dentro de todo o território nordestino, mas peculiar em cada estado da região. O caráter fragmentado da seca, destacava eventos notários em alguns estados, como os Campos de Concentração da Seca no Ceará, e em outros eventos em menor escala em outros estados. Esse tipo de acontecimento acabava sendo usado como uma métrica para as ações direcionadas aos estados.

Dentro do Piauí, o centro agrícola David Caldas, como espaço onde se direcionavam e eram enviados os retirantes, representava não apenas uma solução para durante a seca, mas uma oportunidade para ambas as partes. Por parte das autoridades, seriam oferecidos recursos para os socorros, como médico, alimentação, além das ferramentas de trabalho, garantidas por meio dos recursos federais, e com isso a oportunidade de retirar das cidades retirantes e conseguir braços para o trabalho no centro. Do outro lado, homens e mulheres fugindo da seca buscavam gêneros de primeira necessidade, cuidados médicos, um local para ficar que seriam conseguidos por meio do trabalho no centro agrícola. Um espaço institucionalizado, que buscou submeter tanto o trabalhador nacional como o retirante a uma lógica de trabalho no centro agrícola.

---

[190] Agricultura, Colonização Correio Paulistano, 1919.
[191] DOMINGOS NETO, 1987.

As propostas para o centro agrícola David Caldas nunca foram concretizadas em sua totalidade. Embora fosse visto como uma proposta de modernização da agricultura nacional e estadual, o local que passou por vários problemas ao longo da década de 1920. As verbas provenientes do Ministério da Agricultura foram suprimidas e os administradores do local nem sempre foram competentes. Neste último caso, um dos problemas eram as nomeações de afiliados políticos para fazer a administração e a direção do centro. Existiam, por exemplo, materiais e instrumentos para educação agrícola no espaço, mas a falta funcionários, que pudessem fazer a instrução, fez com que os materiais e instrumentos fossem inutilizados, muitos pela ação do tempo. Com o passar dos anos na década de 1920, os aparelhos agrícolas e os matérias existentes no centro, foram distribuídos.[192]

Após o encerramento das atividades, David Caldas foi cedida ao governo do estado a título precário. Foram respeitados dessa transição do Governo Federal para o estadual, os direitos dos antigos colonos que já possuíam lotes de terra e título de posse, preservado o direito dos que tinham lotes e exerciam alguma, mas que não tinham o título de posse; além de ser admitidos outras pessoas que procuravam se fixar. Assim como ocorreu em outros momentos, quando os planos para a constituição de uma colônia agrícola não prosperaram, como foi na colônia Gameleira e na colônia Raymundo Gil, ambas no mesmo espaço, David Caldas agora passaria para a mão de arrendatários. Para administração do espaço, nessa nova etapa tomou posse por um período de 4 anos, Vicente Pereira Barros, no dia 7 de abril de 1927, para tal, foram estipuladas obrigações e recompensas para sua gestão no contrato de locação.[193]

> 1ª – O governo do estado do Piauhy confia aos cuidados do sr. Vicente Pereira Barros, pelo prazo de quatro anos, a contar da assinatura do presente contrato, a administração de outros bens administração e imóveis e móveis do extinto centro agrícola David Caldas.
> 2ª – O contratante se responsabiliza pela conservação das matas e florestas, casas, pontes e mais bens encravados nas aludidas terras, obstando invasões e turbações de posse por parte de terceiros.
> 3ª – Correrão por parte do contratante os reparos dos prédios e obras d'arte até o valor de quinhentos mil, annuaes, em cada espécie, se esses estragos necessitarem de reparo de valor superior, deverá contratante comunicar a Diretoria de Obras e Públicas, que resolverá sobre o caso, mandando realizar consertos por conta do Estado.
> 4ª – O contratante é também encarregado da cobrança de 10 mil réis,

[192] A NOITE, 1933.
[193] PIAUÍ, APPI, Centro Agrícola David Caldas, Caixa União.

> por cada agregado, e igual importância por cada roça feita pelos referidos agregados nas mencionadas terras, ficando isentos dessa contribuição os que pagarem as prestações de lotes, quando os trabalhos de lavoura forem feitos dentro do próprio lote, estando esse caso afeito ao Ministério da Agricultura, Industria e Comercio, e da Arrecadação de rendas de vasantes de fumo, na razão de uma para o Estado, de três para o agricultor apanhar.[194]

As cláusulas contratuais, no que se referem às obrigações, visavam principalmente a conservação do espaço e o gerenciamento das terras. Em contra partida, como benefício, Vicente Barros Pereira poderia explorar todo o coco babaçu, comprando ou apanhando o que fosse produzido nas terras de David Caldas. Isso, mediante o recolhimento aos cofres do Tesouro do Estado, do valor de dez réis por quilograma de coco. E quando o destino do babaçu explorado fosse exportação, seria pago as coletorias o valor de 10% sobre a importância que foi arrecadada.[195] Portanto, ficou sob a gestão de Vicente Barros, até o ano de 1931, momento que se iniciaria uma nova fase daquele espaço, quando David Caldas, durante a gestão de Landry Salles, iniciaria um projeto de colonização de flagelados durante a seca de 1932.

4.2 O projeto de Colonização de Flagelados no Piauí durante a seca de 1932

O projeto de colonização de flagelados teve seu marco com o decreto n. 19.687, de 11 de fevereiro 1931. Visando lidar com os problemas das secas e o deslocamento da população para os centros urbanos, em especial para as capitais e os estados do sul[196], o decreto dispunha sobre a localização e o amparo das vítimas atingidas pela seca em centros rurais, e a oportunidade de exploração desses espaços agrícolas. Diferente do modelo do SPILTN, que tinha o ministério da Agricultura como gestor da colonização no Brasil, em 1910, dessa vez o trabalho foi coordenação entre os Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio, da Viação e Obras Públicas e da Agricultura. Os estados interessados nesse serviço e seus interventores teriam um papel importante na execução das colônias agrícolas e na tomada de outras ações contra a seca.

Para Castro Neves[197], o contexto político, econômico e institucional em que

---

194 PIAUÍ, APPI, Centro Agrícola David Caldas, Caixa União, p. 60.
195 *Ibidem*.
196 SILVA, 2015;
197 NEVES, 2001.

aconteceu seca de 1932, foi diferente das secas anteriores. O espaço político que foi ocupado pelos interventores, gerou uma centralização do poder, permitindo que durante a seca, as decisões fossem tomadas sem a necessidade de passar por tramites democráticos. O que ocorria era que a assistência dada aos flagelados, ocorria de forma direta, “a partir de ordens dadas diretamente emanadas pelo ministério da Viação e Obras, via interventoria”[198]. A seca deu visibilidade ao Nordeste, e com ela a possibilidade de obter favores para a região, por meio da participação no processo revolucionário. O que, segundo Castro Neves, mostrava a intenção de garantir benefícios que antes haviam sido negados pelas oligarquias da República Velha.

Segundo o ministro da Viação e Obras, José Américo, o programa de Inspetoria de Obras contra a seca teve que se transformar em um programa de assistência aos sem trabalho. A seca era considerada um problema de falta de água, mas vista também como um problema de falta de trabalho pela paralisação da produção agrícola, pela ausência de chuvas. Por isso se pensava em utilizar a força de trabalho dos flagelados em obras de caráter preventivo, como a abertura de açudes e barragens, como uma forma de minimizar as calamidades futuras. O problema era que houve estados e regiões do Nordeste mais afetados que os outros, como foi o caso do Ceará. E pela quantidade pessoas afetadas, para evitar que a massa de retirantes se dirigisse os centros urbanos, se tornou indispensável a criação dos campos de concentração da seca.

Desses espaços, sairiam trabalhadores com destino às obras para obras, mas pela quantidade de pessoas que se deslocaram ou foram deslocadas para o local, as obras se tornaram insuficientes para que esses campos fossem esvaziados. Para tentar reverter a situação, foram expandidas as malhas rodoviárias além do planejado, afim de dar trabalho e atender a população faminta, e em alguns casos foi admitido o trabalho de crianças e mulheres, como forma de garantir socorro. As obras que iam sendo criadas não conseguiam dar trabalho para o excesso de pessoas. Em geral, a obras comportavam em média de 500 a 700 pessoas, considerando uma média alta do que era possível manter nas obras.[199]

Até a data de 31 de maio de 1932, os serviços federais tinham 30.220 operários empregados no Ceará, 25.230 no Rio Grande do Norte e 20.900 operários na Paraíba,

[198] NEVES, 2001.
[199] CORREIO DA MANHÃ, 1933.

e somavam-se um total de 76.350 homens. Número que seria duplicado nos meses seguintes. A esse total, não estavam somadas as milhares de pessoas que haviam sido transportadas para colônias agrícolas no estado do Pará, Maranhão e Piauí.[200]

Entre as várias medidas tomadas contra a seca, estava a criação de colônias agrícolas de flagelados em terras devolutas em vários estados que não foram atingidos diretamente pela seca. Essas colônias fariam o papel de escoamento da população dos estados e cidades atingidas. A proposta versava sobre a localização definitiva de retirantes e nacionais. O espaço escolhido foram as regiões Norte e Nordeste do país, contemplando os estados do Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas, o Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará. A ideia de criação das colônias agrícolas foi vista como um plano conveniente, já que iria direcionar para longe do meio físico e social ao qual estavam habituados, a população de retirantes nordestinos. Seria uma forma de evitar a sensação de "despaisamento", o sentimento de saudade que era trazido pela mudança de ambiente e hábitos.

> Chegariam a uma terra distante, esqueceriam a catinga onde havia montes baixos, cascalhos, rios secos, espinho, urubus, bichos morrendo, gente morrendo. Não voltariam nunca mais, resistiriam à saudade que ataca os sertanejos na mata. Então eles eram bois para morrer tristes por falta de espinhos? Fixar-se-iam muito longe, adotariam costumes diferentes.[201]

O trecho do livro de Graciliano Ramos, *Vidas Secas*, ilustra bem o sentimento de resistência e saudade que o migrante passava, que na maioria das vezes era erradicado do seu espaço de vivência. Alguns voltariam com as notícias das primeiras chuvas, outros se iniciariam em uma nova vida e adotariam novos costumes. Visando a construção das colônias agrícolas, um ponto era uma preocupação real entre as autoridades, justamente o sentimento saudosista presente entre os flagelados, que era visto como algo "natural" dessas pessoas, havia então uma necessidade de evitar seu regresso imediato aos seus locais de origem.

Essas colônias, que estavam distribuídas pela região nordeste e norte, teriam também o objetivo de colonizar com retirantes áreas da região Nordeste e Norte do país. Em 1932, por exemplo, sob ordens do ministério da Viação e Obras Públicas, o engenheiro agrônomo Evaristo de Sá Leitão teve a missão de inspecionar o

[200] CORREIO DA MANHÃ, 1933.
[201] RAMOS, 1969. p. 80.

andamento da construção das colônias agrícolas em alguns estados, em um trajeto que ia do estado da Bahia ao estado do Amazonas. Algumas colônias, em cidades como Natal no Rio Grande do Norte e João Pessoa na Paraíba, tiveram também o serviço de localização de flagelados, mas que não tiveram êxito na fixação, já que nas primeiras chuvas, no ano de 1933, foram dissolvidas com o regresso dos retirantes.

Desses espaços, que tinha interesse na fixação imediata dos retirantes, tornando-os pequenos proprietários, dando-lhes lotes de terra, apenas David Caldas não enfrentou o problema da regressão daqueles que eram transportados para esses locais. Houve o relato de que muitos imploravam para o retorno para a terra que foi abandonada. O retorno ocorria em especial nas colônias agrícolas localizadas no Norte do país. Como a situação que ocorreu no caso dos retirantes enviados ao estado Pará, onde não foi fornecido as passagens de volta para os retirantes que lá estavam, foi uma forma de obrigá-los a permanecer no local, que era visto como um espaço mais favorável do que seu local de origem.

Contudo, um grande número resolveu voltar, fazendo todo o trajeto a pé, e ao chegar ao estado do Maranhão, o interventor solicitou transporte, vendo a situação de muitos que já definhavam por contam da miséria.[202]

> Há um registro curioso, que certamente foi notado por todos. As zonas semi-áridas do Nordeste são muito mais habitadas que extensos trechos da natureza vivaz do extremo norte, como observamos na travessia de S. Luiz para Therezina. Além disso, os nordestinos, passando o flagello, em suas terras, têm apparencia mais sadia do que essas populações rarefeitas que vivem em zonas privilegiadas. E é por tudo isso que acho que devemos intensificar a açudagem, e consequentemente a cultura irrigada, afim de evitar o deslocamento dessa pobre gente, se que expõe a tanto azares na migração forçada.

Ao olharmos para a história das secas na região Nordeste, alguns casos se tornam marcantes pela proporção em que tomaram. Um deles é o campo de concentração do Alagadiço[203], criado em 1915, que aparece como uma primeira experiência de concentração de flagelados no Ceará, e que deu os moldes para que outros campos de concentração surgissem em 1932. E se olharmos a seca juntamente com o contexto agrícola, David Caldas, no Piauí, assim como outras colônias agrícolas da região Nordeste, que também receberam retirantes, serviram

[202] CORREIO DA MANHÃ, 1933, p. 2.
[203] NEVES, 1995.

como base para a execução de um plano que tinha um mesmo propósito, colonização, mas que agora explicitamente fariam o papel de combater a seca, e de procurar fixar de forma permanente esses trabalhadores em outros estados como forma de socorro.

É importante lembrar que não é nossa intenção comparar propostas distintas aplicadas em estados diferentes, mas levar a reflexão, que tal como os campos de concentração, as colônias agrícolas desempenharam semelhante e um importante papel em estados como Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão e Piauí, isolando a população de retirantes dos centros urbanos, fornecendo trabalho, alimentos e medicamentos, mas que foram menos afetadas pela presença de retirantes que os campos de concentração em 1932, no Ceará.

Durante a seca de 1932, uma das medidas da Inspetoria contra as secas, inclusive, foi socorrer a população de flagelados instalando em zonas dentro de cada estado hospedarias, bem como fornecer transporte e passagens para os flagelados que quisessem se instalar nas hospedarias e colônias agrícolas, da mesma forma que daria passagens para retorno ao local de origem. Havia a ideia que a iniciativa de colônias agrícolas para flagelados poderia ter sucesso e ser proveitosa, mas para isso havia algumas considerações a serem levadas em conta. Assim como foram ressaltados os comentários feitos pelo jornal *O Diário de Natal*, republicados no *Jornal do Brasil*[204] em 1932.

> Ao nosso ver as colonias resultar da acção conjuncta dos Ministerios da Viação, da Saúde do Trabalho e da Agricultura. Ao primeiro caberiam o transporte de retirantes e a abertura de vias de comunicação, com o aproveitamento dos proprios flagellados ao segundo, o saneamento das terras, a manunteção de postos medicos, com uma enfermaria em cada colonia e posto anti ofídicas; a educação hygienica e sanitaria dos trabalhadores: o abastecimento de agua ao terceiro caberia a localização dos retirantes em lotes providos de cada e luz a assistencia financeira até a primeira colheita: a collocação commercial dos productos coloniaes: compreendendo, uma escola rural, uma escola de officios e o ensino ambulante ao lavradores e creadores: um ou mais campos de creação.[205]

De acordo com Castro Neves, no seu estudo intitulado *Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas*, a intervenção do brasileiro no período de seca ocorreu de forma coordenada e centralizada no semiárido cearense. Apesar disso, se

[204] JORNAL DO BRASIL, 1932, p. 15.
[205] *Ibidem*.

olharmos para as colônias agrícolas, perceberemos que essa intervenção coordenada e centralizada, também se aplicava a esses espaços distribuídos pela região Norte e Nordeste do país, compreendendo a ação conjunta dos Ministérios da Viação e Obras Públicas, Saúde, Trabalho e Agricultura. As colônias agrícolas, como outra forma de intervenção do Estado, para lidar com a seca tinha características diferenciada de outras obras contra a seca, por não ser sazonal, ofereciam apenas temporiamente, nos períodos de seca, o auxílio que o retirante precisava, mas procurava fixar de forma permanente esses sujeitos, realocando-os nas zonas mais atingidas com a seca ou dos centros urbanos, a população sem trabalho.

Antônio Maureni Vaz Verçosa de Melo[206], afirma que as ações contra a seca de maior intensidade realizadas pelo estado tiveram uma dupla finalidade, visto que, ao mesmo que se tornava um parceiro importante no combate à seca, também se procuravam anular ou atenuar ação das oligarquias nordestinas, que tinham na estiagem um meio para a submissão da população. Espaços como as colônias agrícolas, financiadas com a verba da União, desempenhariam a função de segurar a população rural, colonizando a região, ao mesmo tempo que buscou amenizar ou até anular as forças das oligarquias que, durante os períodos de seca, praticavam submetiam à população a uma política clientelista, ou seja, a troca de bens ou favores por apoio político.

A colônia agrícola fez a função de amparar os retirantes, assim como outras obras contra a seca, como os campos de concentração da seca, estradas e açudes. Para a construção do local, se incorporou à força de trabalho dos flagelados. Para Silva[207], um dos problemas relacionados, tantos os campos de concentração como as colônias agrícolas, eram relacionados à infraestrutura precária desses locais. Em David Caldas, por exemplo, existiam casas próprias para os colonos, moradias que eram feitas de tijolos, telha e rebocada (Imagem 1). E existiam moradia dos flagelados, uma estrutura feita de taipa, barro e coberta com palhas (Imagem 2). A casa dos colonos era melhor estruturada que a dos flagelados. Em 1932 e 1933 haviam sido construídas pelo menos 200 barracões de palha de babaçu para servirem de albergues aos retirantes, e 56 casas para colonos.[208]

[206] MELO, 2021.
[207] SILVA, 2015.
[208] BRASIL, 1938.

Imagem 2. David Calda: primeira casa para colonos, em 1932



Fonte: Acervo fotográfico da Fundação Casa de José Américo.[209]

Imagem 3. Núcleo Agrícola “David Caldas”, Piauí. Barracões dos flagelados, em 1932



Fonte: Acervo fotográfico da Fundação Casa de José Américo.[210]

Foi durante a seca de 1932 e 1933 que o engenheiro Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves recebeu o convite do Interventor do Estado Landri Sales. Ele deveria pensar no que poderia ser feito com o auxílio que, o então ministro da Viação José

[209] A imagem original pertence ao acervo fotográfico da Fundação Casa José Américo. Imagem reproduzida em: SILVA, 2015.
[210] *Ibidem*.

Américo, havia destinado para o estado para o combater a seca. Em resposta, Luiz Mendes propôs a possibilidade da criação de núcleos coloniais[211]. Tudo dependeria do auxílio. E para execução desse plano foram concedidos 500 contos. Foi pensando em economizar recursos que Luiz Mendes optou pela utilização das fazendas nacionais, que naquele momento estavam sob administração. Dois foram os locais escolhidos: David Caldas, em União, e Colônia Doutor Sampaio, em Floriano.

> Em David Caldas, os terrenos também eram do Estado, terrenos férteis, independentes de qualquer pagamento a proprietário particular para desapropriação do terreno. Em David Caldas, havia ocorrido uma tentativa de colonização federal que ruiu, que desapareceu. Tinha os restos de umas casas. No governo do Mathias, os terrenos já haviam sido restituídos ao Estado e deveriam ser aproveitados. Então firmei-me na escolha desses dois pontos para os núcleos coloniais.
> Havia mais a considerar para esta decisão: os mercados próximos às colônias. A Colônia Doutor Sampaio teria Floriano como mercado aberto e, à distância um pouco maior, a cidade de Oeiras. Era uma condição favorável à construção da colônia. David Caldas ficava a dois passos de Teresina de União, dois mercados de consumo.[212]

Como empregado no regulamento do SPILTN que visa uma boa localização dos centros agrícolas, de maneira a ter bons cursos de água e formas de escoamento da produção. Luiz Mendes sendo responsável por elaborar o projeto desses espaços, fez estudos sobre o modelo de colônias francesas que foram adotadas na África. Todavia, foi no próprio estado do Piauí, no município de próximo Floriano, que o mesmo se deparou com um núcleo conhecido como Piripiri de Itaueira[213]. O espaço apresentava uma organização diferente da utilizada pela Ministério da Agricultura nas suas colônias agrícolas, com as casas agrupadas e o trabalho agrícola sendo distanciado das moradias e feitas por meio de roçados.

A vivência[214] observada por Luiz Mendes, em Piripirí de Itaueira, deu uma novo rumo ao projeto de colônias agrícolas que seriam fundadas no Piauí. Buscando se distanciar do que antes era pensando pelo Ministério da Agricultura, Luiz Mendes ressaltou que a ideia “era colocar cada habitante num lote rural, distanciado um do

---

211 DOMINGOS NETO, 2010.
212 *Ibidem*, p. 434.
213 *Ibidem*.
214 DOMINGOS NETO, 2010. Umas das observações feitas sobre a vivência por Luiz Mendes Ribeiro ao núcleo humano Piripiri do Itaueira, foi que durante os dias úteis da semana, pelos roçados serem distantes, os habitantes deixavam as crianças com as famílias, e iam trabalhar nas plantações e colheitas, e nos domingos, pequenas lojas eram abertas, atraindo pessoas dos arredores.

outro. Assim, resolvi projetar um lote de moradia efetiva, habitacional por excelência e de atividades transicionais”[215]. O que ele pensou para os lotes das colônias era dividi-los em três partes. Um, visando a conservação da mata, e, os outros dois, para culturas temporárias, em um sistema de alternância entre culturas.

A colônia Dr. Sampaio (Imagem 2), havia sido construída à margem da estrada que ia de Floriano a Oeiras, e pensada para ser do mesmo modelo que a colônia David Caldas. Era uma colônia de caráter mais modesta com relação ao projeto, a sua proporção que era bem menor. Assim, recebeu algumas obras, onde foram construídas 48 casas para colonos, uma escola para 40 alunos. Era mantido também em suas proximidades um Serviço de Plantas Têxteis, com um campo de demonstração de algodão e cooperação. A colônia nesse período estava sob supervisão de Teodoro Ferreira Sobral, na época prefeito de Floriano.

Imagem 4. Trecho da Colônia Agrícola Dr. Sampaio



Fonte: BRASIL, FGV, CPDOC, Ministério da Educação e Saúde.[216]

Mesmo com várias obras, a fundação da segunda colônia agrícola no estado do Piauí, com o objetivo de socorrer os flagelados da seca em 1932, a colônia Doutor Sampaio, não prosperou como esperado, pelo menos não nos planos do engenheiro Luiz Mendes Ribeiro. Ela havia sido construída segundo o projeto de Luiz Mendes, mas apresentou erros relacionados à porosidade do terreno, impossibilitando a

[215] DOMINGOS NETO, 2010.
[216] BRASIL, FGV, CPDOC, 1938.

construção de um açude no local. Por ter ficado sob a supervisão de terceiros, o erro não pode ser corrigido a tempo[217]. Constam, dessa forma, a princípio, na documentação consultada, que o sucesso em relação às colônias de flagelados nos períodos de seca no Piauí de apenas uma das colônias agrícolas propostas por Luiz Mendes, David Caldas.

David Caldas, antes da execução das primeiras obras precisava lidar com problemas anteriores. Um deles, era questão sanitária do local, devido à condição de abandono pós-extinção do centro agrícola do local. Problemas que iam desde a presença do impaludismo, que se apresentava novamente pela estagnação de água nas depressões do leito do rio Parnaíba e dos riachos locais, até problemas como as moradias que foram construídas próximas às margens do rio, e que sofria com as inundações, já que ficavam próximos de pântanos. Para solucionar esse problema, algumas diretrizes foram tomadas para fazer o saneamento da região, com a desobstrução de algumas lagoas e limpeza das margens dos riachos.

A princípio, Landri Salles havia cogitado dividir os lotes de terra em espaço de 25 e 30 hectares, tendo uma casa em cada. E nas proximidades do rio Paraíba, ficariam as casas de administração, de máquinas, escola, ambulatório, cooperativa e um campo de experimentação[218]. Foi uma ideia que posteriormente foi abandonada pelas dificuldades alegadas, como a dificuldade de assistência médica aos colonos, e a distância da lotes para a escola. Seguindo o plano proposto pelo o engenheiro Luiz Mendes, foi determinado que para cada colono seria reservado dois lotes. Um transicional e o outro urbano, respectivamente. O primeiro era um lote rural e o segundo era um lote urbano de pequenas dimensões. Este último, seria uma casa dividida em quatro aposentos, feita de tijolos, coberta de telhas, rebocada e revestida com cal, o suficiente para uma família pequena. O espaço do centro ficava organizado desta forma:

> A sede da colônia foi localizada a 1.500 metros do rio, em uma região inattingível pelas aguas, nas maximas enchentes. Os lotes urbanos, tendo cada uma 2.500 metros quadrados (50m x 50m), agrupam-se ao 4 e 6, em quarteirões respectivamente, de 100, x 100m e 100m, x 150 m, os quaes se alinham em praças e ruas de 15 metros de largura, com excepcional via principal ao longo da estrada carroçável, que é de 21 metros. As quadras serão devidamente delimitadas com cerca de arrame, de 10 fios, ficando as divisões internas a cargo dos

[217] BRASIL, FGV, CPDOC, 1938.
[218] CORREIO DA MANHÃ, 1932.

> colonos. Na praça principal, duas elevações que se defrontam ficaram reservadas a edificação de uma capella e da residência do administrador. E nas superficies marginaes da parte plana, serão cosntruidas a cooperativa, armazéns, deposito de aparelhos´agrarios e casa de machinas, ficando no centro uma fonte publica. Numa segunda praça, além de uma fonte, haverá uma escola mixta, com duas classes para 40 alumnos, cada, e a residências dos professores. Em eminencia que domina o núcleo, do lado deste, será montada uma estação meteoro-agrária.[219]

O plano organizacional da nova colônia para flagelados contaria ainda com um total de 20 km de estradas que ligariam o município de União, no qual a colônia estava localizada na capital piauiense, Teresina. Para facilitar o trabalho na construção das casas, estavam em funcionamento olarias para a produção de tijolos, adobe e telhas. Foi executado um plano para o abastecimento de água da população local que vivia mais afastadas do rio Parnaíba, sendo abertos sete poços. Ficaram de fora dos planos, é claro, a estrutura agrícola do espaço, contando com 40 hectares, o local seria utilizado de forma em comum pelos colonos.

Imagem 5. David Caldas, em 1933



Fonte: JORNAL A NOITE.[220]

É importante notar o novo olhar que foi dado a essa outra fase que a colônia David Caldas esteve a partir de 1932. No Jornal do Brasil, a menção ao local aparecia

[219] CORREIO DA MANHÃ, 1932.
[220] A NOITE, 1933.

com um novo nome, o de Colônia Agrícola de flagelados David Caldas[221], fundada com verba do Ministério da Viação, mas que não se estabeleceu como mais uma das obras contra a seca no estado. Ela foi considerada um modelo, citada como um milagre da realização humana. Era assim que foi visto o serviço de colonização dos flagelados no estado, não pelo socorro que seria dado aos retirantes, mas muito mais pela realização e grandiosidade da execução que se destacou entre as várias outras colônias que foram criadas com o mesmo propósito no mesmo período.

A rapidez com que se seguiam as construções, mostravam que o empreendimento se deu de forma muito rápida e ativa, sendo executada e posta em prática em obras em todas as áreas. A exemplo, um dos telegramas enviados por Landry Salles ao ministro José Américo, descrevia o desempenho na construção da colônia, mostrando como as obras iam sendo realizadas, a inaugurando de estradas, ao ponto que o trabalho agrícola caminhando ao mesmo tempo que as construções eram feitas, além da utilização da força de trabalho dos flagelados no espaço.

> Já se encontra aqui commissão contra a seccas chefiadas engenheiro Carlos Freitas que pretende iniciar serviços na próxima semana. Sabbado passado inspeccionei obras colônia agrícola David Caldas cujas as despesas correm por conta seu Ministério. Inaugurei estrada que atravessam as terras da colônia. Achasse drenadas duas lagôas por meio de canaes de descarga ao rio Parnayba um dos quaes com 704 metros. Colonos preparam terras da colônia para as próximas culturas estando roçado e queimando campo de demonstração com 50 hectares. Foram abertos quatros poços em pontos diversos do centro. Edificações casas correm com grande intensidade obedecendo plano preliminarmente traçado. Já estão também feitos grandes lances de cerca existindo copioso material. Em todos os trabalhos são aproveitados flagellados que são provisoriamente abrigados em 140 barracões de folha com espaço para cinco famílias cada um.[222]

A significativa quantidade de obras sendo realizadas naquele momento, descritas no telegrama enviado por Landry Salles, se dava por três principais motivos, e com um mesmo objetivo, a economia. Primeiro, o aproveitamento das terras da antiga colônia David Caldas, visando a restrição de despesas. Assim os recursos que seriam destinados para aquisição da terra para a colônia passaram a ser direcionados para as obras no espaço. Segundo, pelo planejamento e plano de execução feito por

[221] JORNAL DO BRASIL, 1932.
[222] DIÁRIO CARIOCA, 1932, p. 3.

Luiz Mendes Riberio, que buscou economizar e aproveitar bem os recursos para as obras na colônia. Terceiro, havia o aproveitamento da mão de obra dos retirantes. De acordo com Luiz Mendes[223], quando a seca chegava e uma leva de retirantes que direcionavam para o local, era procurando o encarregado a construção da colônia, e essas pessoas eram incorporados como trabalhadores. Os retirantes vinham de vários estados do Nordeste em busca de auxílio e trabalho. Eram cearenses, pernambucanos, paraibanos e do próprio estado do Piauí. Estima-se que a quantidade de trabalhadores utilizados para obras era em média 500 homens.[224]

Segundo Fernanda Lucchesi[225], quando chegavam na colônia, os retirantes eram incluídos em uma folha designada para a construção de barracões, onde eram alocados de forma provisória. Não tinham direito à alimentação, mas podiam adquirir suprimentos necessários à subsistência, desde que abrissem uma caderneta de dívida na cooperativa, que era descontada proporcionalmente na folha de pagamento. Os retirantes que chegaram a David Caldas foram transportados “através de caminhão, pela estrada ‘Terezina-União”, e Balsas pelo Rio Parnaíba, junto com o material de obras da colônia.”[226]

Dentro do local, Luiz Mendes, em seu planejamento, deu um rumo exclusivo naquele momento para David Caldas em relação as outras colônias agrícolas, estabelecendo ali um regime cooperativista. Sua intenção era fazer da cooperação uma vivência comum entre os habitantes do local, buscando centralizar os principais serviços do local, como a debulha do milho, depilação do arroz e a produção de farinha. Dessa maneira, os colonos como sócios da cooperativa, teriam um número igual de ações que deveriam desempenhar, levando o produto para a cooperativa onde seriam registrados e vendido pelo melhor preço.[227]

David Caldas, naquele momento, representava uma experiência positiva. O governo mostrava interesse no local no sentido de expandir a prática do cooperativismo no estado. E, como modelo, tinha na primeira experiência, tomada como um êxito na sua aplicação dentro do estado, a “fundação” da colônia David Caldas, onde se empregou a prática do cooperativismo. As cooperativas eram vistas como uma grande vantagem, já que facilitariam o controle e a fiscalização direta da

[223] DOMINGOS NETO, 2010.
[224] CORREIO DA MANHÃ, 1932.
[225] UCCHESI, 2017.
[226] *Ibidem*, p. 73.
[227] CORREIO DA MANHÃ, 1932.

administração pública. O sistema implantado na colônia piauiense era olhado como um sistema com uma formula útil, tanto para organização da produção como também do trabalho. Tinha-se a visão que o cooperativismo era capaz de disciplinar o trabalho, a produção e consumo.

O cooperativismo surge em um momento de transição da economia brasileira, na década de 1930, puxados pela crise econômica, o desmoronamento do comércio mundial e o sufocamento das elites rurais brasileiras. Elpídio Serra[228], aponta que a partir dessa conjuntura o país redirecionou o sistema de produção, buscando a substituição da importação dos chamados bens duráveis e indo em direção à industrialização. Visando a substituição das importações, em especial do café que estava desvalorizado, e buscando a organização do modelo de produção agrícola do país, é que surge o estimulo as cooperativas agrícolas. Umas das medidas tomadas para o incentivo foi o decreto n. 22.239, de 19 de dezembro de 1932, que regulava as cooperativas.

> O Decreto governamental procurava através das cooperativas, de um lado organizar o setor cafeeiro diante da crise do mercado externo e, de outro lado atribuir à agricultura a função de produzir alimentos para o mercado interno, barateando com o aumento da produção os custos da força de trabalho do setor industrial e urbano em expansão. Em outros termos, estava sendo gestado o fim do modelo econômico agroexportador, que sustentava a economia através da exportação de matérias primas agrícolas e, ao mesmo tempo, o início do modelo urbano industrial, que preconizava a industrialização como novo pilar do processo econômico.[229]

Ainda sobre o sistema cooperativista, uma questão foi ressaltada no jornal *Diário Carioca*, o artigo intitulado “O Cooperativismo no Piauhy”[230]. Esse texto apontava a experiencia positiva do modelo no estado piauiense, afirmando que a escolha do individualismo em detrimento da cooperação havia sido a causa para a debilidade econômica do país. A partir da experiência com David Caldas, tentavam mostrar que a esse novo modelo de colonização, diferentemente do modelo proposto e aplicado pelo SPILTN, no ano de 1910, não se resumia a simplesmente aglomerar pessoas que explorariam terra, os recursos e os serviços oferecidos pelo que seriam oferecidos pelo local no qual estavam estabelecidos. Esse novo modelo envolvia um

[228] SERRA, 2013.
[229] *Ibidem*, p. 16.
[230] DIÁRIO CARIOCA, 1933.

plano de ação que empregaria interesses coletivos, que deveriam ser orientados cientificamente, de forma mais ativa e com um retorno direto para o associado. Não se tratava apenas de dar terra ao colono, era necessário “credito e assistência technica, orienta-lo no trabalho, preserva-lhe saúde. Ministra-lhes educação, possibilitando o lucro da produção pelo transporte e pelo seu fácil escoamento no mercado.”[231]

A implantação desse modelo não foi fácil. De acordo Luiz Mendes[232], o Governo Federal só admitia cooperativas que fossem dirigidas pelos próprios cooperados. O que foi visto como um obstáculo, já que ele via a impossibilidade de administração por parte dos cooperados, sem terem capacidade para administrar os negócios ou fazer registros. O autor considerava a população muito individualista e sem estudo para exercer essa função. O problema a ser resolvido era ainda maior, já que também destoava do modelo proposto pelo Ministério da Agricultura, tanto na constituição do espaço como também na administração e modelo proposto para colônia. Como medida preliminar, o engenheiro optou por admitir um oficial do governo dentro do projeto proposto para a colônia, e colocá-lo com administrador da cooperativa. Depois, coube a Luiz Mendes a missão de defender e convencer dos seus planos para os representantes do Ministério da Agricultura.

Um dos que defenderam a posição de Luiz Mendes sobre o modelo proposto na colônia, foi o engenheiro agrônomo Evaristo Leitão, o já citado, responsável por inspecionar as colônias agrícolas para socorrer os flagelados. Durante a sua visita de inspeção a David Caldas, Evaristo relatou sobre o sistema adotado na colônia e como ela se distanciava do modelo federal, no que dizia respeito à concentração de famílias, e explicou que a intenção era garantir uma produção mista, entre a lavoura e a pequena criação. Esta última era impossibilitada pela “urbanização” dos colonos, por isso a necessidade de aproximar as casas e distanciar a produção. Mostrou-se satisfação também com grande vulto em que as construções estavam avançando; e a área cultivada que tinha como produtos principais mandioca e o algodão. Um dos principais pontos destacados na fala de Evaristo foi o ritmo de trabalho e a satisfação demonstrada à nova ordem de vida, imposta pelas ideias cooperativistas implantadas no local.[233]

---

[231] DIÁRIO CARIOCA, 1933.
[232] DOMINGOS NETO, 2010.
[233] DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1933.

Segundo consta no relatório do Ministério da Educação e Saúde[234], quando o cultivo dos lotes foi iniciado pelos colonos, todo o trabalho era feito sob orientação de agrônomo do local, que fazia o papel de instrutor técnico da colônia. O cultivo era dividido em dois espaços: nos lotes rurais, que se estendia por uma faixa de 80 hectares; e no campo de cooperação, por 35 hectares. O trabalho agrícola era feito com o auxílio de vários aparelhos, como: trator, arados, pulverizadores, ventiladores de cereais, debulhadores de milho, cultivadores, enxadinhas, uma forja e um aparelho para arrancar tocos.

Os trabalhos na lavoura eram realizados ao mesmo tempo em que a colônia estava sendo construída, como um serviço paralelo. Por meio do aproveitamento do rio Parnaíba, que, quando transbordava, deixava as lagoas, e depois de serem canalizadas para reduzirem a água eram plantados arroz, rendendo uma produção enorme.[235] A colônia também contava com um espaço para beneficiamento do que era produzido no local, contendo: máquinas para o arroz, algodão, milho e mandioca, está última tinha uma seção para preparação da fécula de mandioca, também conhecido como polvilho ou goma.

O local foi um empreendimento modelar pela agricultura, que desenvolveu no local, e a organização e economia dos gastos e recursos disponíveis. Um dos eventos que demonstraram a importância do local foi a visita da comitiva presidencial de Getúlio Vargas, em 1933. A comitiva que visitou a colônia era composta pelo ministro da agricultura Juarez Távora; Luiz Ribeiro, diretor de obras públicas; Heráclito de Souza, diretor da secretária de estado; Lauro Vieira, inspetor agrícola e de alguns jornalistas.[236] Sobre a visita, a obra vista ali, foi dita como uma das maiores obras do governo revolucionário no Piauí. David Caldas era um modelo de colonização inteligente e econômica a ser seguido no Brasil. Ressaltava-se o valor de 450 contos de réis gastos na construção. E o produto da primeira safra do local, que foi aliado em 100 contos, esse valor representava um significante de que a colônia poderia ser autossuficiente em dois anos.[237] Do ponto de vista econômico, ser autossuficiente representava menos dependência da União, e a garantia de que esse espaço poderia dar retorno para além do investimento.

---

[234] DOMINGOS NETO, 2010
[235] *Ibidem*.
[236] JORNAL DO COMMERCIO, 1933. p. 5.
[237] DOMINGOS NETO, 2010.

Apesar de vista como um modelo pelas autoridades, a colônia agrícola David Caldas mais uma vez prosperava como projeto e fracassava na sua concretização. Novamente, por fatores externos e internos. O local não foi totalmente concluído, se desenvolvendo apenas em algumas partes. Chegou ao número de 70 casas. Contava com uma estrutura que dispunha de escolas, hospital, ruas e energia elétrica, mas que não atingiu seu ápice. De acordo com Luiz Mendes, o projeto da colônia David Caldas definhou ao fim do governo Landri Sales, durante a crise de energia elétrica no Piauí. Foi quando o governo do estado de Leônidas de Castro Melo mandou retirar um motor de 30 cavalos que era utilizado na colônia, e transferiu para ser utilizado na capital, Teresina. Com isso, a colônia não pode realizar suas atividades regulares, em especial aquelas que dizia respeito ao tratamento dos próprios produtos.

> As casas, para serem baratas e em maior número, eram de paredes de adobe com cobertura de telha. (...) Os colonos não tinham mais obediência. Passaram a derrubar as matas dos lotes e a vender a madeira como lenha aos navios que subiam o rio Parnaíba. Quando uma telha partia, a água da chuva derretia o adobe. O colono não retirava a goteira, ia reclamar ao administrador. Depois que a casa que as casas de David Caldas começaram a cair, com as matas devastadas, o trabalhador abandonou tudo, agregando-se aos proprietários vizinhos. Eles não chegaram a receber o título da terra.[238]

O problema interno da colônia foi atribuído às ações dos colonos, pela falta de cuidado e pelo abandono do espaço. Muito da estrutura se perdeu ou foi vendida. Houve a exploração inadequada dos recursos, como o desmatamento para a retirada de madeira. Um velho hábito da população local, que tinha olhado com preocupação desde as primeiras tentativas de colonização, com a colônia Gameleira, Raymundo Gil, e a primeira tentativa com o centro David Caldas. Existia entre a população do local os insatisfeitos, com o modo como as coisas eram feitas na colônia. Parte disso estava atrelado a própria regulamentação do local, que, por exemplo, impedia que os colonos tivessem casas comerciais. A intenção de concentrar todos os produtos na cooperativa, afim de criar uma consciência cooperativista.[239] Essa mesma consciência cooperativista que procurava ser desenvolvida na colônia, criou descontamento dos colonos com os ganhos no local.

[238] DOMINGOS NETO, 2010, p. 437.
[239] DOMINGOS NETO, 2010.

> Pela regulamentação federal, as cooperativas distribuíam dividendos de 10%; eu distribuía a 14% para ver se agradava. Mas, como é a nossa gente! Perguntei a alguns se estavam satisfeitos e respondiam que em sua mão, o dinheiro renderia muito mais![240]

Esse tipo de medida acabava esvaziado a maior parte dos ganhos dos trabalhadores, e com a diferença entre o muito que era produzido e o baixo retorno dado pelo produto final, já que só uma pequena porcentagem voltava como lucro, criou-se um clima de insatisfação entre os trabalhadores. A insatisfação não ia somente com relação à cooperativa, mas às pequenas medidas, que poderia ser muito significativa para a população, como, por exemplo, a proibição da venda de aguardente no local.

Há em um dos casos, após o fim do governo de Landrí Sales, uma das práticas adotadas pelos moradores locais, que foi a de pendurar uma garrafa em cada casa como forma de mostrar às pessoas que se dirigiam ao estado do Maranhão, que ali era vendido aguardente.[241] Esse tipo de conduta já mostrava que os regramentos do local, após do fim do governo de Landrí Sales, já não era mais os mesmos, os tão eficientes.

O local recriado no ano de 1932, com a intenção de realizar prestar socorro e também a colonização de flagelados da seca e trabalhadores nacionais, não prosperou como esperado. A resposta dada por um dos seus principais idealizadores foi a desobediência dos colonos aos regramentos do local. Vários fatores, como visto anteriormente, levaram ao “fim” daquele projeto, grande parte pelo descontentamento dos colonos, outra parte por questões políticas e econômicas, que levou ao sucateamento do local.

É válido ressaltar que o “fim” dado ao local, tal como foi nos projetos de colônias anteriores a essa, Gameleira, Raymundo Gil e o projeto do SPILTN para a fundação do centro agrícola David Caldas, em 1912, era o fim apenas dos projetos de colonização. Visto que, pela documentação consultada, desde a Gameleira até David Caldas, em 1932, parte da população permanecia no local a cada projeto falho, muitas vezes tendo que se adequar a uma nova legislação, a cada nova empreitada para o local. E esta foram apenas algumas tentativas, já que, em 1940, David Caldas novamente passaria por um novo processo de colonização.

---

[240] DOMINGOS NETO, 2010, p. 436.
[241] *Ibidem*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

David Caldas, no Piauí, surgiu como um espaço criado para localização de trabalhadores nacionais em 1912, e em um segundo momento como um local que para socorrer retirantes em 1932, fracassou em duas tentativas diferentes entre os anos 1926 e 1935. Os motivos que iam desde problemas de ordem interna e externa, como a má administração, a falta de recursos federais, problemas sanitários e as ações da população do local. E embora tivesse sido pensado em momentos distintos, o propósito da criação da colônia permaneceu o mesmo, a colonização e o controle da mão de obra que se fez presente dentro daquele espaço. Em meio dois fracassos, é importante lembrar e olhar com atenção para o segundo elemento que se fez presente no local, o retirante, já que o mesmo teve um papel importante, de forma direta e indireta, no que diz respeito aos rumos tomados pelo centro.

O retirante apareceu como um sujeito que inicialmente estava fora do planejamento para o espaço, e, em 1915, foi direcionado ao local como uma das medidas de socorro contra seca no estado. Naquele mesmo ano, abrigou pelo menos 160 famílias. A presença de retirantes não foi característica apenas daquele ano, já que a cada ano, após 1915, a documentação apontava para um novo número de famílias e indivíduos no local. Esse espaço viveu uma situação complicado em relação à seca, que era retratada como angustiante, com o aumento do número de doentes e mortos. O que podemos perceber é que esse espaço teve um papel importante para o Piauí, não somente pelo empreendimento, visto como importante para a modernização da agricultura do estado, mas como um local extraordináriao no momento de crise, já que foi capaz de captar recursos da União e servi diretamente como local para direcionamento dos retirantes.

De 1915 até o ano de 1919, o que aquele espaço viveu pode ser visto como uma contradição, entre a realidade angustiante em que a população vivia devido à seca e o desenvolvimento apontando pelos relatórios do Ministério da Agricultura. As obras que eram elencadas nos relatórios para aquela colônia não acompanhavam o ritmo em que a população chegava, e, como consequência, apareciam as dificuldades na manutenção do local, como no caso dos problemas sanitários, em especial pelo aparecimento de doenças como o impaludismo. Este último, seria um dos agravantes que levou o fim da colônia agrícola em 1925. Um outro ponto que levou ao fracasso, nessa primeira tentativa, foi a diminuição de recursos vindos do Ministério da

Agricultura.

A conjuntura da economia piauiense, do início do século XX, foi importante no diz respeito a pensar a mão de obra do retirante e trabalhador nacional dentro da colônia agrícola. Parte do argumento das lideranças governamentais para o atraso econômico do estado do Piauí estava no mal uso dos recursos, na evasão da mão de obra para zonas mais dinâmicas economicamente, na baixa instrução da população e na falta de amparo do União. A presença da colônia no estado, assim como outras iniciativas implantadas nas primeiras décadas do século XX, com recursos federais, representavam a solução desses problemas em um único ponto. A colônia conteria a mão de obra por meio da colonização e aproveitaria melhor os recursos do estado, modernizaria a agricultura, por meio da instrução de trabalhadores e de novos métodos e técnicas agrárias, e receberia a tão solicitada atenção do governo.

Por seguinte, durante a seca de 1932, as ações contra a seca na região Nordeste, deram um novo projeto para o espaço David Caldas. O local passou a ter a finalidade de socorrer da população de flagelados das áreas mais afetadas pela seca na região Nordeste, fazendo um papel de socorrer e fixar os retirantes de forma permanente. Nessas duas ocasiões, o tratamento dado aos retirantes não era dos melhores, era uma condição inferior àqueles que tinham terras e casas, os colonos. Mesmo durante a seca de 1932, período em que o espaço foi destinado à colonização dos flagelados, o tratamento dado a esses sujeitos se mostrava inferior, pelas moradias oferecidas àqueles que chegavam ao local, que eram direcionados aos barracões de palha e trabalhavam na construção da colônia.

O Piauí teve a peculiaridade de sofre muito mais com a seca do proveniente de estados vizinhos, do que do seu espaço próprio espaço geográfico, o que fez com que o papel desempenhado pelo estado fosse o de preservação dos trabalhadores retirantes. David Caldas acabava fazendo esse papel de momento de preservação dos trabalhadores ou de fixá-lo permanentemente naquele espaço. O que permitiu não apenas discutir como se deu a utilização da força de trabalho de nacionais e retirantes no Piauí, no início do século XX, mas trazendo a possibilidade de olhar mais profundo sobre as migrações, em especial aquelas ocasionadas pela seca de 1932. Outra possibilidade foi pensar como o estado do Piauí passou a estabelecer um modelo de ação que fosse muito mais além para receber os retirantes da seca, mas de procurar fixá-los, mas, para isso, no caso da colônia, a mesma deveria ser um atrativo, um meio que oferecesse o necessário para permanecer ali, e não apenas

para si próprio, mas para sua família.

Em casos como as colônias agrícolas, o planejamento das construções e dos regramentos para feito para David Caldas, tanto isso em 1912, pelo SPILTN, como em 1932, pelo ministério da Viação e Obras Públicas, predispunhava uma imposição de regramentos que influenciava bastante na fixação dos nacionais e retirantes. Embora não tenha sido analisado neste estudo em sua profundidade, tal tema é passível de reflexão sobre a disposição das casas e estruturas, a distância entre o local moradia e o local de produção. Da mesma forma como olhar o regulamento e refletir sobre como essa fixação e as sociabilidades ocorriam naquele meio.

A ausência e a dificuldade na coleta de algumas fontes tenham distanciado o alcance melhor de certos objetivos, como a experiência e a educação agrícola dos nacionais e a percepção da sociedade piauiense sobre o empreendimento que foi colônia. O cruzamento das fontes e dos relatórios governamentais possibilitou perceber o modelo de ação que a União definiu para os trabalhadores nacionais e retirantes dos centros agrícolas. Que, no caso dos nacionais, partia da colonização do espaço, instrução dos trabalhadores nos moldes modernos de utilização agrícola da terra, e na utilização da força de trabalho desses sujeitos para produção.

As maneiras como as tenções se estabeleceram no tratamento dado aos colonos e migrantes dentro da colônia agrícola, percebidas a partir de jornais e relatórios governamentais, mostra com a David Caldas é um espaço importante e privilegiado para o estudo. E não apenas de colonos e retirantes da seca, mas perceber como as múltiplas relações entre diferentes sujeitos e grupos são construídas e reconstruídas a partir das relações econômicas e de trabalho, das sociabilidades e do auxílio do próprio estado durante a seca deram direcionamento para aquele espaço. Como a produção de babaçu que era consumida por retirantes, regras para utilização da terra ou mudança mais profundas como o cooperativismo.

Portanto, é importante lembrar, por último, das resistências construídas no local, já que o modo de viver dos colonos e retirantes, bem como a sua relação com a terra, era condicionado em parte pelo regulamento do local. Desde os primeiros relatórios da colônia Gameleira, no final do século XIX, o local apresentava um regulamento que impunha aos habitantes uma série de regras para o funcionamento do espaço, como o tamanho do terreno, forma de produzir e beneficiar um produto, e os mesmos requisitos para se estabelecer no local. Com David Caldas não foi diferente, o Regulamento do Serviço de Proteção ao Índio e Localização do

Trabalhador Nacional foi o que deu direção à instalação do serviço, bem como as ações dos colonos, como estabelecia a forma de utilização e conservação do terreno ou que seria plantado. Para os retirantes que se dirigiam ao centro, também existia um prazo para a assistência que seria concedida, além da distribuição de sementes e ferramentas.

Portanto, o melhor exemplo a se notar neste estudo, como esses regramentos afetavam a população, foi o do ano de 1932, quando a colônia adotou um sistema de cooperativa no local, onde, embora, entre colônias criadas no período tenham sido a que mais prosperou, o sistema ali adotado gerou um descontentamento com aquilo que era recebido da sua produção. Ao fim, a estrutura das edificações que não tiveram a devida manutenção, acabaram por ser desmontada e vendida. A proibição de casas comerciais, medida imposta como forma de centrar tudo na cooperativa, aparecia como um empecilho para aquisição de rendimentos foram do sistema. E, até mesmo, a venda de bebida alcoólica, que era proibida no local, mostrava-se na garrafa pendurada em pontos de venda, que os regulamentos encontraram seu fim.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Maria Mafalda Baldoino de. **O Poder e a seca no Piauí (1877-1879)**. Teresina: FUFPI, 1991.

BRASIL. **Colonização**. Ministério da Educação e Saúde. 1938. Disponível: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_gc_i&Pesq=david%20caldas&pagfis=1797 Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. **Lei n. 2.842, de 3 de janeiro de 1914**. 1914. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/norma/544667/publicacao/33213928. Acesso em: 17 jan. 2022.

BRASIL. **Relatório do Ministério da Agricultura, Industria e Comércio**. Brasília: Senado Federal, 1913. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/108?terms=centros%20civilizados&item_id=2112#?h=centros%20civilizados&c=4&m=61&s=0&cv=41&r=0&xywh=80%2C655%2C2016%2C1422. Acesso em: 8 ago. 2020.

BRASIL. **Relatório do Ministério da Agricultura, Industria e Comércio**. Brasília: Senado Federal, 1916. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/108?terms=david%20caldas&item_id=2115#?h=david%20caldas&c=4&m=64&s=0&cv=93&r=0&xywh=-41%2C-259%2C2231%2C1574 Acesso em: 8 ago. 2020.

BRASIL, FGV, CPDOC. Ministério da Educação e Saúde. 1938. Disponível: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_gc_i&Pesq=david%20caldas&pagfis=1797. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRITO, João Fernando Barreto de. **Colônia Agrícola do Sinumbú**: entre o espaço projetado e os violentos confrontos do espaço vivido (Rio Grande do Norte, 1850-1880). 2015. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFRN, Natal, 2015.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas**: experiências nas fronteiras do trabalho (1877-1919). Curitiba: Appris, 2019.

COSTA, Emilia Viotti da. **A abolição**. 2. ed. São Paulo: Global, 1986

COSTA, Maria Clélia Lustosa. A cidade e o pensamento médico: uma leitura do espaço urbano. **Mercator**, Fortaleza, v. 1, n. 2, jan. 2009. Disponível em: http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/181. Acesso em: 16 maio 2022.

DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais**: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DOMINGOS NETO, Manuel. **O que os netos dos vaqueiros me contaram**: o domínio oligárquico no Vale do Parnaíba. São Paulo: Annablume, 2010.

DOMINGOS NETO, Manuel. **Seca seculorum**: flagelo e mito na economia rural piauiense. 2. ed. Teresina, Fundação CEPRO, 1987.

EISENBERG, Peter L. **Homens esquecidos**: escravos e trabalhadores livres no Brasil: séculos XVIII e XIX. Campinas, SP: UNICAMP, 1989.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos**: trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas (CEARÁ, ANOS 1950). 2016. 240 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/21191. Acesso em: 14 maio 2022.

COSTA FILHO, Alcebíades Costa; SILVA, Antônio Wallyson; NETO, Enos Soares da Silva. **Lavoura de alimentos em área de pecuária**: mandioca e cana de açúcar no Piauí entre 1900 e 1950. **Revista Piauiense de História Social e do Trabalho**, Teresina, Piauí, ano 3, n. 05, p. 04-15, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.5281/zenodo.1179246. Acesso em: 23 jan. 2022.

GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba**: Cidades-Beira. 2008. 397 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1661. Acesso em: 17 jan. 2022

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LYRA, Henrique J. B. **Colonos e Colônias**: uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do séc. XIX. Dissertação de mestrado – UFBA. Salvador, 1982. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/3_colonos_e_colonias._uma_avaliacao_das_experiencias_de_colonizacao_agricola_na_bahia_na_secunda_metade_do_sec._xix.pdf. Acesso em: 8 ago. 2020.

MARTINS, Fernanda Santa Roza Ayala. **O Serviço De Proteção aos Índios e Localização De Trabalhadores Nacionais e a Política Agrária Na Primeira República**: Grupos Agrários, Projetos E Disputas No Maranhão (1910-1918). Dissertação de mestrado em História Social, Universidade Federal Fluminense, 2011. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/td/1599.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

MEDEIROS, Jayra Barros. **Brisas do progresso**: União (PI) na Primeira República. UFPI (Dissertação de Mestrado), 2013.

MELO, Antônio Maureni Vaz Verçosa de. **Compartilhando Ideias e Tecendo o Poder**: atuação dos intelectuais piauienses na Era Vargas no Piauí (1930 - 1945). 2021. 424 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio Janeiro, São Gonçalo, 2021. Disponível em: http://www.ppghsuerj.pro.br/wp-content/uploads/2022/01/Tese-Antonio-Maureni-Vaz-Vercosa-de-Melo.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

MENDONÇA, Sônia R. de. **O Ruralismo brasileiro**: 1888-1931. São Paulo: Hucitec,

1997.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. **“[...] cumprindo ao homem ser trabalhador, instruido e moralisado”**: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). 2016. 361 f. Teses de Doutorado – História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18746 Acesso em: 22 jan. 2022.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. A ação política do governo provincial na construção da economia do Piauí na 2ª metade do século XIX. *In*: ARAÚJO, Johny Santana de (Org). **História e Novos Paradigmas**. Teresina: EDUFPI, 2017.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa; DUARTE, José Lins. A transferência da capital do Piauí no século XIX: motivações e embates nesse transcurso. *In*: **La Razón Histórica**, n. 50, p. 136-157, 2021. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7884597. Acesso em: 30 set. 2021.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. Cafeicultores e lavradores de roças de alimentos na transição do trabalho escravo ao livre (Campinas, 1850-1888). **Am. Lat. Hist. Econ**., México, n. 27, p. 77-107, jun. 2007. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S140522532007000100003&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 30 out. 2021.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiro em sua própria terra**: representações do brasileiro (1870-1920). São Paulo: Annalume,1998.

NEVES, Abdias. **A Guerra do Fidié**. 2. ed. Teresina: Artenova S.A, 1974.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

NEVES, Frederico de Castro. Curral dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). **Revista Brasileira de História**, **Contexto**, v. 15, n. 29, p. 93-122,1995. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3775. Acesso em: 20 set. 2019.

NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, SP, v. 21, n. 40, sem, 2001. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-01882001000100006. Acesso em: 4 jun. 2022.

NEVES, Frederico de Castro. O Nordeste e a historiografia brasileira. **Ponta de lança**, São Cristóvão, v. 5, n. 10, abr/out, 2012. Disponível em: https://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/3318. Acesso em: 20 set. 2019.

NEVES, Frederico de Castro. Seca, pobreza e política: o que é politicamente correto para os pobres? **Trajetos, Revista de História da UFC**, Fortaleza, v. 7, n. 13, p.

186-201, 2009. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/28605. Acesso em: 20 set. 2019.

NUNES, Francivaldo Alves. **A semente da colonização**: um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides (Pará, 1870-1889). 2008. 228 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2008. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/4273. Acesso em: 10 maio 2022.

NUNES, Francivaldo Alves. Direitos de propriedade em aldeamentos e colônias agrícolas na Amazônia (1840-1880). **Tempo [online]**, v. 22, n. 39, p. 154-174, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.20509/TEM-1980-542X2016v223906. Acesso em: 10 maio 2022.

OLIVEIRA, M. R. P. Civilizar e modernizar: o ensino agrícola no Brasil republicano (1889-1930). **Revista História da Educação**, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 129-142, 2012. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30283. Acesso em: 4 jul. 2022.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Brasiliense Publifolha, 2000.

PONPONET, André Silva. 100 anos de DNOCS: machas e contramachas da convivência com as secas. **Conj. & Planej.**, Salvador, n. 162, p. 59, jan/mar. 2009. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/site/publicacoes/sumarios/c&p162/c&p162_pag_58.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

QUEIROZ, Teresinha de J. M. **Economia Piauiense**: da pecuária ao extrativismo. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 1998.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí**: 1900-1920. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, 1984. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27820/D%20%20QUEIROZ%2C%20TERESINHA%20DE%20JESUS%20MESQUITA.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 12 jan. 2022.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. 23. ed. São Paulo: Martins, 1969.

SANTOS, Maurício Feitosa dos. Seca, migrações e pobreza no centenário de Teresina: Narrativas e críticas Social sob o olhar da imprensa. **Tempo históricos**, v. 21, 1 semestre, 2017. Disponível em: http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/16451. Acesso em: 18 set. 2020.

SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, v. 21, n.1, p. 10-31, jan/jun. 2002.

SERRA, Elpídio. A participação do estado na formação e desenvolvimento das

cooperativas agrícolas no brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO, revista de geografia agrária**, v. 8, n. 16, 2013. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/23796. Acesso em: 13 jun. 2022.

SILVA, Bárbara Bezerra Siqueira. **O poder político de José Américo de Almeida**: a construção do americismo (1928-1935). 2015. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8098. Acessado em: 15/06/22.

SILVA, Marcio Antônio Both da. De nacionais a colonos regulares: ou sobre como formar os “cidadãos operosos do amanhã”. *In*: MOTTA, Márcia; OLINTO, Anselmo (Orgs). **História Agrária**: propriedade e conflito. Guarapuava: Unicentro, 2008.

TESSARI, Cláudia Alessandra. A escassez sazonal de mão de obra na agricultura e o trabalhador nacional. Nem vadio, nem escasso, nem instável (Oeste paulista,1890-1915). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH**, São Paulo, jul. 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300879310_ARQUIVO_tessari_claudia_nem_vadio_nem_instavel.pdf. Acesso em: 29 set. 2021.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2001.

UCCHESI, Fernanda. **O feijão do Zé Américo: terra, trabalho e deslocamentos nas políticas contra as secas, o caso de Coremas**. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/T.8.2017.tde-05102017-175831. Acesso em: 2022-07-06.

FONTES DOCUMENTAIS

A IMPRENSA (PI) Período: (1914-1933). Disponível em: Hemerotoca digital brasileira da Biblioteca Nacional.

A NOITE (RJ) Período: (1912-1915). Disponível em: Hemerotoca digital brasileira da Biblioteca Nacional.

A NAÇÃO (RJ) Período: (1933-1934). Disponível em: Hemerotoca digital brasileira da Biblioteca Nacional.

A PACOTILHA (MA). Período: (1914-1938). Disponível em: Hemerotoca digital brasileira da Biblioteca Nacional.

ANNAES DA CAMARA DOS DEPUTADOS (RJ). Período: (1912-1915). Disponível em: Hemerotoca digital brasileira da Biblioteca Nacional.

BRAZIL FERRO CARRIL (RJ). Período: (1915 e 1932). Disponível em: Hemerotoca digital brasileira da Biblioteca Nacional.

DIARÍO DA NOITE (RJ). Período: (1933-1934) Disponível em: Hemerotoca digital brasileira da Biblioteca Nacional.

DIARÍO DA NOTÍCIAS (RJ). Período: (1934). Disponível em: Hemerotoca digital brasileira da Biblioteca Nacional.

DIARÍO DO PIAUHY: ORGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO (PI). Período: (1911-1914). Disponível em: Hemerotoca digital brasileira da Biblioteca Nacional.

GAZETA (PI). Período: (1923-1929). Disponível em: Hemerotoca digital brasileira da Biblioteca Nacional.

GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ). Período: (1922-1925). Disponível em: Hemerotoca digital brasileira da Biblioteca Nacional.

JORNAL DO BRASIL (RJ). Período: (1912-1915). Disponível em: Hemerotoca digital brasileira da Biblioteca Nacional.

O JORNAL (MA). Período: (1920). Disponível em: Hemerotoca digital brasileira da Biblioteca Nacional.

O NORTE (PB). Período: (1921-1922). Disponível em: Hemerotoca digital brasileira da Biblioteca Nacional.

O TEMPO (PI). Período: (1914-1924). Disponível em: Hemerotoca digital brasileira da Biblioteca Nacional.

O RADICAL (RJ). Período: (1933). Disponível em: Hemerotoca digital brasileira da Biblioteca Nacional e arquivo pessoal.

JORNAL O COMÉRCIO. Período: (1921-1932). Disponível em: Hemerotoca digital brasileira da Biblioteca Nacional e arquivo pessoal.

Mensagem Presidencial: Epitacio Pessóa. Período: (1922-1923) Disponível em: Center for Research Libraries e arquivo pessoal.

Mensagem Presidencial: Arthur da Silva Bernardes. Período: (1924 e 1926) Disponível em: Center for Research Libraries e arquivo pessoal.

Mensagem Presidencial: Delfim Moreira (vice-presidente). Período: (1919). Disponíve em l: Center for Research Libraries e arquivo pessoal.

Relatório Ministerial: Agricultura. Período: (1906-1934) Disponível em: Center for Research Libraries e arquivo pessoal.

Relatórios Presidenciais Provinciais: Piauí. Período: (1906-1934). Disponível em: Center for Research Libraries e arquivo pessoal.

FONTES E MATÉRIAS DOS JORNAIS

A NOITE. **A Noite**, Rio de Janeiro, 10 maio 1933. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_03&pesq=%22David%20Caldas%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=12808. Acesso em: 17 maio 2022.

CORREIO DA MANHÃ. A extensão dos socorros federaes aos flagelados: quase 80 mil homens nas obras do governo. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 31 maio 1932. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22Col%c3%b4nias%20Agr%c3%adcolas%22&pagfis=14399. Acesso em: 15 jun. 22.

CORREIO DA MANHÃ. Acompanhando o rumo de uma palestra do Ministro José Américo: a realização das Grande Barragens do Nordeste na sua primeira phase e sua significação econômico social. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 8 out. 1933. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22Col%c3%b4nias%20Agr%c3%adcolas%22&pagfis=18687. Acesso em: 11 jun. 2022.

CORREIO DA MANHÃ. Assistência aos flagelados do Nordeste: as colônias agrícolas do Piauhy. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 13 dez.1932. Disponível em:http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22Col%c3%b4nias%20Agr%c3%adcolas%22&pagfis=14399 Acessado em: 16/06/22

DIÁRIO CARIOCA. Melhoramentos no Nordeste. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 13 out. 1932. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_02&Pesq=%22David%20Caldas%22&pagfis=8496. Acesso em: 08 maio 2022.

DIÁRIO CARIOCA. O Cooperativismo no Piauhy. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 18 nov. 1933. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_02&pesq=%22David%20Caldas%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=12820. Acesso em: 16 jun. 2022.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Serviço de Colonização de Flagelados. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 10 fev. 1933. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_01&Pesq=%22Col%c3%b4nias%20Agr%c3%adcolas%22&pagfis=13399. Acesso em: 10 jun. 2022.

DIÁRIO DO PIAUHY. Centro Agrícola “David Caldas”: os serviços de construção: demarcação das terras: nossa visita. **Diário do Piauhy**, Teresina, 14 set. 1913. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231371&Pesq=Relat%c3%b3rio%20da%20Diretoria%20de%20Terras%20e%20Coloniza%c3%a7%c3%a3o&pagfis=2690. Acesso em: 17 jan. 2022.

DIÁRIO DO PIAUHY. Localização de Trabalhadores Nacionais. **Diário do Piauhy**, Teresina, 9 jan. 1912. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231371&Pesq=%22David%20Caldas%22&pagfis=811. Acesso em: 17 jan. 2022.

DIÁRIO DO PIAUHY. Uma página da importante da monografia sobre o Piauhy que o ilustre sr. José Pires Rabello apresentou na exposição nacional da borracha. **Diário do Piauhy**, Teresina, 1 dez. 1913. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231371&Pesq=%22colonos%22&pagfis=2953. Acesso em: 29 jul. 2022.

GAZETA DE NOTÍCIAS. O Centro Agrícola David Calda, é um lugar de morte: grande mortandade de flagellados. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 17 fev. 1916. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&Pesq=%22David%20Caldas%22&pagfis=37160. Acesso em: 17 maio 2022.

JORNAL DO BRASIL. A fundação de colônias agrícolas nos estados. Commentarios de um jornal de Natal sobre essa iniciativa do ministério da Viação. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 15, jun. 1932. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=03001505&Pesq=%22Col%c3%b4nias%20Agr%c3%adcolas%22&pagfis=23664. Acesso em: 02 jun. 2022.

NUCLEOS COLONIAES. **Mensagens do governador para Assembleia Legislativa do Piauí**. 1890.

O PAIZ. A secca do Norte. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 13 ago. 1915. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&Pesq=%22David%20Caldas%22&pagfis=28751. Acesso em: 17 mar. 2022.

O PAIZ. A União e Socorro aos Retirantes. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 3 nov. 1915. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&pesq=%22David%20Caldas%22&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.br&pagfis=29713. Acessado em: 17/04/2022.

O PAIZ. Telegrammas: Piauhy. **O Paiz**, 16 fev. 1916. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&Pesq=%22David%20Caldas%22&pagfis=30822. Acesso em: 19 maio 2022.

O TEMPO. A Fome. **O Tempo**, Amarante, p. 2, 30 nov. 1915. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=825646&Pesq=%22Secca%22&pagfis=10 Acesso em: 19 maio 2022.

O TEMPO. Socorro aos Flagelados. **O Tempo**, Amarante, 30 nov. 1915. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=825646&Pesq=%22Secca%22&pagfis=5. Acesso em: 19 maio 2022.

PIAUÍ. **Mensagens do Governador do Piauí para a Assembleia**.1896. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873233&Pesq=%22agricultura%22&pagfis=172. Acesso em: 29 jun. 2022